

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
ESTUDOS EUROPEUS

JUGOSLÁVIA: O CONFLITO DE 1991 A 1995

Um desmembramento anunciado

TÂNIA LUÍSA INÊS GUERREIRO LOPES

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR SILVÉRIO DA ROCHA E CUNHA

ÉVORA

2007

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
ESTUDOS EUROPEUS

JUGOSLÁVIA: O CONFLITO DE 1991 A 1995

Um desmembramento anunciado

TÂNIA LUÍSA INÊS GUERREIRO LOPES

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR SILVÉRIO DA ROCHA E CUNHA



168077

ÉVORA

2007

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização desta dissertação, sejam professores, amigos, familiares e a todos aqueles que tornaram mais fácil a recolha de toda a informação necessária à realização deste trabalho. Ainda um agradecimento especial ao Professor Doutor Silvério da Rocha e Cunha, orientador desta dissertação, pelas sugestões, conselhos e acima de tudo à abertura demonstrada em relação às ideias dos seus alunos e incentivo para o desenvolvimento dessas mesmas ideias.

Este trabalho é especialmente dedicado a todos aqueles que lutam pela Liberdade e Dignidade do Ser Humano.

RESUMO

JUGOSLÁVIA: O CONFLITO DE 1991 A 1995

O conflito na ex-Jugoslávia revestiu-se de uma grande complexidade, de uma multiplicidade de conflitos ocorridos entre 1991 e 1995, até à assinatura do Acordo de Dayton, e ainda do número de partes em conflito. Ao longo de três anos e meio confrontaram-se sérvios contra muçulmanos, muçulmanos contra croatas, croatas contra sérvios e inclusivamente muçulmanos contra muçulmanos. Os cessar-fogos sucederam-se, uns após outros, sem que nenhum fosse efectivamente respeitado, tal como aconteceu aos sucessivos planos de paz, intentados uma e outra vez pela comunidade internacional, até que a paciência e a própria esperança numa resolução do conflito quase se esgotaram. Finalmente em 1995, não sem antes a NATO ter desencadeado várias ofensivas contra os sérvios da Bósnia, foi finalmente assinado o Acordo de Dayton que, desta vez, com o apoio da maior potência mundial e dos seus aliados, finalmente acabou com a matança entre os povos da ex-Jugoslávia.

Este trabalho pretende relatar os acontecimentos do conflito propriamente dito, focando com maior pormenor o da Bósnia-Herzegovina, entre 1991 e 1995, de uma forma tão imparcial quanto possível, sem deixar de referir os antecedentes históricos que marcaram os povos constituintes da Jugoslávia, porque aquilo que um povo é hoje, é o resultado da sua própria História, referindo ainda o papel da chamada “Comunidade Internacional” ao longo do conflito, e como a sua acção (ou inacção) contribuiu para o cessar ou prolongamento do conflito e pretende ainda apresentar, à luz das teorias existentes, as possíveis causas para a maior carnificina em plena Europa, desde o final da II Guerra Mundial.

SUMMARY

YUGOSLAVIA: THE CONFLICT FROM 1991 TO 1995

The conflict in former Yugoslavia was a conflict characterized by a major complexity, by a multiplicity of conflicts between 1991 and 1995, until the Dayton Agreement, and parties involved in the conflict. For three years and half there were confrontations between Serbs and Muslims, Muslims and Croats, Croats and Serbs and even Muslims fought amongst each other. The cease-fire succeeded, one after another, none of them being respected, the same happening with the peace plans, attempted several times by the international community, to a point where patience and hope on a solution itself almost ran out. Finally, in 1995, not before NATO actions against Serbs in Bosnia taking place, the Dayton Agreement was finally signed, this time with the support of the greatest world power and its allies, and it seems to have ended the carnage between the peoples of the former Yugoslavia.

This work intends to describe the events of the conflict itself, focusing with more detail that one in Bosnia-Herzegovina, between 1991 and 1995, in an impartial way, without forgetting the historical background of the peoples in Yugoslavia, because what a people is today, is the reflection of its own History, also referring the actions of the so called “International Community” during the conflict, and how its action (or inaction) has contributed to the ending or lasting of the conflict, and also intends to present, based in the existing theories, the possible causes to the major carnage in the Europe itself, after Second World War.

ÍNDICE

Agradecimentos	1
Resumo/Summary	2
Lista de Abreviaturas	5
Introdução Geral	6
Capítulo I - A Guerra como fenómeno social	10
Capítulo II - História da região	27
Capítulo III - O conflito	58
Capítulo IV - O papel da Comunidade Internacional no conflito	92
Considerações finais	113
Conclusão	129
Anexos	131
Bibliografia	139

LISTA DE ABREVIATURAS

AVNOJ	Conselho Antifascista de Libertação Popular da Jugoslávia. Antifasisticko V(ij)ece Narodnog Oslobodenja Jugoslavije
CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
CSCE	Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa. Conference on Security and Cooperation in Europe.
FMI	Fundo Monetário Internacional
FORDEPRENU	Força de Deslocação Preventiva das Nações Unidas.
FORPRONU	Força de Protecção das Nações Unidas
HDZ	União Democrática Croata. Hrvatska Demokratska Zajednica
HV	Exército Croata. Hrvatska Vojska
HVO	Exército Croata Bósnio. Hrvatsko Vijeće Obrane
IFOR	Implementation Force
JNA	Exército Federal Jugoslavo. Jugoslavija Narodne Armija
KPJ	Partido Comunista da Jugoslávia. Komunisticka Partija Jugoslavije
NATO	North Atlantic Treaty Organization. Organização do Tratado do Atlântico Norte.
NDH	Estado Nacional de Croácia. Nezavisna Drzava Hrvatska
ONU	Organização das Nações Unidas
ONURC	Operação das Nações Unidas para o Restabelecimento da Confiança na Croácia
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Organization for Security and Co-operation in Europe
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
RS	República Sérvia da Bósnia-Herzegovina. Republika Srpska
SDA	Partido de Acção Democrática. Stranka Demokratska Akcije
SDS	Partido Democrático Sérvio. Srpska Demokratska Stranka
SFOR	Stabilization Force. Força de Estabilização das Nações Unidas
SFRJ	Socijalistička Federativna Republika Jugoslavija. República Federal Socialista da Jugoslávia
SKJ	Liga dos Comunistas da Jugoslávia. Savez Komunisti Jugoslavije
SRJ	Savezna Republika Jugoslavija. República Federal da Jugoslávia
TPI	Tribunal Penal Internacional
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental (Western European Union - WEU)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VRS	Exército dos sérvios bósnios. Vojska Republika Srpska.

INTRODUÇÃO GERAL

A guerra foi e será certamente alvo de análise, reflexão, interpretação e discussão, enquanto fenómeno que uns tentam perceber, outros tentam explicar, outros ainda aprender, outros esquecer. Milhares de páginas se terão escrito acerca do tema, fazendo referência ao melhor e ao pior do Ser Humano. Através dela nascem os heróis e através dela nascem os vilões. Jamais poderemos deixar de a tentar compreender e, no entanto, jamais conseguiremos entendê-la na totalidade e impedir que volte a acontecer. Daí o fascínio do tema, atracção e repulsa, que ao mesmo tempo provoca. Um tema por demais debatido, mas jamais esgotado, assim é o tema da guerra, daí mais este trabalho.

A importância do estudo da guerra é bem explicitada pelo programa do Curso “Las Causas de la Guerra”¹ leccionada pelo Comandante Enrique Diaz Criado, do Exército Espanhol:

“Comprender las causas de las guerras no es una cuestión emocional e intuitiva; requiere un enfoque multidisciplinar que permita analizar las actitudes personales ante la agresión y la violencia, comprender el comportamiento de los grupos y de sus líderes en situaciones de crisis y conocer el mecanismo de toma de decisiones públicas. Desde la perspectiva teórica se puede acometer el análisis histórico de las guerras pasadas, para anticipar posibles causas inmediatas y profundas de las guerras en el futuro “

Um dos motivos que levou à escolha do tema, foi a percepção do facto de muitos dos trabalhos publicados e consultados, apresentarem interpretações simplistas por demais e, muitas vezes, claramente parciais. Estas explicações, mais do que contribuir para perceber o que ocorreu na ex-Jugoslávia entre 1991 e 1995, são um entrave à sua compreensão, já que

¹ Curso “Las Causas de la Guerra” da Universidade Carlos III de Madrid, Departamento de Estrategia y Organización de la Escuela de Guerra del Ejército de Tierra. http://www.uc3m.es/uc3m/gral/ES/ESHU/Las_causas.doc, página consultada a 23 de Janeiro de 2006.

esquecem o carácter multidimensional e da imensa complexidade do conflito, deste ou de qualquer outro.

Esta dissertação procura identificar e explicar, de acordo com os trabalhos existentes, as causas do conflito e o modo complexo como estas se interligam e, como por sua vez, exercem um efeito multiplicador entre si. Procurando oferecer uma visão mais alargada das diferentes visões apresentadas por aqueles, cuja responsabilidade exigiria outro tipo de discurso e interpretação, como por exemplo a do Primeiro-Ministro britânico John Major, quando em Abril de 1993 explicava do seguinte modo as origens do conflito na Bósnia (Noel Malcom, *Bósnia. A Short History apud Oliveira*, 2001: 275):

“O principal elemento por detrás do que aconteceu na Bósnia é o colapso da União Soviética e da disciplina que isso exercia sobre os ódios ancestrais na velha Jugoslávia. Uma vez desaparecida essa disciplina, os ódios ancestrais reemergiram, e nós começámos a ver as suas consequências assim que os combates tiveram início. “

A dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a literatura dominante acerca da teoria da origem das guerras, no qual são referidos os autores mais influentes e suas teorias acerca do tema. Serão apresentadas individualmente aquelas que se aplicam ao caso em questão, de modo a restringir um tema que, tendo sido amplamente tratado, jamais será encerrado e acerca do qual continuarão a surgir novas posições, até devido à própria natureza mutável da guerra. No segundo capítulo, procura dar-se uma cobertura histórica dos antecedentes dos povos que têm habitado a zona dos Balcãs, desde os primeiros povos que aí se instalaram e construíram as suas civilizações. Este capítulo será essencial para a compreensão das posições assumidas pelos diferentes povos antes, durante e depois do conflito, porque aquilo que um povo é, resulta do caminho percorrido enquanto povo com uma cultura, língua, religião, costumes e tradição próprias. O terceiro capítulo aborda o período da guerra propriamente dita, ou seja, a fase bélica do conflito, as movimentações das partes em conflito, os objectivos que pretendiam atingir, a actuação da dita “Comunidade Internacional” e todo o processo para a obtenção da paz (cessar-fogos, acordos, conferências, planos de paz, sanções). Será este o capítulo mais extenso, já que se tentou, através de muitas e variadas fontes, apresentar o maior número de factos conhecidos, dando uma visão, o mais ampla possível, dos acontecimentos. Qualquer tentativa de sumarização neste ponto do trabalho, poria em risco a imparcialidade do trabalho e consequentemente as ilações que se pretende seja possível retirar com o texto. O capítulo quarto apresenta o papel da comunidade internacional ao longo do conflito, quer no seu conjunto quer individualmente, focando as posições tomadas e as alterações sofridas conforme as condições no terreno se foram modificando. De referir que a apresentação

num capítulo individual, se justifica por uma questão de maior clareza e de modo a não prejudicar a compreensão sequencial do conflito, uma vez que iria tornar ainda menos clara a percepção de um episódio já bastante confuso na sua essência. Finalmente, no último capítulo, será realizada uma tentativa de explicação das causas específicas do conflito na ex-Jugoslávia, tendo como referência as teorias apresentadas no primeiro capítulo. A sua extensão deve-se essencialmente à complexidade do tema, como qualquer outro tema que trate de relações entre seres humanos, não pretendendo ser uma apresentação exaustiva das diversas causas do conflito, mas sim aquelas julgadas as que mais contribuíram para o tipo (violento, com numerosas violações de direitos humanos) e duração (de 1991 a 1995) deste conflito.

I - ENQUADRAMENTO

A escolha do tema em questão ficou a dever-se a motivos de interesse pessoal, de motivação moral pela busca ou reposição da verdade e pelo sentimento da necessidade de perceber o passado para que se possa compreender o futuro e, se possível, evitar a repetição de tais acontecimentos.

Com esta dissertação pretende-se contribuir para um melhor conhecimento do conflito que ocorreu na ex-Jugoslávia entre 1991 e 1995. Contribuir para a destruição de alguns mitos utilizados como justificação para o conflito, compreensão do imbróglio de planos de paz, seu sucesso ou seu fracasso e qual o contributo das partes em conflito e, principalmente, provocar a reflexão acerca das suas causas, aprofundando e apresentado as complexas redes de adversários, aliados, participantes directos e indirectos, interesses internos e externos. Acima de tudo pretende-se dar uma visão mais ampla do conflito, do que a apresentada pela generalidade dos meios de comunicação e analistas, apresentando diferentes interpretações do conflito e tirando partido do distanciamento temporal e emocional sempre essencial quando se pretende fazer uma análise justa, equitativa e isenta de qualquer acontecimento. Provocar o questionar das opiniões e explicações vigentes acerca das várias origens do conflito.

Objectivo geral: Contribuir para um conhecimento mais aprofundado dos vários conflitos que, no seu conjunto, ficaram conhecidos como “Guerra da Jugoslávia”.

Objectivos específicos: identificar e analisar as diversas causas que contribuíram para o despoletar ou prolongamento do conflito na ex-Jugoslávia.

Este trabalho não pretende ser um estudo teórico sobre as causas da guerra em geral, mas sim cingir-se ao caso específico das causas que estiveram na origem da guerra da ex-

Jugoslávia; por outro lado, tão pouco será abordada a situação dos países da ex-Jugoslávia após a assinatura dos Acordos de Dayton, sua viabilidade ou futuro.

II - METODOLOGIA

Devido às restrições materiais e de tempo, não foi feita um estudo “no terreno”, pelo que a metodologia seguida nesta dissertação foi a identificação, recolha e análise da literatura e meios audiovisuais mais relevantes sobre a história da região da antiga Jugoslávia e acerca do conflito (de modo a identificar os principais pontos de vista acerca do conflito, apresentando as opiniões divergentes e convergentes, explorando ainda aquelas que apesar de menos divulgadas podem, no entanto, contribuir para uma melhor percepção dos acontecimentos); análise de documentos oficiais emitidos por organizações internacionais (nomeadamente ONU e NATO); informações fornecidas pelos órgãos de comunicação social a nível mundial; textos publicados por diversos centros de investigação para a paz; literatura produzida por analistas e finalmente, as visões críticas daqueles que estiveram em contacto directo com a situação no terreno (jornalistas) ou tiveram um envolvimento directo no processo de resolução do conflito (Cutileiro, Owen, Carrington).

A metodologia seguida foi primeiramente a recolha de informação através da pesquisa de diversa literatura e documentos (escritos e audiovisuais) existentes acerca do assunto em análise, seleccionando a informação tendo em consideração a qualidade, credibilidade e pertinência. Seguidamente realizou-se o processo de análise da informação considerada mais relevante.

CAPÍTULO I

A GUERRA COMO FENÓMENO SOCIAL²

De entre as inúmeras definições existentes do fenómeno da guerra, uma primeira definição poderá ser a apresentada por Norberto Bobbio (2000: 511), segundo a qual o Estado de Guerra é o “(...) estado no qual a sua vida [do Homem] é colocada em perigo, a posse dos bens ameaçada, tornadas precárias as condições de existência própria e dos seus próximos.” O autor diferencia desta, o conflito, sendo este mais lato, já que acontece sempre que “as necessidades e os interesses de um indivíduo ou de um grupo são incompatíveis com aqueles de um outro indivíduo ou de um outro grupo, e portanto não podem ser satisfeitos senão com prejuízo de um ou do outro” (2000: 513)³. Uma outra definição de guerra é a oferecida por Gaston Bouthoul (1966: 51) “ a guerra é a luta armada e sanguinolenta entre grupos organizados” e esclarece que o que une o grupo, pode ser “um laço familiar, consanguíneo, verdadeiro ou imaginado (...) de natureza religiosa ou política”, essa união pode basear-se ainda na fidelidade à mesma dinastia, na língua comum, na raça, nos interesses económicos, na situação geográfica, na comunhão ideológica, entre muitos outros.

O General Alberto Piris⁴ (1995: 24), recordando Juan Lagorgette, refere “a complexidade de qualquer tentativa de classificação das causas da guerra [dado que] são tão numerosos e variados os móbeis da guerra como os desejos e os interesses humanos, qualquer tentativa de classificar o fenómeno bélico não pode ser rigoroso.” (tradução nossa). O mesmo atesta Jaume Puig (2005: 79), com a seguinte afirmação: “As explicações

² Neste trabalho não se entrarão em questões filosóficas acerca das causalidades das guerras, nem tão pouco acerca das distinções entre causas necessárias, suficientes ou contributivas, uma vez que ultrapassam o objectivo deste trabalho. Para uma definição das últimas, ver Ronald Glossop (2001), “Confronting War”, p. 57-60.

³ Segundo a definição apresentada no *Dicionário de Relações Internacionais*, Boniface, Pascal (dir.) (1996), p. 165-166: “(...) um conflito designa uma oposição de interesses que não se traduz forçosamente pelo emprego da força armada. (...) Quando o confronto degenera em conflito armado, confunde-se então com a guerra, e os dois termos são indiferentemente usados. Desse modo fala-se do conflito na ex-Jugoslávia para designar a guerra que rebentou no seio da federação jugoslava a seguir ao afundamento do bloco de Leste (...)”. Na sequência desta definição, os termos guerra e conflito serão utilizados como sinónimos ao longo do texto.

⁴ Alberto Piris é General de Artilharia na Reserva do Exército Espanhol e analista do Centro de Investigación para la Paz.

unilaterais e de uma só causa não são apropriadas para a explicação de fenómenos sociais complexos, como os conflitos, as guerras civis, as rebeliões ou os movimentos armados. Não há uma única causa que, por si só, e por mais importante que possa parecer, seja responsável por um conflito armado”.

Apesar das dificuldades acima referidas ao estudo deste tema, e de se dever ter presente que será sempre um estudo incompleto, será feita uma tentativa nesse sentido, já que, citando Michael Howard (*The causes of wars*, Counterpoint, Londres, 1984, p. 35 *apud* Piris, 1995: 26), “o conhecimento das causas e da natureza das guerras é uma característica necessária dos cidadãos instruídos” (tradução nossa) ou ainda uma frase recordada por Gaston Bouthoul (1966: 26) “se queres a paz, estuda a guerra”.

Na classificação das causas das guerras deverá ter-se em conta que - tomando a analogia feita por Ronald Glossop (2001: 59) entre as causas das doenças e as causas das guerras, quando afirma que podem encontrar-se as causas específicas para uma determinada doença, mas não se podem encontrar as causas para “a doença” em geral - após serem identificadas as causas específicas de cada guerra, podem agrupar-se consoante as suas características, não querendo no entanto significar que as causas referidas se verifiquem em todas as guerras. Como refere Glossop (*ibid.*), qualquer tentativa de identificação da causa de todas as guerras resultaria num fracasso.

AS CAUSAS DAS GUERRAS

Na impossibilidade de apresentar todas as teorias existentes relativamente às causas da guerra pelo seu número, diversidade e especificidade, optou-se por fazer uma selecção tendo em vista o objectivo do presente trabalho, já que nem todas as categorias de causas apresentadas estão presentes no conflito em questão.

Seguidamente será realizado um trabalho de agrupamento das diversas causas de acordo com a sua natureza, tal como sugere Bouthoul (1966: 29), de forma a oferecer um resumo estruturado, operacional e compreensível. Deve notar-se que existem diferentes classificações segundo os diversos autores, as que aqui se apresentam seguem um critério de operacionalidade e aplicabilidade ao caso em estudo, tendo também como objectivo limitar o domínio do trabalho.

No que se segue, deverá ter-se em conta que muitas vezes as lutas por recursos naturais e económicos se interligam com contradições políticas, culturais e ideológicas, que muitas vezes são apenas a parte visível de razões económicas e políticas muito mais profundas. No entanto, para fins analíticos, apresentar tipologias de causas da guerra torna-

se útil, já que permite comparar conflitos concretos bem como as suas raízes (Nikitin, 2000).

CAUSAS HISTÓRICAS

As causas históricas estão geralmente presentes em todos os conflitos, podendo ser identificadas circunstâncias mais próximas do conflito ou mais longínquas. A utilização da história pode manifestar-se de diversas formas. A memória de grandes feitos históricos, ensinados nas escolas e propagados pelos meios de comunicação, podem funcionar como força motivadora para um conflito; o retorno aos tempos gloriosos passados e entretanto perdidos, em que um povo ou Estado gozava do estatuto de grande potência é igualmente, e não poucas vezes, utilizado como justificação para uma guerra (Piris, 1995: 32-33). Os laços históricos com outro Estado, também podem explicar se não o início, pelo menos a propagação de certos conflitos. A história pode inclusivamente ser instrumentalizada de forma intencional; tal ocorre quando dirigentes políticos, intelectuais e militares apelam à memória histórica dos seus povos, com o objectivo de demonizar e denegrir a imagem dos adversários e, através da alteração e adaptação da história aos seus interesses, incentivam e legitimam a necessidade do confronto. Desta forma a história é modificada e deturpada de forma a servir os interesses das respectivas partes em confronto (*ibid.*). Esta mesma opinião é partilhada por Hajdinjak (2001: 24), quando refere que as elites podem fazer uso do passado, ou de certas partes do passado, para “manipular as emoções colectivas, e gerar e controlar a mobilização das massas”.

Para além desta utilização intencional e programada da história como justificação, a história pode ainda contribuir de outras formas para o desencadear ou para o prolongamento de um conflito. Segundo Wiberg (2004: 41), muitas vezes a história percebida ou mitos históricos são mais importantes que a “história objectiva”. Se muitas vezes a segunda é alterada, como resultado de novas descobertas ou interpretações, tal acontece ainda com maior frequência com a primeira, daí que para o autor, para se perceber um conflito é necessário conhecer não só a sua história real mas também as suas histórias imaginárias.

Pode dizer-se que a história está sempre presente nos conflitos e é utilizada como força motivadora e na propaganda (Piris, 1995). Esta instrumentalização da história é bem explicitada por Anthony D. Smith, (*The Ethnic Origins of Nations*, Blackwell Publishers, Cambridge, 1996, pp. 206-208 *apud* Hajdinjak, 2001: 11) quando refere que “O passado define o presente da Nação e direcciona-a para o futuro” mas que “as necessidades presentes e os objectivos futuros (...) influenciam o modo como o passado é reconstruído” e por isso os mitos representam um aspecto fundamental na “construção de uma nação” (tradução nossa).

CAUSAS TERRITORIAIS

O território tem sido uma das principais causas das guerras desde os tempos pré-históricos, quando os povos procuravam defender territórios de caça e colheita; mais tarde, o objectivo passou a ser a defesa de importantes rotas, ocupação de novos territórios para obtenção de mercados, apropriação de recursos naturais, criação de zonas de segurança, acesso a vias fluviais navegáveis ou portos marítimos. Mas, se por um lado estes objectivos são menos comuns na actualidade, pelo facto das fronteiras da maioria dos Estados estarem completamente formadas, não podendo ser alteradas ou violadas, e ainda devido ao desenvolvimento do Direito Internacional e de instâncias jurídicas internacionais que permitem a resolução pacífica dos conflitos territoriais, por outro, o território continua a ser um factor importante no desencadear e na duração de certos conflitos, ainda mais se se tiver em conta que o território é a base espacial do poder do Estado e que não pode haver um Estado sem território (Nogueira Pinto, 1999: 14; Piris, 1995: 30-32). Consequentemente, continuam a persistir as disputas acerca de territórios reivindicados por dois Estados que, por motivos históricos ou porque foram entretanto perdidos numa guerra anterior, ou ainda por motivos políticos ou estratégicos, procuram recuperá-los através da força (Puig, 2005; Hajdinjak, 2001: 24; Piris, 1995: 30-33).

As guerras para conquista de territórios, podem ainda ter em vista a obtenção de recursos naturais como a água, recursos do mar, solo fértil, recursos minerais e recursos industriais (económicos) como infra-estruturas industriais, fontes de energia, cidades e portos, recursos financeiros, recursos humanos, entre outros. O ganho ou perda de territórios que possuem recursos naturais escassos ou valiosos como petróleo, gás, minérios, ouro, cobre, urânio, etc., continua a ser de extrema importância geoestratégica e económica para os Estados ou grupos, nos tempos modernos (Puig, 2005; Nikitin, 2000). Hajdinjak (2001: 15) refere ainda a importância dos mitos acerca do território, já que estes, apresentando-o como um “espaço nacional sagrado”, fornecem um forte motivo para que uma nação lute pelo seu território.

No entanto, com excepção dos territórios com elevado valor geoestratégico ou económico, o território enquanto causa de conflito diminuiu bastante depois de 1945 e na opinião de Nogueira Pinto (1999: 14) não será a principal causa dos conflitos recentes.

CAUSAS ECONÓMICAS

Se tivermos em conta que as primeiras guerras tiveram como objectivo a apropriação de recursos como a terra, o gado, a água, bens diversos e até pessoas (escravos), ou ainda para

satisfação de outras necessidades de subsistência das sociedades, é lógico concluir que muitas das guerras que se combatem actualmente têm alguma causa económica (Glossop, 2001: 68; Piris, 1995: 33-34). Um exemplo deste tipo de guerras, são as guerras entre os séculos XIV até inícios do século XX, em que os grandes impérios europeus procuraram apoderar-se de bens e territórios⁵ dos povos da América, África e Ásia (Glossop, 2001: 70; Piris, 1995: 33). Assim se geraram três tipos de guerras: as guerras das grandes potências contra os países menos desenvolvidos, que pretendiam conquistar; as guerras entre as próprias potências, ao concorrerem entre si pela posse daqueles territórios; finalmente as guerras dos territórios anteriormente conquistados, pela “libertação nacional” e pelo controlo dos seus próprios recursos naturais (Glossop, 2001: 70-71). Aqui podem igualmente ser consideradas as guerras que têm como causa o acesso a recursos naturais escassos ou considerados economicamente vitais, como é o caso na actualidade, de fontes de energia como o carvão e o petróleo⁶ (Glossop, 2001: 69; Piris, 1995: 37). Deve ainda ter-se em conta que nas guerras passadas, e mesmo nas modernas, muitos combatentes eram mercenários, daí que a apropriação de bens representaria uma importante força motivadora⁷ (Hinde e Pulkinen, 2000).

Segundo Nogueira Pinto (1999: 15), as causas económicas dos conflitos, nas quais se incluem as lutas por recursos coloniais, quer sejam rotas ou monopólios comerciais, têm vindo a diminuir, no entanto, e mais recentemente, a crescente importância dos recursos petrolíferos, levou por exemplo à guerra do Golfo; o autor destaca ainda a água, enquanto recurso escasso, como uma possível causa de importantes disputas por motivos económicos no futuro.

Existe uma outra perspectiva quando se fala em causas económicas, que resulta directamente do facto de que, para iniciar uma guerra, um país terá de ser economicamente forte. Neste caso considera-se que, se o país que iniciou a guerra não gozasse das necessárias condições económicas, então esta não teria ocorrido (Piris, 1995: 33-34). No entanto podemos contrapor a esta visão, o facto de os conflitos armados de maior violência terem sido desencadeados em países muito pobres, como é o caso dos países africanos.

Já Glossop (2001), relaciona a situação económica de um país, especificamente a prosperidade, com a frustração de um povo, ou seja, enquanto a prosperidade torna a paz mais provável, a adversidade económica pode gerar ressentimento, hostilidade e frustração na população, que pode então ser direccionada pelos líderes, contra outro país ou contra as minorias dentro desse mesmo país. Portanto, os períodos de crise económica aumentam a

⁵ Como se verifica, as causas económicas estão intimamente relacionadas com as causas territoriais.

⁶ Alberto Piris insere este tipo de conflitos nos conflitos ambientais. Ver Piris (1995), p. 37.

⁷ Um exemplo são as recentes guerras no continente africano, que envolveram não exércitos profissionais mas milícias privadas, apoiadas por redes transnacionais e que dizem respeito a recursos, e onde normalmente o comandante local controla as minas, ou outro tipo de recursos, e utiliza-as para gerar fortuna pessoal (Hinde e Pulkinen, 2000).

predisposição da população para alterar a situação recorrendo à violência, podendo originar uma guerra; isto verifica-se tanto no caso de conflitos entre Estados como dentro dos próprios Estados (Glossop, 2001: 71). As causas económicas podem também ser relacionadas com as demográficas, se tivermos em conta a existência de bens e recursos limitados e uma população em expansão, na medida em que, se a taxa de crescimento da produção não acompanhar a taxa de crescimento da população, a consequência será a competição pelos bens existentes, podendo resultar em conflitos violentos entre pequenos grupos, por exemplo, entre os grupos mais pobres da sociedade e os mais ricos (Collier, 2000: 11; Glossop, 2001).

Gaston Bouthoul (1966), defende que uma guerra tem causas económicas, quando nasce de rivalidades económicas entre os adversários. Algumas serão motivadas por necessidades económicas, enquanto outras são guerras de luxo, em que uma das partes busca um enriquecimento suplementar. Assim Bouthoul (1966: 309) defende que existem duas situações que podem levar um povo à guerra, são elas a superabundância⁸, em que a riqueza é utilizada para adquirir armas, abastecimentos e mercenários, tendo um efeito psicológico ao aumentar a vaidade, o orgulho e a prepotência; e a penúria, em que um povo, sob ameaça da fome, inicia uma guerra com o intuito de se apropriar das reservas alimentares de outros povos ou alargar o seu território à custa daqueles⁹. No entanto, Gaston Bouthoul defende que quando se aprofundam as autênticas motivações para as guerras económicas¹⁰ estas são na verdade psicológicas (Bouthoul, 1966: 304), “os factores económicos parecem estar ao serviço das impulsões belicosas” (*ibid.*: 340).

Nos recentes anos têm surgido estudos denominados de teorias económicas da violência civil. Um dos investigadores mais influentes nesta área, Paul Collier¹¹, com base nos seus estudos concluiu que: um rápido crescimento económico reduz o risco de um conflito; o nível, o crescimento e a estrutura de rendimentos de um país, são factores muito importantes para a deflagração de uma guerra civil¹²; um baixo nível de rendimento, o

⁸ Dentro das guerras de superabundância, Bouthoul inclui o imperialismo económico como um factor para as guerras de escoamento de mercadorias. O imperialismo económico consiste em “assegurar pela força ou por intimidação, mercados privilegiados onde colocar emigração, mercadorias e capitais” (Bouthoul, 1966: 313).

⁹ A penúria como causa da guerra, é muito rara nas sociedades evoluídas (Bouthoul, 1966: 308).

¹⁰ Leia-se, guerras com causas económicas.

¹¹ Paul Collier baseia o seu estudo de 2000 para o World Bank, em padrões empíricos globais recolhidos entre 1965 e 1999 e num outro estudo (Collier, 2002), examinou 160 países e 78 guerras civis entre 1960 e 1999, com o objectivo de desenvolver um modelo estatístico para explicar a incidência de uma guerra civil num país, examinando o impacto de diversas variáveis explicativas para deste modo prever o risco de deflagração de uma guerra civil.

¹² Guerra civil é aqui classificada como um conflito interno, com pelo menos mil mortes relacionadas com a batalha (Collier, 2000: 5).

declínio económico e a dependência face a mercadorias primárias¹³, aumentam substancialmente o risco de conflito¹⁴ (Collier, 2000 e 2002).

Ainda dentro das causas económicas há que referir o caso da pobreza. A pobreza, a crise económica e a desigualdade¹⁵, estão normalmente associados aos conflitos internos, nomeadamente às guerras civis. Os Estados ditatoriais são os mais propensos à instabilidade e à violência, já que normalmente mantêm os privilégios de uma minoria, excluindo a maioria da população, dando origem em muitos casos a guerras civis (Piris, 1995: 36), como se pode verificar no caso dos países em vias de desenvolvimento, onde ocorreram a maioria dos conflitos armados nos últimos dez anos. Alberto Piris, refere especificamente, o papel das instituições financeiras internacionais, para o clima de violência e instabilidade que se vive actualmente nesses países, já que em muitos casos para poderem aceder aos empréstimos e ajudas dessas instituições, os governos foram obrigados a adoptar os denominados Programas de Ajuste Estrutural, que obrigaram a numerosas privatizações e cortes drásticos nas despesas sociais, o que levou ao aumento da pobreza, da desigualdade social, e até da degradação do meio ambiente. Daqui surgiram países que, apesar de democráticos, apresentavam uma grande instabilidade, pobreza e grande potencial para o despoletar da violência (*ibid.*).

Kennette Benedict por outro lado, defende que a pobreza por si só, não é suficiente para que surja um conflito armado. Já o mesmo não se pode dizer em relação ao aumento das disparidades de oportunidades, ou o acesso a recursos, que podem efectivamente ter uma relação com os conflitos violentos. Mais, uma distribuição desigual dos recursos económicos e naturais, em conjugação com falhas institucionais, podem levar à fragmentação da sociedade e levar à mobilização para conflitos armados, entre grupos concorrentes (Benedict, 1999).

CAUSAS PSICOLÓGICAS

Para o general Alberto Piris (1995: 28), as causas psicológicas relacionam-se directamente com as percepções humanas, sendo que estas estão muitas vezes associadas à forma como a história foi narrada e até falseada, como é o caso das lendas que glorificam os heróis nacionais e que passam a factos históricos ensinados nas escolas. Os meios de comunicação influem de forma excepcional nas percepções dos acontecimentos, já que

¹³ Também denominadas *commodities*.

¹⁴ O autor refere ainda outros factores que podem contribuir para o despoletar de uma guerra civil, como a elevada dispersão geográfica da população, já que torna difícil o controlo do território pelo governo; o facto de ter ocorrido uma guerra civil recente; o tamanho da diáspora de um país; e ainda o baixo nível de educação da população (Collier, 2000).

¹⁵ Paul Collier (2000: 10; 2002), refere no entanto, que os seus estudos estatísticos demonstraram que a desigualdade parece não aumentar o risco de um conflito civil.

apresentam uma determinada forma de ver o mundo e podem mesmo, segundo o autor, fomentar a agressividade. Este facto é agravado pelo facto de uma, ou umas poucas, cadeias de televisão apresentarem para todo o mundo uma única perspectiva das guerras¹⁶, e contribuírem assim de modo desmesurado para moldar a opinião mundial sobre aquelas.

Os factores psicológicos, podem ainda relacionar-se com a educação que é dada desde cedo às crianças, que incentivam a competitividade e a violência¹⁷, que de certa forma têm a ver com a cultura de glorificação da guerra que, por um lado recompensa a violência e por outro despreza a cooperação pacífica (Hinde e Pulkinnen, 2000; Piris, 1995: 28-30). Hinde e Pulkinnen (2000) assinalam ainda os efeitos dos jogos de guerra, que encorajam a ideia da guerra como um jogo inofensivo e como algo que faz parte da vida normal dos adultos; os autores vêem igualmente com preocupação os modernos jogos de computadores que trazem aos jovens a violência, sob a forma de realidade virtual.

Anderson (1996: 283) faz referência ao importante papel da “percepção” e do modo como os seres humanos reagem, não ao mundo real mas à imagem que têm dele, tendo em conta que a percepção do mundo e dos problemas é influenciada, entre outros, pela informação a que têm acesso, pelos valores inculcados pela família ou pela sociedade em que se inserem, e pela educação que receberam. Desta forma o modo como percebem o mundo é influenciado pelos “valores e preconceitos, gravados nos [seus] espíritos desde a infância”. O resultado, é que muitas guerras parecem ter começado devido às diferenças, na percepção que os políticos tinham dos acontecimentos e do mundo.

CAUSAS ÉTNICAS

Os conflitos com causas étnicas incluem-se nos tipos de conflitos mais antigos da humanidade e são conflitos que surgem quando um grupo humano tenta impor a outro o seu idioma, a sua religião ou os seus costumes. Piris dá como exemplo algumas passagens da Bíblia, que descrevem a crueldade e violência das guerras entre diferentes tribos. Se, no passado, os conflitos étnicos subjugavam um grupo a outro, escravizando-o e utilizando a sua força de trabalho, hoje em dia trata-se mais de uma recusa em ser dominado por um outro grupo, de uma cultura diferente e que é visto como estranho ou estrangeiro (Piris, 1995: 34-35).

Muitas vezes os motivos étnicos interligam-se com os económicos e territoriais, já que na maioria das vezes, o domínio de um grupo sobre outro é acompanhado por desigualdades económicas, saque de recursos naturais dos grupos oprimidos e por expulsões

¹⁶ O autor dá como exemplo a cadeia de notícias norte-americana CNN (Piris, 1995: 29).

¹⁷ No caso dos rapazes, sendo a educação dada às raparigas exactamente no sentido oposto, incentivando uma atitude passiva e secundária (Piris, 1995: 29).

forçadas de territórios, que são vistos pelo grupo dominador como essenciais ou estratégicos para a sua sobrevivência (*ibid.*).

Para perceber as causas étnicas dos conflitos, convém compreender o que são grupos étnicos. Segundo Peter Anderson (1996: 278) “grupos étnicos são o meio através do qual, as pessoas se sentem suficientemente semelhantes, em relação à sua origem racial, costumes, usos e interesses” e em resultado, se unem com o objectivo de criar um grupo social que possa “desenvolver os seus próprios valores, interesses e aspirações e que consiga oferecer alguma protecção dos mesmos”. Com a formação destes grupos também é formada uma “memória colectiva (...) onde se podem guardar e alimentar ofensas históricas”. A existência de tais memórias significa que, as velhas disputas não morrem e que podem permanecer uma potencial causa de guerra.

Kalevi Holsti (2001) por seu lado, mostra-se relutante em aceitar o conceito de “conflito étnico” e quanto à importância do factor étnico como origem de um conflito, já que, segundo ele, o número de casos em que diferentes etnias conviveram em paz durante séculos, é maior do que aqueles em que se verificaram conflitos. Segundo o professor, os conflitos ocorrem quando os líderes mobilizam os grupos, até os levar à situação em que se começam a matar entre si, e acrescenta que a violência étnica raramente surge de forma espontânea, e que quando tal acontece, é resultado da mobilização e liderança dos políticos, ou da decomposição da autoridade pública.

Para Anthony D. Smith, um grupo étnico¹⁸ existe quando se denomina a si mesmo ou é denominado, por um nome colectivo, com uma história comum, a mesma cultura e religião, uma mitologia própria, uma noção de solidariedade, e uma referência a um território (*The Ethnic Origins of Nations*, Blackwell, Oxford, 1986 in Wiewiorka, 1993: 124-125).

Nikitin (2000), insere as relações étnicas enquanto causa das guerras, nas lutas pelo poder, dentro da esfera social. Podem ser lutas pela autonomia, pela representação política das minorias, estrutura da governação, autodeterminação, secessão ou acesso dos grupos étnicos e nações ao poder e aos recursos. O facto de a elite que governa um Estado pertencer a uma etnia ou tribo diferente daquela da maioria da população que governa, pode contribuir fortemente para o desencadear de um conflito, tal como o facto de se verificar uma grande discrepância a nível económico entre as diferentes etnias. O caso em que existe um legado, em que um grupo procura vingar-se de outro de uma diferente etnia, também é um factor importante no despoletar de conflitos étnicos.

Segundo Bispo (2005), quando os grupos temem pela sua segurança, tentam eles próprios assegurar a sua defesa, que pode traduzir-se no reforço da sua própria identidade e

¹⁸ Uma outra definição é apresentada por Helen Watson, segundo a qual um grupo étnico é definido por traços culturais como a língua, o dialecto, o vestuário, os costumes ou a religião (Boag e Watson, 2000).

na adopção de uma posição defensiva que poderá significar o uso da violência. Os líderes e agitadores desempenham aqui um importante papel, ao fragmentar a sociedade, sublinhando as diferenças entre os vários grupos. A escalada da violência surge da ideia, real ou imaginária, de que se o grupo não agir contra o eventual opositor, será por ele dominado de forma intolerável. O autor faz ainda referência a dois tipos de catalizadores que podem conduzir a graves divergências dentro de uma sociedade multiétnica: os activistas étnicos e os activistas políticos. Os instrumentos normalmente utilizados por estes, são as memórias colectivas, os mitos e as emoções, que polarizam a sociedade, o que alimenta o “ciclo vicioso do medo étnico e da violência”. Os activistas políticos diferenciam-se dos activistas étnicos, pelo facto de não compartilharem obrigatoriamente das crenças extremistas, procurando essencialmente uma posição política e poder; no entanto, ambos podem ser o resultado da radicalização da sociedade. Conforme refere o autor, a etnicidade pode oferecer uma oportunidade para os políticos ganharem ou alargarem o seu eleitorado, com o objectivo último de obterem ou reterem o poder político. Os factores não racionais como as memórias políticas e mitos, também podem servir para polarizar a sociedade, deformando a imagem do adversário, e até os factos históricos podem, ao serem transformados em lendas, servir para justificar a superioridade de um grupo, avivando ainda mais os ódios entre eles (Bispo, 2005).

Hinde e Pulkinnen (2000), recordando M. Hastings e J. Jenkins (*The battle for the Falklands* (1983). Londres: Pan), referem o papel decisivo dos líderes na transição de um conflito para a violência, já que podem encorajar a hostilidade em relação a um grupo exterior, com a finalidade de consolidar a sua própria posição ou adquirir poder. Hinde e Pulkinnen, referem ainda não existir uma clara separação entre actos violentos entre grupos pequenos, disputas entre grupos religiosos ou étnicos e as guerras internacionais como a II Guerra Mundial. Segundo eles, existe uma continuidade dos conflitos entre grupos em pequena escala e o caso extremo das guerras internacionais.

Paul Collier (2000, 2002), nos seus estudos sobre as causas dos conflitos civis, refere como causa importante a “dominação étnica¹⁹”, que faz duplicar a probabilidade de um conflito; logo, quanto mais fragmentada uma sociedade estiver em vários grupos étnicos, menos provável será o surgimento de conflitos, já que não existe o predomínio de um grupo sobre os outros²⁰. Daqui, Collier conclui que os ódios étnicos e religiosos não são uma importante causa dos conflitos, o que implicaria que as sociedades homogéneas seriam mais seguras, o que não se verifica segundo os seus estudos, pelo que, os conflitos não são gerados por esses ódios. De acordo com Collier, o ressentimento étnico, é activamente fabricado

¹⁹ “Ethnic dominance” no original, o que quer dizer que o maior grupo étnico de um país é maioria, mas não uma maioria esmagadora, ou seja, representa entre 45% a 90% da população (Collier, 2000 e 2002).

²⁰ Ainda com base no seu estudo, Collier (2000: 7) defende que a diversidade étnica e religiosa não torna uma sociedade mais perigosa, na verdade torna-a mais segura relativamente à possível irrupção de uma guerra civil.

pela entidade que se rebela, como força motivadora; assim, quando ocorrem conflitos em sociedades etnicamente diversas, elas dão a ilusão de terem sido causadas por ódios étnicos. Desta forma são os conflitos que fazem nascer o ódio entre os grupos, e não o inverso.

No entanto, nos seus estudos, Nicholas Sambanis chega a conclusões que contrariam aquelas de Collier, justificadas pelo facto de não ser feita uma distinção entre guerras civis em geral e o caso particular das guerras civis étnicas, que segundo Sambanis têm causas distintas. Desta forma, afirma ter encontrado nos seus estudos, uma relação positiva entre o nível de heterogeneidade étnica e o despoletar de uma guerra civil étnica, ou seja, a probabilidade desta será tanto maior quanto maior for o grau de diversidade étnica (Sambanis, 2001)²¹.

De acordo com Hinde e Pulkinen, o que ocorre muitas vezes, é que as diferenças étnicas e religiosas são utilizadas para justificar ou exacerbar tensões cuja origem é mais imediata, como a pobreza ou o desemprego (Hinde e Pulkinen, 2000).

Para Piris (1995: 34-35), mesmo existindo um conflito étnico, este não dá obrigatoriamente origem a uma guerra, se existir um sistema democrático, que permita a expressão das diferenças e liberdades dos diferentes grupos.

NACIONALISMO

Glossop (2001) refere que, para que o nacionalismo²² possa surgir, primeiro deve existir a identificação com o grupo, e explica que um indivíduo se identifica com um grupo, quando sente que o que é bom para o grupo é bom para ele e o que prejudica o grupo também o prejudica a ele, daí que os líderes se sintam pressionados para prosseguir os interesses do grupo e, caso não o façam, outro líder que prometa fazer melhor, será escolhido. Esta identificação com o grupo, parece aumentar em situações competitivas ou, quando os membros de um grupo político ou religioso, enfrentam a perseguição por parte de outros. Regra geral, todos os grupos procuram ser os melhores e os vencedores, o que resulta no aumento da competitividade entre eles e, no caso de haver o recurso à violência, pode desencadear uma guerra. Uma possível forma de evitar este tipo de conflitos, é tentar persuadi-los a unirem-se, formando um grupo maior, de forma a lutarem contra um inimigo comum (Glossop, 2001: 75-79).

²¹ Como se pode verificar pelos dois exemplos citados, as teorias que tentam determinar e explicar as causas das guerras recorrendo a dados estatísticos, têm chegado muitas vezes a conclusões contraditórias, o que leva a questionar a validade dessas mesmas conclusões.

²² Para Glossop (2001: 76), as guerras causadas pelo nacionalismo são recentes já que, até finais do século XVIII, as guerras eram combatidas por mercenários que ofereciam os seus serviços em troca de dinheiro ou dos despojos de guerra, não existindo um sentimento nacionalista. O sentimento nacionalista, tem sido uma característica das guerras nos últimos 350 anos.

O termo nacionalismo²³ pode adquirir três significados diferentes de acordo com Glossop (ver anexo I): um relaciona-se com a identificação de um indivíduo com o seu grupo étnico-racial; outro, refere-se à lealdade de um indivíduo ao seu Estado-Nação e é sinónimo de patriotismo²⁴, e encontra-se presente na maioria dos conflitos internacionais; uma terceira noção, e aquela que aqui será focada, é a que se relaciona com a noção do direito à autodeterminação de um povo, ou seja, ao direito de cada grupo étnico-racial ao seu próprio Estado-Nação independente, e dos seus membros de viverem juntos num único Estado-Nação homogéneo (Glossop, 2001: 75-83). Continuando a seguir Glossop (2001: 79-83), esta última noção de nacionalismo pode ser causa de guerra de diversas formas. Uma prende-se ao facto de aquele tipo de nacionalismo, ao legitimar o direito à autodeterminação dos povos, poder servir de base teórica aos movimentos de libertação de grupos colonizados contra os grupos colonizadores, seja esta colonização política ou económica, como é o caso mais frequente na actualidade. Uma outra, é o caso em que favorece o aparecimento de movimentos separatistas dentro de um Estado-Nação, que têm originado muitos conflitos, já que os governos centrais irão lutar contra aqueles movimentos, de modo a evitar a perda de uma parte do território; pode também acontecer que, o grupo étnico-racial que pretende constituir o seu próprio Estado-Nação independente, esteja disperso por vários Estados-Nação. Uma terceira forma pela qual o nacionalismo contribui para a guerra, é pelo surgimento dos chamados movimentos irredentistas, que surgem quando um Estado-Nação reclama um território situado noutro Estado-Nação, povoado pelo mesmo grupo étnico-racial que o seu. Previsivelmente, o outro Estado-Nação estará disposto a iniciar uma guerra, com o objectivo de manter a integridade do seu território. Por último, o nacionalismo pode ser causa de guerra, quando um determinado grupo étnico, dentro de um Estado-Nação, pretende a sua união com um outro Estado-Nação, com o qual se identifica e se sente mais próximo culturalmente²⁵.

Em qualquer dos casos, o nacionalismo pode contribuir para instigar o ódio entre nações, uma vez que geralmente acentua os aspectos positivos da própria nação e os aspectos negativos das outras nações, criando uma visão distorcida da realidade. Cada grupo vê-se a si próprio como representante de todas as virtudes e, ao outro, como o símbolo de todo o mal. Glossop defende, no entanto, que o nacionalismo é mais o resultado do endoutrinamento praticado pelos líderes e propagandistas na preparação de uma guerra, do que uma causa das

23 O Tenente-General António Bispo (2005), também apresenta uma noção de nacionalismo: "O nacionalismo é a ideologia em torno da causa da Nação, dos seus valores, da sua identidade".

24 Hinde e Pulkinen diferenciam nacionalismo e patriotismo: enquanto o primeiro implica um sentimento de superioridade sobre outros grupos nacionais e a necessidade de poder sobre eles, o segundo designa essencialmente o amor pelo próprio país (Hinde e Pulkinen, 2000).

25 O autor denomina este tipo de movimento de "movimento reintegracionista", "*reintegrationist movement*", e distingue-se do anterior uma vez que naquele é um Estado-Nação que tenta integrar o território de outro Estado-Nação, enquanto no último é o povo de um território que procura ser integrado noutro Estado-Nação (Glossop, 2001: 81).

guerras (Glossop, 2001: 82)²⁶. No entanto, segundo o autor, não se devem menosprezar os sentimentos nacionalistas de um povo que apoia as acções agressivas de um líder, na obtenção de melhores condições económicas para o Estado-Nação, ou na procura de controlo sobre outros Estados-Nação.

Para António Bispo (2005), o nacionalismo assume a sua forma mais radical, quando existe o sentimento de que os valores da Nação estão em perigo. Os nacionalismos devem ainda ser diferenciados, tendo em conta factores que influenciam a probabilidade de recurso à violência. Há que diferenciar se se tratam de nacionalismos com Estado, que procurarão reforçar o poder do Estado, ou se são nacionalismos que consideram não possuir um Estado que os represente, e neste caso, procurarão a separação do regime e a constituição do seu próprio Estado²⁷. O autor acrescenta que “A primeira medida dos riscos à paz numa região, especificamente colocados pelo fenómeno do nacionalismo, poderá ser encontrada na proporção dos movimentos nacionalistas que não atingiram ainda o estatuto de Estado” e prossegue: “Os mitos chauvinistas são a marca geral do nacionalismo, que se passam através da escola, da literatura ou dos contactos com as elites políticas”. O colapso do Estado, é um dos principais factores para o ressurgimento dos movimentos nacionalistas já que, o Estado enquanto entidade legítima, garante a representatividade de todas as nacionalidades e favorece a coesão entre elas (Bispo, 2005). O mesmo defende Anthony Smith, quando refere que não é o nacionalismo em si o responsável pelo colapso dos Estados, mas que os nacionalismos normalmente emergem das ruínas de Estados que, quer por razões étnicas ou não, deixaram de ser viáveis (Smith, 1999: 129).

CAUSAS POLÍTICAS

Para Nikitin (2000), as causas políticas das guerras não derivam tanto das diferenças de interesses, mas sim da vontade política e, dentro das causas políticas há dois casos a considerar: as causas políticas internas e as causas políticas internacionais. Quanto às primeiras, o objectivo pode ser a redistribuição do poder entre os diversos grupos ou, no caso de uma federação, as regiões podem aspirar à autodeterminação ou à modificação do tipo de relações dentro da federação²⁸, ou seja, o regime político, o nível de democratização

²⁶ War may be seen as inevitable to safeguard national independence and values, and nationalism is fostered by politicians and individuals other than those who do the actual killing. (...) Nationalism is augmented by categorisation of the enemy as such, and this is assisted by propaganda portraying them as evil, dangerous, and even as sub-human: such images depend for their effectiveness on group solidarity, fear of strangers, and defensiveness. Portrayal of the enemy as sub-human, evil and lacking in individuality helps to justify aggression against them (...) (Hinde e Pulkinen, 2000).

²⁷ Outros factores a ter em conta são a existência ou não de diáspora e proximidade desta; o direito ou não à autonomia das diferentes nacionalidades dentro do mesmo Estado; e o respeito pelas minorias ou sua discriminação (Bispo, 2005).

²⁸ Apesar de que, na opinião de Nikitin (2000), numa federação exista uma menor probabilidade do surgimento de conflitos de interesses entre os diversos grupos, já que podem ser resolvidos através do sistema de regulamentação do Estado, das autoridades legais, e através de medidas administrativas, legais e económicas.

ou a forma de governo. A nível da política internacional, as causas de uma guerra podem encontrar-se na luta pela modificação de fronteiras, por litígios acerca do território, alianças ou compromissos com outros Estados-Nação. Ainda dentro das causas políticas, e articulando-se directamente com as causas étnicas, o facto de a elite governante de um estado, pertencer a uma etnia ou tribo diferente daquela da maioria da população que governa, pode constituir um forte contributo para o deflagrar de um conflito (Nikitin, 2000).

Piris (1995: 21), refere a falta de democracia enquanto factor moderno de conflito²⁹, na medida em que os sectores oprimidos da sociedade se rebelam pelos seus direitos. Nas sociedades em que as liberdades públicas, os direitos humanos e os direitos civis são respeitados, e onde as instituições democráticas são mais estáveis, existem mais possibilidades de que os conflitos se resolvam sem recurso à violência; nessas sociedades a lei tem a função de proteger os direitos de todos os cidadãos, incluindo as minorias, daí que sejam sistemas menos propensos ao surgimento de conflitos em sociedades multiculturais, multiétnicas ou multireligiosas. Quando tal não acontece, caso dos regimes ditatoriais, os sectores oprimidos da sociedade, a quem são recusados os direitos e liberdades, ou o acesso a um maior bem-estar, podem insurgir-se de forma violenta (Piris, 1995: 35-36). Geralmente os Estados democráticos tendem a relacionar-se de forma pacífica entre eles, o que não impede no entanto que, Estados democráticos com interesses económicos ou geopolíticos no exterior, actuem de forma imperialista, ou que ajudem governos ditatoriais em troca de benefícios económicos (*ibid.*). Nikitin (2000), partilha da mesma opinião, quando refere que o facto de um sistema político ser democrático, contribui para que sejam eliminadas muitas das possíveis causas políticas de uma guerra. Uma outra situação pode ocorrer quando um regime político, confrontado com maus desempenhos internos e crescente criticismo interno, desencadeia um conflito internacional com a finalidade de unir a população contra um inimigo externo, e assim direccionar a hostilidade da população contra um inimigo exterior e não contra si (Nikitin, 2000). A mesma linha de pensamento é partilhada por Nicholas Sambanis que, num estudo para o World Bank³⁰, concluiu que a falta de democracia é um importante factor no desencadear de uma guerra civil étnica (Sambanis, 2001).

Hinde e Pulkinnen (2000), referem ainda a utilização da propaganda feita pelos governos em períodos de guerra, com o objectivo de aumentar a convicção da necessidade

²⁹ Uma visão diferente é a de Paul Collier, que no seguimento de estudos efectuados, concluiu não haver uma correlação entre democracia, ditadura e repressão política, e o risco de conflito numa sociedade (Collier, 2000 e 2002). Também Robert Kaplan é da opinião que a democracia não faz com que uma sociedade seja mais estável ou melhor, e se contribuir para tal, é assim porque os problemas existentes nessa sociedade já foram anteriormente resolvidos (Kaplan, 1999).

³⁰ No qual compilou a informação referente às variáveis económicas, sociais e políticas de 161 países, no período entre 1960 e 1999 (Sambanis, 2001).

da guerra para manter a integridade nacional ou ordem internacional, e persuadir a população da justiça da guerra. Muitas vezes a guerra é justificada por preconceitos, que são passados de geração em geração, de tal forma que as gerações que realmente se combatem, nunca tiveram contacto e são inclusivamente ignorantes acerca da realidade dos factos.

Jaume Puig (2005) refere como causas políticas para um conflito, as divergências acerca do sistema ou regime político; a luta pelo poder político; motivações ideológicas; ou exigências de secessão ou de autonomia.

MILITARISMO

O militarismo é visto, nos tempos modernos, como uma causa de conflito, uma vez que os governos invocando motivos de segurança nacional, mantêm, ampliam e modernizam as suas estruturas e material militar (Piris, 1995: 38-39). Por outro lado, o militarismo também está relacionado com a pobreza nos países em vias de desenvolvimento, onde partes substanciais dos orçamentos são gastas no rearmamento, ao invés de serem utilizados na melhoria da situação económica do país ou das condições de vida da população. Pelo contrário, a situação financeira desses países vê-se agravada já que, geralmente a compra de armamento é feita com recurso a empréstimos com elevados juros, o que agrava enormemente o seu endividamento (*ibid.*).

O facto de um país se armar, ou desenvolver armamento, pode contribuir para uma maior probabilidade da eclosão de uma guerra, visto estas acções serem interpretadas pelos países vizinhos como uma ameaça, que deve ser anulada o quanto antes (Glossop, 2001: 84-86). Consequentemente, uma guerra pode ter início apenas devido à percepção de ameaça por parte dos países que tenham litígios com aquele que adquire ou desenvolve armamento, sem que este último tenha tido a intenção inicial de desencadear uma guerra. Anderson (1996: 282), refere igualmente a tendência dos Estados a armarem-se, apenas como precaução, ou seja, quando um país vê um outro a desenvolver ou adquirir armamento, pode ser levado a acreditar que esse armamento pode vir a ser utilizado contra si, o que levará a que o primeiro também adquira ou desenvolva armamento, com o objectivo de se proteger, ou como dissuasão. Cada país vai aumentar sistematicamente o seu armamento, simplesmente como resposta ao armamento de um país vizinho. No entanto, Glossop defende que a corrida aos armamentos, mais do que causa das guerras, normalmente é o resultado de outras causas, como a luta pelo poder por exemplo; tem contudo a sua importância como factor contributivo para a guerra (Glossop, 2001: 84-86). De ressaltar o facto de que, quando os governos antecipam o risco de um conflito, normalmente aumentam os seus gastos militares, e neste caso, o que parece uma causa do conflito, é na realidade o resultado do conflito eminente (Collier, 2002).

Segundo (Nikitin, 2000), a mera acumulação de arsenais militares, armamento ou a existência de um exército bem treinado e em crescimento, pode ser por si só uma causa de guerra, quer o desenvolvimento destes arsenais ou exércitos se apresentem com o nome de “defesa”, “protecção”, “estabilidade” ou “paz”. Também Hinde e Pulkinen (2000) são da opinião que, a simples existência de serviços armados e o estatuto que estes detêm, legitimam a guerra como meio de resolver os conflitos.

CAUSAS IDEOLÓGICAS

Um factor que pode originar um conflito, é o caso de um grupo que tenta impor a outro, a sua própria religião ou convicções políticas, o que levará a que o grupo a quem são impostas tais “crenças” se oponha a tal imposição, inclusive recorrendo à violência (Glossop, 2001: 71-72). Segundo o autor (2001: 72), no mundo moderno o objectivo deste tipo de conflito é o controlo da informação³¹ e do sistema de educação, já que os valores e “crenças” da população dependem da informação a que tem acesso. Este é o caso dos países com líderes autoritários, que tentam manter a população na ignorância, controlando a informação disponível; no entanto, a propagação da televisão por satélite ou da Internet, têm tornado este controlo e manipulação cada vez mais difícil. A imposição de uma ideologia política ou religião, pode não se cingir ao interior de uma sociedade, e pode ultrapassar as fronteiras do país, estendendo-se inclusivamente a todo o mundo, o que fará com que certos grupos tentem, recorrendo à violência se necessário, proteger os valores tradicionais contra as ideias estrangeiras. As guerras com base em doutrinas abstractas, têm a particularidade de ser ainda mais violentas do que aquelas provocadas pela obtenção de bens físicos, já que cada uma das partes em confronto se julga na posse da verdade e da justiça, e portanto, julga ter o direito quase divino de a impor àqueles que não partilham dela, e até matar ou morrer se for necessário (Glossop, 2001: 73). As causas ideológicas têm caracterizado muitas das guerras intra-estatais dos últimos vinte e cinco anos, e será, na opinião de muitos autores, a razão das futuras guerras do século XXI.

Nikitin (2000), defende que as diferenças políticas ou de interesses não levam à guerra, a não ser que sejam manipuladas e levadas a extremos, através das ideologias e da propaganda. As ideologias, que podem tomar várias formas, desde a mentalidade do “nós contra eles”, religiões, ou intolerância em relação a outras nações, são artificialmente exacerbadas e utilizadas pelos líderes políticos, como forma de iniciar ou obter apoios para a guerra. Nos tempos modernos, esta tarefa pode ser mais eficazmente realizada através da utilização dos meios de comunicação e empresas especializadas nessa área.

³¹ Especificamente, o controlo dos meios de comunicação (Glossop, 2001: 72).



Para Jaime Nogueira Pinto (1999: 15), o factor ideológico é um dos factores que foi ganhando cada vez maior importância como factor de conflito ao longo do século XX.

CAUSAS DEMOGRÁFICAS

Segundo Gaston Bouthoul (1966: 225-227), o superpovoamento pode conduzir à guerra uma vez que, quando aquela situação se verifica, são postas em marcha as instituições a que o autor dá o nome de “instituições destrutivas”, nas quais se insere a guerra, que é iniciada com o objectivo de “relaxar” a população ou seja, diminuir a pressão demográfica face ao nível de produção, para manutenção do equilíbrio demográfico-económico.

O que facilmente se conclui do anteriormente apresentado, é o facto de todas as causas apresentadas estarem relacionadas de modo directo ou indirecto com uma ou várias outras causas e combinarem-se de tal forma que os seus efeitos são muitas vezes multiplicados (Piris, 1995: 34).

CAPÍTULO II

HISTÓRIA DA REGIÃO

Para compreender o que se passou nos Balcãs entre 1990 e 1995, é necessário ter uma noção da diversidade de povos e culturas, que ao longo dos séculos se foram instalando nesta região, e o modo como se relacionaram desde então, até aos nossos dias. Relatar, descrever, tentar perceber a história e modo de pensar desses povos serão precisamente os objectivos deste capítulo.

AS ORIGENS - DO IMPÉRIO ROMANO À I GUERRA MUNDIAL

Para o fim aqui pretendido, vamos situar o início da história dos Balcãs por volta do séc. III da nossa era, altura em que ocorreram as invasões das tribos germânicas na zona dos Balcãs³² (Rados, 1999: 10).

No ano 395 d.C., após a morte do imperador Teodósio, o Império Romano foi definitivamente dividido no Império do Oriente ou Bizantino e no Império do Ocidente. Aqui ocorre a primeira divisão religiosa nos Balcãs, já que o Império do Oriente estava sob a autoridade do patriarca de Constantinopla, enquanto que o Império do Ocidente estava subordinado ao bispo de Roma. O Império do Oriente incluía a actual Albânia, o actual Montenegro, a Sérvia (incluindo o Kosovo e a Vojvodina), a Macedónia e parte da Croácia, enquanto que o Império do Ocidente incluía a costa dálmata até Dubrovnik (na actual Croácia) e a maior parte da Bósnia-Herzegovina e Eslovénia (Girão, 1997: 9-10).

As tribos eslavas chegam aos Balcãs por volta dos sécs. VI e VII, e enquanto os sérvios se fixam no actual Sudoeste da Sérvia e se expandem para o actual Montenegro e

³² Este facto seria mais tarde invocado por croatas e muçulmanos bósnios, como prova da sua origem germânica, nomeadamente durante a II Guerra Mundial.

Herzegovina, os croatas expandem-se para Ocidente na actual Croácia e partes da Bósnia (Girão, 1997: 86; Rados, 1999: 11).

Entre o séc. VII e XI os Balcãs vão sofrer a influência de dois impérios, o de Carlos Magno, que dominava o Ocidente e Norte dos Balcãs (onde se situam a actual Eslovénia, Croácia e Bósnia) e o Império Bizantino que chegava até à Dalmácia (Rados, 1999: 12). Assim, a maior parte da população bósnia e dos croatas seguiam o sistema feudal característico da Europa Ocidental, enquanto que as terras controladas pelo Oriente, seguiam o sistema do *zupan* sérvio (*ibid.*). Assim se começam a construir as diferenças políticas, religiosas e culturais entre sérvios e croatas³³.

No séc. IX foi fundado o primeiro Estado croata, que na altura não incluía nem a Dalmácia nem a Eslavónia. Em 925, o rei Tomislav funda a Croácia medieval, e é este rei que vai estender este primeiro Estado croata até aos limites máximos que alguma vez irá atingir, razão pela qual ainda hoje é recordado pelos croatas como símbolo da nação croata (Girão, 1997: 86; Rados, 1999: 14).

No séc. X, dá-se a primeira unificação dos sérvios que ainda dependiam politicamente do Império Bizantino. A primeira referência à Bósnia é feita em 958, altura em que as suas terras se encontravam sob domínio dos príncipes sérvios, mas logo em 960 a Bósnia passa a depender da Croácia, sob o rei Tomislav e durante o séc. XI ora depende da Sérvia ora depende da Croácia, mas sempre dependente do Império Bizantino (Rados, 1999: 13-16).

Em 1054 dá-se a ruptura entre a Igreja do Oriente (ortodoxa) e a Igreja do Ocidente³⁴ (católica) (Girão, 1997: 10).

Após uma curta existência, a Croácia perde a sua independência em 1102 ao ser assinada a *Pacta Conventa*. Segundo este acordo, os croatas passaram a considerar o rei húngaro como seu soberano, através de uma união pessoal das duas coroas, dando-se a integração do reino croata na coroa magiar (Girão, 1997: 86; Krulic, 1998: 94; Rados, 1999: 15).

No séc. XII, é fundado pelo rei Nemanja o Estado sérvio medieval, que se irá situar geograficamente sempre à volta da actual província do Kosovo (Rados, 1999: 13).

Durante os séculos XII e XIV existe efectivamente um Estado independente da Bósnia, tendo sido referido pela primeira vez em 1180, conseguindo assim evitar a dominação croato-húngara. O Estado medieval independente da Bósnia, incluiu na sua expansão a Herzegovina e a Dalmácia, tornando-se durante a governação do rei Tvrtko I (1353-1391) o maior Estado ocidental dos Balcãs. Durante a governação de Kulin-ban

³³ De referir que os eslovenos viveram sob domínio germano-austríaco de 874 até 1918 (Girão, 1997: 113).

³⁴ Em 1054 é formada a Igreja Católica romana, reunida atrás do papa, e a Igreja Ortodoxa greco-eslava que se reúne à volta do patriarca de Constantinopla (Carpentier e Lebrun, 1996: 148).

(1180-1204) a população do lado ocidental do Estado da Bósnia pertencia à Igreja católica, enquanto que na parte oriental de Hum, a população era ortodoxa. Em 1355, após a morte do rei Dusan, que levou ao desmantelamento do Império Sérvio, Tvrtko I conquistou as regiões de Hum, Zeta e Sandzak aos sérvios e ainda uma parte da Costa Adriática, aproveitando-se aqui também da debilidade croato-húngara (Rados, 1999: 16-17). Em 1377 Tvrtko I autoproclamou-se com o título “Rei da Bósnia e da Sérvia” (Girão, 1997: 100). Até ao séc. XIII, as duas mais influentes religiões da Bósnia-Herzegovina foram a católica e a ortodoxa, já que a religião muçulmana só mais tarde viria a marcar estes povos.

Depois da morte do Imperador Dusan³⁵, seguiu-se a disputa do território entre os seus sucessores, e foi precisamente esta fragilidade que levou a que os sérvios acabassem por ser derrotados pelos Otomanos, que entretanto se tinham deslocado para a Europa do Sul. Os sérvios acabaram por perder duas grandes batalhas contra os turcos otomanos, a primeira, a Batalha de Maritza em 1371, a segunda, a Batalha do Campo dos Melros no Kosovo³⁶, em 1389. É nesta última batalha que os sérvios perdem a sua independência e soberania, razão pela qual se tornou mítica na história do povo sérvio (Girão, 1997: 17; Rados, 1999: 13).

O Império Otomano iria permanecer nos Balcãs até à Primeira Guerra Balcânica, em 1912. Assim, segundo Rados (1999: 13) “Ao longo de cinco séculos de ocupação do Islão, a igreja Ortodoxa sérvia e a cultura oral popular transmitiram a ideia de que a derrota tinha de ser anulada e o sonho de reconstruir o Estado sérvio tornou-se um mito de defesa da identidade nacional e da resistência perante a islamização.”

Deve referir-se que, após a entrada do Império Otomano e do Islão, no Sul dos Balcãs, muitos sérvios emigraram para o Norte e para o Ocidente e, no séc. XV, ultrapassam o rio Danúbio, a Norte, ficando assim dispersos pela zona dos Balcãs. É nesta altura que, a convite dos reis austríacos, os sérvios ocupam os territórios correspondentes às actuais zonas da Vojvodina e Eslavónia Oriental (a Norte), e da Krajina (a Ocidente), pouco povoadas e devastadas pela guerra, e que vão servir de zona “tampão” entre cristãos e otomanos (Rados, 1999: 13).

A partir da queda de Constantinopla em 1453 (Girão, 1997: 10), que pôs fim ao Império Romano do Oriente, o destino dos eslavos do Sul vai ser determinado por dois grandes Impérios que lutam entre si para dominar o espaço dos Balcãs. De um lado está o Império Austro-Húngaro dos Habsburgos, que domina a Croácia e a província Eslovena, e do outro estão os Otomanos, que ocupam a Sérvia e a Bósnia-Herzegovina. Enquanto a Bósnia-Herzegovina constituía a frente avançada do Império Otomano, encontrando-se

³⁵ Que governou entre 1331-1355.

³⁶ No entanto existe alguma controvérsia acerca do local geográfico exacto da Batalha do Kosovo, “O local da batalha de 1389 e a província otomana não são as mesmas que a da província jugoslava de 1945 à qual nos referimos actualmente” (Noel Malcolm, *Is Kosovo Real?*, *Foreign Affairs*, Vol 78 (1), 1999, p. 137 in Cintra, 2002: 17.

parcialmente islamizada, a zona da Krajina³⁷, formada maioritariamente por sérvios e povos que haviam caído sob ocupação otomana e a quem os Habsburgos ofereciam terras e outros benefícios, formava uma fronteira militar que funcionou como linha avançada do Império Habsburgo contra os turcos Otomanos (Girão, 1997: 18).

Por volta de 1463, o exército turco entra na Bósnia-Herzegovina e na Dalmácia, destruindo o Estado Bósnio medieval, e interrompendo o processo de formação de uma identidade bósnia (Rados, 1999: 17). A ocupação durará até 1878, com o Congresso de Berlim e assim, quatro séculos depois da sua conquista, o Império Otomano perde a administração da Bósnia-Herzegovina, a favor do Império Austro-Húngaro que, em 1908 anexa formalmente o território (Cutileiro, 2003: 153; Girão, 1997: 20).

Em 1527, os turcos derrotam os exércitos croata e húngaro no campo de Mohac, ficando a Croácia reduzida a uma pequena área a Leste e a Sul de Zagreb. Como consequência do avanço dos Otomanos, houve um forte êxodo das populações que fugiam aos ocupantes, tendo algumas áreas da Bósnia sido, neste período, islamizadas. Nesse mesmo ano de 1527, os croatas e os húngaros passaram para a coroa dos Habsburgos (Girão, 1997: 86; Rojo, 1992: 26).

Ainda no início do séc. XVI, os reis austríacos da dinastia dos Habsburgos organizaram uma zona fronteiriça militar com um comando ligado a Viena, para defender o sul do Império Austro-Húngaro contra o Império Otomano. Uma vez que a população local croata era insuficiente para defender esta área, os sérvios foram convidados a ocupar estas terras, devendo em contrapartida lutar contra a expansão Otomana (área da Krajina) (Hajdinjak, 2001: 15; Rados, 1999: 15). A Krajina representava desta forma, a divisória entre o Império Otomano e dos Habsburgos, mas representava também a divisória entre as populações católicas e as populações ortodoxas na zona Balcânica (Girão, 1997: 88).

Entretanto na Europa, em 1789 deu-se a Revolução Francesa, que iria inspirar toda uma fase de nacionalismos e independências, por todo o mundo. A Sérvia conseguiria finalmente ganhar a sua autonomia do Império Otomano através de duas batalhas, a primeira em 1804 e a segunda em 1815, num período em que o Império Otomano já se debatia com graves crises internas. Estas rebeliões, que levaram à intervenção da Áustria, da Rússia e de outras potências europeias nos Balcãs, conduziram à reconstituição de um reino sérvio. A Rússia, vinha já encorajando movimentos insurreccionais nas províncias Balcânicas contra os Turcos, desde o séc. XVIII e, quando o Império Otomano entra definitivamente

³⁷A Krajina, estabelecida por volta de 1527, tornou-se um território com estatuto especial e grande autonomia denominada Fronteira Militar do Império Habsburgo na Croácia, em 1630, altura em que o imperador Ferdinando II, num documento intitulado *Statuta Valachorum*, concedeu à população da Krajina isenção das obrigações feudais, liberdade para eleger os seus próprios líderes e para praticar o seu Cristianismo Ortodoxo e completa autonomia em relação à nobreza croata em troca dos seus serviços militares (Noel Malcolm, *Bósnia. A Short History*. New York: New York University Press, 1994, pp. 72-73 in Hajdinjak, 2001: 15).

em declínio, só a política de equilíbrio *Balance Power*, em grande parte fomentada pela Grã-Bretanha, que no séc. XIX dominava o Mediterrâneo, iria impedir que o Império Otomano não fosse repartido pelos estados europeus (Girão, 1997: 18; Rados, 1999: 13).

Podem ser identificados aqui dois tipos de interesses, por um lado os britânicos, que tinham uma política de domínio do Mediterrâneo e da rota das Índias, e do outro a Rússia, que progredia para Sul e se esforçava por estender a sua influência nos Balcãs aproveitando-se da solidariedade eslava e ortodoxa mas, que acima de tudo, pretendia conseguir o tão desejado acesso ao “mar quente”. A Inglaterra não o queria de forma alguma, pelo que a integridade do Império Otomano iria permanecer por um longo período de tempo como um princípio sagrado. Os interesses chocavam e desta forma o processo de desmembramento do Império Otomano pelos três imperialismos – Russo, Britânico e Austro-Húngaro – seria travado pelas suas próprias rivalidades (Girão, 1997: 18-19).

À medida que o Império Otomano se ia desintegrando, uma das potências europeias deveria assumir o controlo dos Balcãs e, durante o séc. XIX, desenrola-se uma luta das potências europeias pelo controlo das terras que aquele império ia abandonando. A Rússia e a Áustria-Hungria apresentavam-se como os melhores candidatos (Rados, 1999: 20-23).

OS PROJECTOS NACIONAIS

O séc. XIX seria marcado pelos nacionalismos, que emergiam por toda a Europa, primeiro na região Ocidental, depois na Alemanha e Itália, e finalmente na zona Central e Balcânica (Girão, 1997: 10). O principal objectivo dos povos eslavos do Sul era a independência nacional, através da criação do próprio Estado-Nação croata, sérvio ou esloveno, e só em segundo lugar estava a ideia de criar um Estado comum. A evolução do despertar nacional, importado da Europa Ocidental, foi muito diferente entre os diversos povos eslavos do Sul e, durante muito tempo o factor externo foi mais importante que o próprio desenvolvimento da consciência nacional. Na primeira metade do séc. XIX, de entre todos os eslavos, somente o Montenegro e a Sérvia eram estados independentes *de facto*, e existia entre aqueles pertencentes ao Império Austro-Húngaro, um sentimento comum de subjugação (Rados, 1999: 36). Restavam aos eslavos do Sul três saídas: a soberania húngara, nações próprias ou uma nação eslava com a Sérvia e o Montenegro. Os croatas e os eslovenos viam com bons olhos a segunda opção, mas impôs-se a terceira (Fuente, s.d.).

Como resultado, quando os nacionalismos surgiram na zona dos Balcãs, estes já eram ou pan-sérvios, defensores de uma Grande Sérvia, ou pancroatas, defensores de uma Grande Croácia; não existindo a pretensão de unir estes dois povos. Para os croatas, as ideias de independência tinham como principal objectivo a libertação face ao Império Austro-

Húngaro, tendo surgido o Movimento Ilírico³⁸ (Moncada, 2001: 23; Rados, 1999: 37-39). A ideia nacional croata, elaborada por Ante Starcevic, na segunda metade do séc. XIX, evocava a “Grande Croácia” de Tomislav, que deveria incluir também a Dalmácia, a Eslavónia, a Bósnia-Herzegovina e a Vojvodina, tendo aquele recusado o uso do cirílico³⁹ e defendido a ideia de uma raça croata pura, pelo que a Krajina representava um problema, visto ser maioritariamente povoada por sérvios, que segundo ele, deveriam ser eliminados para conseguir uma Croácia etnicamente pura. Logo, o ódio aos sérvios da Krajina e mais tarde aos sérvios da Bósnia-Herzegovina, transformou-se no primeiro pilar do nacionalismo croata preconizado por Starcevic. Um conceito diferente, era o defendido pelo bispo Josip Strossmayer (1815-1905), apoiante da “unidade nacional” de todas as nações Eslavas do Sul, que em 1868 fundaria em Zagreb a Academia Jugoslava das Ciências e Belas Artes (Girão, 1997; Niksic e Rodrigues, 1996: 18; Rados, 1999: 39-40).

Do lado sérvio, também surgiram movimentos políticos e culturais com base na unidade nacional dos eslavos do Sul. Os sérvios pretendiam acima de tudo, consolidar a sua libertação do Império Otomano, daí surgindo a ideia dos eslavos do Sul. Ilija Garasanin (1812-1874), ministro do interior sérvio, sob influência de alguns círculos da emigração em Paris, elaborou a ideia da Grande Sérvia, por oposição à Grande Croácia de Ante Starcevic. Em 1844, escreveu um Memorando, que se destinava a servir como “programa nacional” sérvio a longo prazo. Este Memorando foi o primeiro e único documento do género até 1986, quando membros da Academia Sérvia das Ciências e Belas Artes formularam um novo programa nacional sérvio (Cutileiro, 2003: 20; Niksic e Rodrigues, 1996: 19-20; Rados, 1999).

A principal característica das ideias nacionalistas, tanto de croatas como de sérvios, foi acima de tudo, o desejo de independência face ao império Austro-Húngaro e Otomano, respectivamente. Daqui se conclui que, em ambas as ocasiões que os eslavos do Sul se uniram, foi mais devido a condicionantes exteriores, do que o resultado de uma vontade própria (Cutileiro, 2003: 20). Assim surgiram vários programas nacionais, o que segundo Niksic e Rodrigues (1996: 22), evidencia uma particularidade de todos os povos dos Balcãs, “que sempre tiveram a percepção de serem colocadas em perigo por alguém, um sentimento típico das minorias”.

Entre 1853 e 1856 tem lugar a Guerra da Crimeia, na qual se opuseram a Rússia e a Turquia, e na qual a Rússia alegou que pretendia defender os cristãos ortodoxos subjugados

³⁸ O nome “Ilirismo” provém de uma designação administrativa atribuída à região, pelas tropas napoleónicas aquando da invasão de uma parte dos Balcãs. O Movimento Ilírico surgiu nas décadas de 1830 e 1840, depois de ter sido imposto o húngaro como língua oficial em vez do latim, tendo sido fundado por figuras da cultura e ciência croata. Este movimento contava com inúmeros apoiantes na Croácia, na Dalmácia, na Eslovénia e na Bósnia-Herzegovina (Niksic e Rodrigues, 1996: 19).

³⁹ Tradicionalmente usado pelos ortodoxos (sérvios, montenegrinos e macedónios).

aos otomanos, sendo que na realidade aspirava a controlar os estreitos do Bósforo e Dardanelos⁴⁰ e assim assumir um papel dominante nos Balcãs. Entretanto, a Grã-Bretanha estava interessada em manter o *status quo* na zona, preservando o controlo geoestratégico do Mediterrâneo e acabando com as pretensões russas sobre os estreitos. Consequentemente os interesses britânicos e otomanos confrontavam-se com as pretensões russas na zona balcânica. Por sua vez a Áustria jogava com o conflito entre a Grã-Bretanha e a Rússia. Entretanto, a França, a Grã-Bretanha e a Áustria, aliaram-se para impedir a expansão da Rússia e apoiaram a Turquia, declarando guerra à Rússia. Esta acabaria por sair derrotada e teve de desistir temporariamente de dominar os estreitos e os Balcãs (Girão, 1997: 20; Oliveira, 2001: 266; Rados, 1999: 22).

Em 1867 foi estabelecida uma monarquia dual entre a Áustria e a Hungria, e a Croácia foi mais uma vez dividida⁴¹ (Girão, 1997: 89).

Após a guerra da Crimeia e a derrota da Rússia, o Tratado de Paris de 1856 manteve o Império Otomano na zona dos Balcãs sob a garantia das potências ocidentais. Mais tarde, em 1877-1878⁴², os levantamentos das diversas populações cristãs (sérvias, búlgaras, montenegrinas e bósnias), levam de novo os russos a intervir nos Balcãs. Desta feita, se a Rússia derrotasse os Otomanos, conseguiria não só o controlo dos estreitos, como ainda estender a sua influência ao Médio Oriente, ameaçando os interesses geopolíticos britânicos, daí que estes tentassem de novo salvar o Império Otomano, mas desta vez a Rússia sairia vencedora. No entanto, por pressão da Grã-Bretanha, os russos seriam obrigados a partilhar as zonas de influência nos Balcãs (Girão, 1997: 20; Rados, 1999: 24).

A 3 de Março de 1878 foi assinado o acordo de São Stefano, que acabou com a Guerra Russo-Turca, que criou a Grande Bulgária e cedeu a autonomia à Bósnia-Herzegovina, à Sérvia e ao Montenegro. No entanto, este acordo mostrou-se desastroso para a Sérvia, já que a Bulgária acabou por ocupar partes da Sérvia e da Macedónia. O acordo de São Stefano seria substituído por um novo, no Congresso de Berlim, assinado pela Rússia, Turquia, França, Inglaterra, Alemanha, Áustria e Itália, cujo objectivo era impor um novo equilíbrio entre as potências internacionais na zona dos Balcãs, e que estabeleceu vários estados independentes nos Balcãs. A “Grande Bulgária” foi substancialmente reduzida; foi reafirmada a independência oficial da Sérvia e do Montenegro; e a Bósnia-Herzegovina foi entregue ao protectorado da Áustria-Hungria que, vinte anos depois, a iria anexar (Girão, 1997: 102; Niksic e Rodrigues, 1996: 23; Oliveira, 2001: 273; Rados, 1999: 24-25).

⁴⁰ Os estreitos do Bósforo e Dardanelos fazem a ligação entre o Mediterrâneo e o Mar Negro.

⁴¹ A Dalmácia e a Ístria ficaram para a Áustria; a Croácia e a Eslavónia para a Hungria (Girão, 1997: 89).

⁴² Guerra Russo-Turca.

Quanto à Bósnia, durante séculos os seus habitantes haviam sido incumbidos de defender as fronteiras do Império Otomano, lutando contra os Habsburgos, mas agora, como resultado dos acordos entre as potências, encontravam-se submetidos à Áustria, sem nunca terem sido consultados. Isto fez com que a ocupação tivesse uma forte resistência no interior da Bósnia, não só dos muçulmanos, mas também dos sérvios e dos croatas que se uniram contra o ocupante⁴³ (Girão, 1997: 102; Rados, 1999).

Em 1903 houve uma mudança de líder no reino da Sérvia, tendo sido derrubada a dinastia Obranic, que havia cooperado com a Áustria-Hungria, e substituída pela dinastia Karadjordjevic (Rados, 1999: 28).

A partir do momento em que Império Austro-Húngaro anexa a Bósnia, observa-se um sentimento anti-austríaco nas comunidades bósnias e inclusivamente na Dalmácia, onde em 1907, foi fundada a Coligação Servo-Croata. A anexação levou muitos jovens nacionalistas sérvios da Bósnia, a declararem-se nacionalistas jugoslavos, nos quais se incluía Gavrilo Princip, que viria a assassinar o arquiduque Francisco Fernando (*ibid.*: 29-30).

A IDEIA JUGOSLAVA

A anexação da Bósnia-Herzegovina pelo Império Austro-Húngaro, a 5 de Outubro de 1908, apoiada pela Alemanha e criticada pela Rússia, contribuiu para o avivar do nacionalismo, que nesta altura era a principal ideologia europeia (Girão, 1997: 21-22; Rados, 1999: 28).

O primeiro factor que contribuiu para a materialização da ideia jugoslava na Croácia, foi a política germano-austríaca. No seguimento desta política, a Áustria pressionou a Hungria para intensificar o seu domínio sobre os croatas, de forma a controlar mais eficazmente a Costa Adriática. A resposta a esta pressão, foi o surgimento da coligação servo-croata na Dalmácia, que anunciou como objectivo a criação de um Estado eslavo comum nos Balcãs, fora do Império Austro-Húngaro. Desta forma, estavam por um lado os croatas, que pretendiam a sua independência perante os húngaros, tendo sido ajudados pelos sérvios da região da Dalmácia; por outro, os sérvios, que pretendiam a unificação de todos os sérvios, e para isso contavam com a ajuda dos croatas (Rados, 1999: 41).

AS GUERRAS BALCÂNICAS

Nas vésperas da I Guerra Mundial os dois principais objectivos do Reino da Sérvia eram, primeiro, manter a sua independência e segundo, conseguir a unificação de todos os

⁴³ Neste período de ocupação da Bósnia pelo Império Austro-Húngaro, houve uma forte emigração de muçulmanos para a Turquia e muitos ortodoxos emigraram para a Sérvia (Girão, 1997: 102; Rados, 1999:14).

sérvios num único Estado (Rados, 1999: 30). A Bulgária, por seu lado, havia sido reduzida pelo Congresso de Berlim e pretendia alargar o seu território à custa da Turquia. Desta forma, os interesses da Bulgária e da Sérvia coincidiam, e os dois estados estabelecem uma aliança contra a Turquia⁴⁴ em 1911, a que mais tarde aderem ainda a Grécia e o Montenegro. Em Outubro de 1912 tem início a Primeira Guerra Balcânica, da qual os Otomanos saem derrotados e em que os territórios da Sérvia, Bulgária, Grécia e Montenegro são alargados à custa daqueles (*ibid.*: 104).

Uma segunda alteração das fronteiras nos Balcãs viria a acontecer depois da Segunda Guerra Balcânica, em que se estabeleceram as fronteiras entre a Sérvia, o Montenegro, a Grécia, a Bulgária, a Roménia e a Albânia⁴⁵ (Nye, 2002: 100). Esta Segunda Guerra Balcânica, em 1913, pretendeu solucionar o problema das fronteiras entre os vitoriosos da Primeira Guerra, ou seja, dividir as terras libertadas pelos Turcos, e teve como principal causa a disputa entre a Bulgária e Sérvia relativamente à Macedónia. Assim, gregos e sérvios aliaram-se contra a Bulgária e mais tarde os romenos e os montenegrinos juntaram-se àqueles, acabando por derrotar a Bulgária. Entretanto, a Alemanha e a Áustria, nunca deixaram de interferir no conflito, contribuindo para manter a instabilidade da zona.

No final das guerras, a Sérvia tinha duplicado o seu território e a reconstrução do estado sérvio ficou finalmente concluído. Apesar disto, a Sérvia saiu bastante enfraquecida das duas guerras e as suas relações com a Áustria-Hungria eram cada vez mais tensas (Girão, 1997: 22; Rados, 1999).

DA I GUERRA MUNDIAL À PRIMEIRA JUGOSLÁVIA

O período que antecedeu a I Guerra Mundial, caracterizou-se pelo conflito latente entre a Sérvia e o Império Austro-Húngaro, sobretudo por causa da Bósnia-Herzegovina onde, no início do séc. XX, a maioria da população era sérvia. A independência da Sérvia, incentivou as tendências nacionalistas nos outros povos eslavos do Sul, que aspiravam a ter o seu próprio Estado ou a uma unificação num Estado eslavo (Rados, 1999: 30).

Devido ao estado de tensão vivido entre o Império Austro-Húngaro e o reino da Sérvia, a visita do futuro imperador Austro-Húngaro, Francisco Fernando, a Sarajevo⁴⁶, precisamente a 28 de Junho, dia em que se comemorava a Batalha do Kosovo, foi vista pelos sérvios como uma provocação. Nesse dia, Gravilo Princip, com ligações à organização sérvia

⁴⁴ A parte secreta do acordo referia que a Macedónia seria cedida pelos sérvios aos búlgaros (Rados, 1999: 30).

⁴⁵ Que surge como um novo reino com a ajuda da Áustria-Hungria, como freio ao poder sérvio.

⁴⁶ Capital da Bósnia-Herzegovina.

“Mão Negra” e ao movimento “Jovem Bósnia”, assassinava o herdeiro Francisco Fernando (*ibid.*: 33).

Após o atentado, a Áustria-Hungria faz um ultimato aos sérvios e, argumentando não ter ficado satisfeita com a resposta do Reino da Sérvia, declara a guerra precisamente um mês depois do assassinato. Entretanto, todas as potências europeias começaram a formar as suas alianças. A Áustria-Hungria já tinha pedido o auxílio alemão no caso de entrar em guerra directa com a Sérvia, e indirectamente com Rússia; por seu lado, o primeiro-ministro sérvio pediu ajuda ao Czar da Rússia. No Verão de 1915, a situação da Sérvia piorou ao entrarem dois novos exércitos em cena, o austro-alemão e o búlgaro. A Bulgária, que havia sido derrotada na Segunda Guerra Balcânica, aliara-se com as forças austro-alemãs para recuperar o controlo sobre a Macedónia. Os sérvios, que se vêem atacados por dois lados, retiram para Sul onde recebem a protecção da França, podendo encontrar-se aí a origem da amizade franco-sérvia, tantas vezes referida aquando o último conflito na Jugoslávia (Rados, 1999: 34-35).

De referir que na I Guerra Mundial, houve sérvios a combater sérvios, já que muitos dos que viviam no Império Austro-Húngaro (na Croácia e na Bósnia-Herzegovina), combateram ao lado das tropas austro-húngaras, contra a Sérvia. Quanto aos muçulmanos da Bósnia-Herzegovina, apesar de se mostrarem leais à Áustria-Hungria, mantiveram contactos com os sérvios e alguns combateram mesmo ao seu lado, tendo em conta uma possível expansão dos sérvios no final da guerra. Os croatas da Bósnia-Herzegovina estavam mais divididos; uns queriam juntar-se aos sérvios, outros estabelecer o seu Estado nacional independente e outros ainda, queriam manter-se dentro do Império Austro-Húngaro, mas com uma maior autonomia política (Girão, 1997: 26; Rados, 1999: 35-36).

Logo em 1914, o Reino da Sérvia informou os aliados que, o seu objectivo depois da guerra era formar um novo Estado que reuniria sérvios, croatas e eslovenos que viviam nos Balcãs⁴⁷ e, ainda durante a Guerra, iniciaram-se as negociações entre o governo da Sérvia e o Comité Jugoslavo, para a formação de um futuro Estado comum (Girão, 1997: 26; Rados, 1999: 42-43).

Para que pudesse nascer uma nação de todos os eslavos do Sul, era necessária a queda de dois impérios, o Otomano e o dos Habsburgos. O Império Otomano já estava em declínio, mas não o Império Austro-Húngaro e para além disso, no início da Guerra as forças da Entente não pretendiam desmantelar a Áustria-Hungria. À Grã-Bretanha não lhe interessava a expansão da Sérvia, uma vez que a via como uma aliada natural da Rússia, que era considerada a principal rival da Grã-Bretanha, já que podia avançar para o Médio Oriente e ameaçar as suas possessões nessa zona. A França considerava a Alemanha o

⁴⁷ Na denominada *Declaração de Nis*.

principal inimigo, mais do que a Áustria-Hungria. A Rússia também não desejava o desmantelamento da monarquia dos Habsburgos, uma vez que não lhe interessava que os católicos, croatas e eslovenos, se unissem aos ortodoxos, sérvios e montenegrinos, num Estado comum e aumentassem a influência do Vaticano nos Balcãs (Girão, 1997: 25; Rados, 1999: 41).

Logo, no início da Guerra, haviam muitas razões para que os futuros vencedores mantivessem a Áustria-Hungria e poucas para permitirem o estabelecimento de um Estado comum dos eslavos do Sul. No entanto, a revolução bolchevique na Rússia, em 1917, contribuiu para que as forças vitoriosas desejassem ter nos Balcãs um Estado forte, capaz de resistir às influências comunistas, e os “Catorze Pontos” de Woodrow Wilson, que abriram a porta à autodeterminação dos povos, vieram alterar aquela situação a favor dos eslavos do Sul (Girão, 1997: 27; Rados, 1999: 41-42).

Os aliados da Entente pretendiam que os países vizinhos dos eslavos do Sul entrassem na guerra ao seu lado, e por isso estavam dispostos a beneficiar a Itália, a Bulgária e a Roménia, com algumas concessões territoriais à custa dos sérvios e dos croatas. Assim, em 1915 era assinado o Tratado de Londres pela Grã-Bretanha, a França e a Rússia que, para tentar convencer a Itália a juntar-se a eles, lhe prometeram as regiões da Ístria e da Dalmácia, ambicionadas pela Itália, facto que poderia atirar por terra as aspirações jugoslavas (Girão, 1997: 26; Rados, 1999: 41).

Nesse mesmo ano era criado o Comité Jugoslavo em Londres⁴⁸, que tinha como objectivo a criação de um Estado comum de três povos constitucionais, os sérvios, os croatas e os eslovenos. Apesar dos membros do Comité Jugoslavo pretenderem a independência dos seus povos, no seu próprio Estado, depois de conhecerem a existência do acordo secreto de Londres, que previa que uma grande parte da costa adriática fosse incluída na Itália, aperceberam-se que a única solução possível era a união num Estado Jugoslavo, já que não conseguiriam a criação dos respectivos estados independentes (Girão, 1997: 26; Rados, 1999: 43).

As primeiras acções concretas para a fundação do Estado comum, foram realizadas com a adopção da Declaração de Corfu, assinada em 20 de Julho de 1917, pelo Primeiro-Ministro da Sérvia, Nikola Pasic e pelo presidente do Comité Jugoslavo, Ante Trumbic. Segundo aquela Declaração, o Estado comum seria uma monarquia constitucional e parlamentar, com a dinastia Karadjorjevic à cabeça do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, onde seria garantida a liberdade de religião e permitida a utilização tanto do cirílico como do latim; no entanto a Declaração não especificava se o novo estado seria uma

⁴⁸ O Comité Jugoslavo era formado por intelectuais e políticos croatas, sérvios e outros eslavos do Sul, que viviam no Império Austro-Húngaro e estavam exilados em Londres.

federação de parceiros iguais ou, se representaria simplesmente uma extensão do sistema administrativo sérvio (Girão, 1997: 27; Rados, 1999: 44).

Em Junho de 1918, depois dos aliados concederem o direito à autodeterminação aos polacos e aos checos, o Comité Jugoslavo pede para ser o representante dos Eslavos que habitavam no Império Austro-Húngaro e pede que os eslavos do Sul tenham direito à autodeterminação (Girão, 1997: 28; Rados, 1999: 44).

Em Agosto desse ano, os eslavos do Império Austro-Húngaro, abandonavam a ideia de um Estado eslavo no interior da Áustria-Hungria e, a 29 de Outubro de 1918, era anunciado, pelo Conselho Nacional⁴⁹ em Zagreb, um novo Estado de eslovenos, croatas, e sérvios que viviam na Áustria-Hungria. O Conselho Nacional de Zagreb, para além da independência completa perante a coroa austro-húngara, anunciou também a unificação da Dalmácia e Eslavónia, com a Croácia. Em Novembro, representantes do Conselho Nacional, do Comité Jugoslavo e do governo sérvio, assinaram em Genebra uma declaração sobre o estabelecimento de um estado dos Eslavos do Sul. Simultaneamente, a Vojvodina, o Montenegro⁵⁰ e ainda quarenta e dois, dos cinquenta e dois distritos da Bósnia-Herzegovina, declararam a sua unificação com a Sérvia. O exército sérvio entrava em Sarajevo a 6 de Novembro de 1918, e uma semana depois em Zagreb. Finalmente, a 1 de Dezembro de 1918, o príncipe regente Alexandre Karadjorjevic anunciava a fundação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (Girão, 1997: 27-28; Rados, 1999: 45).

Cabe aqui clarificar que, como Cutileiro refere (2003: 20) a união dos croatas, sérvios e eslovenos, foi uma realidade “mais imposta do que voluntária”. Por um lado, os croatas optaram pela união dos eslavos do Sul, como forma de evitar que o seu território fosse repartido pelos aliados depois da guerra, e ainda devido à ameaça da Itália, o que os colocou dependentes do exército sérvio⁵¹; por seu lado, os sérvios teriam preferido a opção da Grande Sérvia, que incluiria todos os sérvios, já que eram os mais numerosos e se encontravam espalhados por toda a região da futura Jugoslávia, mas da qual tiveram de desistir por três motivos: a criação da Albânia em 1913, que impedia qualquer expansão da Sérvia para Sul; a Revolução bolchevique de 1917, que tirou o apoio da Rússia à Sérvia; e, já depois da Guerra, a política do presidente Wilson, que defendeu a autodeterminação dos povos, o que favorecia a independência dos croatas e eslovenos. Deste modo tudo se conjugou para que os sérvios, os croatas e os eslovenos se unissem numa só nação (Cutileiro, 2003: 20-21; Girão, 1997: 23-32).

⁴⁹ A 29 de Outubro de 1916, foi constituído em Zagreb o Conselho Nacional, que devia negociar uma união com a Sérvia e Montenegro (Girão, 1997: 26).

⁵⁰ Que era constituído por sérvios e que era um Estado livre desde longa data e devia também desistir da sua independência (tal como a Sérvia).

⁵¹ Ainda antes da união dos eslavos do Sul, o Conselho de Zagreb pediu a ajuda do exército sérvio, assim a presença das tropas sérvias, apesar de necessária, era vista com algum ressentimento (Girão, 1997: 28).

Desta forma, a primeira Jugoslávia foi construída com base nos arranjos impostos pelos Aliados, aos vencidos da I Guerra Mundial. O novo país assemelhava-se a uma manta de retalhos, constituída por diferentes regiões, nações, e religiões, incluindo territórios que haviam sido austríacos, búlgaros, húngaros e otomanos (Cutileiro, 2003: 25; Niksic e Rodrigues, 1996: 22).

A I Guerra Mundial terminou formalmente com a Conferência de Paz de Paris em 1919, em que se assinaram diversos tratados, sendo o mais importante o Tratado de Versalhes. Nesse Tratado, o novo Estado dos Eslavos do Sul foi imediatamente reconhecido pelo presidente norte-americano Woodrow Wilson, que supostamente desconhecia o acordo secreto de Londres. Os Estados Unidos seriam, a primeira grande potência a reconhecer oficialmente o Reino Jugoslavo em Fevereiro de 1919, e foi este o primeiro envolvimento directo dos Estados Unidos nos assuntos geoestratégicos da Europa no século XX⁵². Após a Conferência de Paz, a Alemanha teve de devolver terras a outros países; a monarquia dos Habsburgos terminou e a Polónia, Checoslováquia, Hungria e Jugoslávia tornaram-se novos estados. Após a I Guerra acontecia o terceiro ajustamento das fronteiras nos Balcãs, com o desmantelamento do Império Austro-Húngaro e a fundação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. As fronteiras foram radicalmente alteradas à custa dos vencidos da guerra: Áustria, Hungria e Bulgária (Girão, 1997: 28; Niksic e Rodrigues, 1996: 22; Rados, 1999).

A chamada Primeira Jugoslávia iria durar de 1918 a 1941.

A PRIMEIRA JUGOSLÁVIA

Em 1920 realizaram-se as primeiras eleições livres, nas quais participam 22 partidos e que deram mais deputados aos dois grandes partidos sérvios e, a 28 de Junho de 1921, surge uma nova Constituição, obtida com os votos dos dois grandes partidos sérvios, de um pequeno partido esloveno e do partido muçulmano (Cutileiro, 2003: 25-26; Girão, 1997: 33; Rados, 1999: 48). Logo aí se verificaram grandes desentendimentos já que os sérvios eram a favor do centralismo e os croatas se opunham, e propunham um sistema político descentralizado. Mas as forças centralistas ganham, e a Constituição é adoptada. A Croácia desaparece do mapa com a nova Constituição, enquanto os muçulmanos bósnios conseguem por exemplo, que as seis províncias bósnias se mantenham tal como existiam durante a administração do Império Otomano (Rados, 1999: 49).

⁵² Devido ao acordo secreto de Londres, só a 28 de Junho, a França e a Grã-bretanha reconheceram a Jugoslávia (Rados, 1999: 46).

Assim, desde o início, o país fortemente centralizado, foi dominado pela Sérvia e, desde o início, a lealdade e convicção da Croácia ao novo estado jugoslavo, foram incertas. De 1921 a 1928, os croatas sempre mantiveram a esperança de que conseguiriam obter um Estado próprio. Em 1923, realizam-se as segundas eleições legislativas jugoslavas, nas quais o Partido do nacionalista croata Stjepan Radic, consegue um amplo apoio na luta por uma Croácia independente, em oposição ao estado centralizado, imposto pela Constituição de 1921 (Cutileiro, 2003: 26; Rados, 1999: 50).

Entre 1921 e 1929, o novo Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, seria caracterizado por uma série de crises, por instabilidade e desentendimentos entre os vários partidos; os sérvios defendendo o centralismo e os croatas o federalismo, que lhes garantiria maior autonomia, agravado ainda pelo descontentamento dos croatas com o predomínio dos sérvios no Governo, na Administração e nas chefias militares. A situação era de tal forma instável que, em 1928, ocorreu um atentado em plena assembleia: no dia 20 de Junho, um deputado montenegrino disparou contra quatro deputados croatas, ferindo gravemente Stjepan Radic, que viria a morrer alguns meses depois. Na sequência do atentado e da prolongada crise política, a 6 de Janeiro de 1929, o rei Alexandre aboliu a Constituição, dissolveu o Parlamento, baniu todos os partidos com cariz nacional e proclamou a ditadura pessoal real. Este novo regime anunciou como objectivo político, a unidade nacional e integridade territorial jugoslava, e para tal foi criado um novo instrumento político: o Partido Nacional Jugoslavo. Apesar dos esforços de rei para diminuir as diferenças internas através de um novo patriotismo supranacional, a hegemonia sérvia, ao invés de se esbater, aumentou e endureceu ainda mais (Cutileiro, 2003: 27; Girão, 1997: 33-34; Rados, 1999: 47-51).

Na sequência da instauração da ditadura, foram criadas uma série de leis que limitaram a liberdade de imprensa e a actividade dos partidos políticos, tendo por exemplo, sido proibidos os partidos nacionais, religiosos ou regionais. A ditadura trouxe também uma nova organização administrativa, dividindo o Estado em nove províncias, que não coincidiram com os critérios de divisão histórica ou nacional, tudo com o objectivo de reforçar a unidade estatal. Nesta altura o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos passa a denominar-se Reino da Jugoslávia. Vários foram os países que apoiaram a ditadura do rei Alexandre, entre eles a França, que pretendia neutralizar o crescente poder da Alemanha hitleriana, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que esperavam que o rei conseguisse manter o seu exército forte (Rados, 1999: 51-52).

A situação económica da Jugoslávia era pouco favorável desde a sua constituição: a indústria empregava 6% da população activa do novo Estado e a agricultura cerca de 80%; o nível de vida era muito baixo, por exemplo, em 1931 o rendimento *per capita* na Jugoslávia era 60 dólares, enquanto nos Estados Unidos era 521 dólares e na Alemanha 337 dólares; o

sistema financeiro não funcionava, uma vez que continuavam a vigorar quatro moedas diferentes existentes nos regimes anteriores; para além disso, a destruição durante a I Guerra Mundial foi enorme, só na Sérvia houve cerca de 630 mil vítimas e calcula-se que houve no total, um milhão e novecentos mil mortos na região Jugoslávia (Rados, 1999: 46).

Em Outubro de 1929 deu-se a queda da Bolsa de Wall Street, que marcou o início de uma grave crise económica, que conduziu a uma depressão a nível mundial. Durante a década de trinta, a Europa viveu uma depressão económica sem precedente, ao mesmo tempo que se assistiu ao exacerbar dos nacionalismos que, um pouco por toda a parte, se manifestavam através do fascismo e no nacional-socialismo (Girão, 1997: 42).

Entretanto, todas as tentativas do rei para estabelecer um consenso foram infrutíferas e, a 9 de Outubro 1934, o rei Alexandre seria assassinado num atentado em Marselha, por um macedónio ligado a elementos separatistas croatas denominados *utasha*⁵³, deitando por terra os seus esforços de reconciliação servo-croata, através da criação da nação jugoslava (Girão, 1997: 41; Niksic e Rodrigues, 1996: 307; Rados, 1999: 52).

DA II GUERRA MUNDIAL À JUGOSLÁVIA COMUNISTA

Por esta altura, por toda a Europa triunfavam os fascismos: na Alemanha e na Áustria, na Hungria e na Itália. Por seu lado, o território jugoslavo era um espaço onde se confrontavam os vários interesses geopolíticos das potências europeias, e o príncipe regente Paulo Karadjordjevic, percebeu que era urgente salvar a Jugoslávia da Itália fascista e da Alemanha nazi (Rados, 1999: 53-54). Desta forma, em Agosto de 1939, o Governo assinou um acordo com a oposição croata, que ficou conhecido como *Sporazum* (compromisso), que criou uma Croácia autónoma, que se autogovernava em tudo excepto nos assuntos de defesa e política externa, provocando grande descontentamento entre os sérvios. A assinatura deste acordo ficou a dever-se à ameaça da aproximação da II Guerra Mundial, às reivindicações cada vez mais insistentes dos croatas e à dissolução da Checoslováquia perante o poderio de Hitler. Logo depois da assinatura do *Sporazum*, foi nomeado um novo governo de coligação e foi com este novo governo que se estabeleceu a nova província autónoma, a *Bonavina* (província) *da Croácia*, que não só conquistou uma larga autonomia política, como abarcava o imenso território constituído pela futura Croácia titista, a maioria da Eslovénia, a maior parte da Dalmácia e partes da Bósnia-Herzegovina, considerada terra de ninguém e cobiçada por sérvios e croatas. Assim sendo, os croatas obtinham finalmente aquilo que reclamavam

⁵³ O Movimento *Utasha*, era um grupo separatista croata, fundado em 1929 por Ante Pavelic, e que contava com o apoio do líder fascista italiano Benito Mussolini.

desde o fim do Império Austro-Húngaro: o direito de estabelecer o seu próprio Parlamento em Zagreb (Cutileiro, 2003: 27; Girão, 1997: 44-45; Rados, 1999: 54).

A 25 de Março de 1941, representantes do governo jugoslavo, numa tentativa de manter a Jugoslávia fora do conflito, assinaram em Viena o “Pacto Tripartido⁵⁴” com a Alemanha, a Itália e o Japão, um sistema de aliança que daria um estatuto de neutralidade à Jugoslávia. Contudo, de volta a Belgrado, a 27 de Março, é efectuado um golpe militar, cuja organização foi atribuída aos britânicos, que derrubou o governo e declarou o príncipe Pedro, o novo rei. O novo governo tentou evitar o pior enviando recados conciliatórios aos alemães, mas o golpe de Estado iria levar Hitler a bombardear Belgrado no dia 6 de Abril de 1941. O exército do Reino da Jugoslávia, acabaria por capitular a 17 de Abril, enquanto o rei e o governo partiam para o exílio em Atenas (Cutileiro, 2003: 28; Girão, 1997: 46-47; Niksic e Rodrigues, 1996: 308; Rados, 1999: 54-55).

Segundo Rados (1999: 57), no Reino da Jugoslávia, durante a II Guerra Mundial existiram não uma, mas três guerras. A primeira foi a preservação da soberania do Reino dos Eslavos do Sul, que foi rapidamente perdida perante o poder avassalador das forças fascistas, o que levou à posterior ocupação e divisão do território jugoslavo devido à sua importância geoestratégica, como ponte de comunicação. A segunda foi a guerra civil, consequência do aparecimento de forças nacionalistas, onde a tendência mais visível foi o extermínio dos sérvios. A terceira, foi a guerra antifascista desenvolvida por duas forças com bases ideológicas diferentes: os tchetniks, dos nacionalistas sérvios e os partisan, dos comunistas jugoslavos.

Em Abril de 1941, era fundado o Estado Independente da Croácia (NDH): por um lado, devido ao interesse dos alemães na estabilização da região e por outro, para explorar o descontentamento dos croatas, que iriam daí por diante lutar ao lado das forças nazis. Este estado incorporou no seu território o centro da Croácia, toda a Bósnia-Herzegovina – já que era considerado um território com população historicamente croata, apesar de ser na altura de população de maioria sérvia - e uma parte do norte da Sérvia. De acordo com a política utasha de Ante Pavelic⁵⁵, todos os muçulmanos bósnios foram considerados como as “flores da nação croata” e foi-lhes prometida a continuação da liberdade da religião muçulmana dentro do seu Estado, e assim o maior partido muçulmano da Bósnia-Herzegovina decidiu

⁵⁴ Segundo esse pacto - que contou com o apoio dos croatas e eslovenos e a oposição dos sérvios - pelo território da Jugoslávia não deveriam passar tropas alemãs ou dos seus aliados, nem as forças do Eixo pediriam ajuda militar à Jugoslávia (Niksic e Rodrigues, 1996: 308; Girão, 1997: 46-47; Rados, 1999: 54-55).

⁵⁵ O líder utasha, Ante Pavelic, havia chegado com o exército italiano a 15 de Abril de 1941 e autoproclamara-se chefe do primeiro Estado Croata que “desde há mil anos se pretendia independente” (Bernard Feron, *Jugoslavie: Origines d'un Conflit*, Le Monde Editions, Bruxelles, 1993, pág. 31 in Girão, 1997: 49). Pavelic iria negar o carácter eslavo da Croácia, afirmando que os seus habitantes eram germânicos e seria cúmplice de Hitler, tendo enviado inclusivamente uma brigada croata para lutar ao lado das tropas alemãs contra a URSS e declarado guerra aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha (Girão, 1997: 91; Rados, 1999: 58).

cooperar com o movimento utasha (Girão, 1997: 49-50; Niksic e Rodrigues, 1996: 71; Rados, 1999: 58- 61).

No entanto, o Estado Independente da Croácia nunca foi um estado independente, mas sim um território dividido em duas zonas, uma sob protecção alemã e outra sob protecção italiana e a política do movimento utasha, que teve todas as características de um partido nazi, efectuou-se massacrando sérvios, ciganos, judeus e executando uma estratégia de erradicação dos sérvios⁵⁶: “Matar um terço, expulsar outro e converter à fé católica o restante” (Rados, 1999: 58-59). Logo após o estabelecimento do Estado independente da Croácia, começaram as atrocidades contra os sérvios, sendo sobretudo os sérvios da Krajina os mais atingidos pela mortandade dos utasha. Tudo isto fez com que os sérvios se juntassem à resistência antifascista (Cutileiro, 2003: 154; Girão, 1997).

A primeira resistência⁵⁷ antifascista dentro da Jugoslávia, começou em Maio de 1941 e foi liderada por um nacionalista sérvio, sob autoridade do rei; em Junho iniciou-se a revolta dos partisan, organizados pelos comunistas e comandados por Josep Broz Tito⁵⁸, um comunista croata, e que desencadearam acções de guerrilha contra o Estado croata. A diferença entre os tchetniks e os partisan residia essencialmente nas ideologias e nos objectivos a alcançar. Enquanto os tchetniks lutavam pela libertação da Sérvia, com o objectivo de libertar os territórios onde viviam sérvios e formar uma Grande Sérvia, que deveria incluir o território da Bósnia-Herzegovina; os partisan lutavam pela revolução política e social dos povos jugoslavos e o seu objectivo era a criação de uma Jugoslávia comunista segundo o modelo soviético. Devido a divergências ideológicas com o movimento nacionalista sérvio tchetnik, os partisan acabariam por deixar a Sérvia em 1941, e dirigir-se para o território da Bósnia-Herzegovina (Cutileiro, 2003: 154; Girão, 1997: 51; Rados, 1999: 59-64).

Durante a Guerra, o território da Jugoslávia foi dividido entre a Alemanha nazi e os seus aliados Itália, Hungria e Bulgária, e posteriormente foram formados vários estados “fantoche” nesta região. O território da Eslovénia foi anexado pela Alemanha a Norte, e a Sul foi ocupado pela Itália. Mussolini incorporou ainda extensas partes da Croácia, quase toda a costa adriática e assumiu igualmente a “protecção” do Montenegro, que também perdeu territórios para a Albânia. Algumas partes do Norte da Croácia foram integradas na Hungria. A Sérvia foi cortada no Sul pela Grande Albânia, uma nova formação estatal

⁵⁶ Segundo os serviços de recenseamento americanos, cerca de 750 mil sérvios foram mortos pelo regime utasha durante a I Grande Guerra (Girão, 1997: 50).

⁵⁷ Essa resistência assumiu o nome de tchetnik, nome dado à resistência sérvia contra o Império Otomano.

⁵⁸ Tito foi nomeado secretário-geral do Partido Comunista Jugoslavo em 1937. O Partido Comunista da Jugoslávia (KPJ), criado em 1919, havia sido proibido depois de 1921, devido à política anticomunista de Alexandre I, leal ao Czar russo e à França. Depois de ter sido ilegalizado ficou clandestino até à Segunda Guerra Mundial. O Reino da Jugoslávia manteve a sua política anticomunista até 1940, tendo sido um dos últimos países a reconhecer a URSS (Cutileiro, 2003: 26; Rados, 1999: 50).

formada e ocupada pelos italianos. Partes do Leste e do Sul da Sérvia e ainda a maior parte da Macedónia foram incluídas na Grande Bulgária, que também cooperou com as forças fascistas, enquanto as terras do Norte da Sérvia foram incluídas na Grande Hungria; a Sérvia Central, passou a ser um território directamente administrado pela Alemanha; o Kosovo foi integrado na Albânia. Como resultado, o Reino da Jugoslávia desaparecia em Abril de 1941 (Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 57-58).

A posição dos muçulmanos da Bósnia-Herzegovina, durante o conflito entre sérvios e os croatas, foi bastante ambígua. Enquanto que, no período entre as duas guerras, a simpatia muçulmana estava com Zagreb, a política oficial muçulmana apoiava o Reino da Jugoslávia, onde deveria ser assegurado o estatuto de autonomia para a Bósnia-Herzegovina. Os muçulmanos viriam a ter uma grande participação nas forças das SS⁵⁹ alemãs, em parte devido ao Memorando enviado a Hitler em 1942, no qual se referia a origem dos muçulmanos nas tribos germânicas godas, e conseqüentemente a pertença à raça ariana. Como resultado, em 1943 nascia a Trigésima Divisão das SS, denominada Handzar⁶⁰, apenas composta por muçulmanos bósnios e que viria a praticar numerosas atrocidades, sobretudo contra os sérvios no Leste da Bósnia. Mas a verdade é que, mesmo que os muçulmanos quisessem cooperar com os sérvios ou comunistas, não tiveram muitas oportunidades para o fazer, devido por um lado, às atrocidades que os nacionalistas sérvios cometeram contra os muçulmanos na Herzegovina, e por outro, devido ao carácter anti-religioso que o comunismo havia assumido na URSS (Niksic e Rodrigues, 1996: 71; Rados, 1999).

De 1941 a 1944 a zona da Jugoslávia seria marcada por massacres, destruição de propriedades e expulsões da população. As guerras no território da Jugoslávia foram cruéis, contudo, o número exacto de sérvios vítimas do massacre utasha na Croácia nunca foi determinado, já que a maioria das valas comuns nunca foi aberta, e algumas nem foram assinaladas, devido à política oficial de “fraternidade e unidade” das nações jugoslavas posteriormente adoptada por Tito (Girão, 1997: 50-56; Niksic e Rodrigues, 1996: 55-56; Rados, 1999: 64). As atrocidades foram cometidas por utashas, tchetniks, partisan, muçulmanos e albaneses e, citando Cutileiro (2003: 34), embora o regime comunista pregasse a reconciliação panjugoslava, “(...) os rancores não haviam sido esquecidos. Não podiam manifestar-se, mas, tal como altares de fés interditas escondidos por paredes falsas, guardaram na alma de cada um ânimo para barbaridades futuras.”

⁵⁹ Sigla de Schutz-Staffel, Esquadrão de Protecção, corpo da polícia militarizada nazi (s.v. «SS» in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001).

⁶⁰ Handzar, provém do árabe “hanjara”, faca destinada a cortar a cabeça ou pescoço. Segundo fontes oficiais jugoslavas e fontes militares dos países europeus, esta divisão das SS, teria sido responsável pela morte de várias centenas de milhares de sérvios, judeus e ciganos, entre 1941 e 1944 (Niksic e Rodrigues, 1996: 71).

No que respeita aos Aliados, se ao início da Guerra, o seu apoio fora dado aos tchetniks, posteriormente, vários relatórios dos oficiais britânicos, que elogiavam a forma de luta dos partisan, levaram Winston Churchill a apoiá-los e a cortar relações com os tchetnik. Desta forma os partisan passariam a ser o instrumento da política dos Aliados na Jugoslávia⁶¹ (Girão, 1997: 51; Rados, 1999: 63-64).

A data que assinalou a subida definitiva dos partisan foi a 8 de Outubro de 1943, quando a Itália de Mussolini capitulou, e o movimento de libertação de Tito ganhou novos partidários dentro da própria Jugoslávia. Nos dois meses seguintes foram fundados os governos provisórios dos povos que iriam formar a nova Jugoslávia. Nesse mesmo ano, os comunistas jugoslavos, liderados por Tito decidiram fundar um novo Estado, com características de um Estado federal, composto por seis “repúblicas” e na segunda reunião do AVNOJ, na Bósnia-Herzegovina em Novembro de 1943, foram estabelecidos os princípios fundamentais do futuro Estado comunista. O primeiro desses princípios era o direito à autodeterminação dos povos do Reino da Jugoslávia, pelo qual cada povo podia exercer esse direito, incluindo o direito de separação; este princípio foi adoptado para evitar a hegemonia sérvia, que havia caracterizado o primeiro Estado dos Eslavos do Sul. O segundo princípio, foi o da substituição do rei pelo Comité Nacional de Libertação da Jugoslávia (NKVOJ), um governo provisório, cujo presidente seria Tito (Niksic e Rodrigues, 1996: 31; Rados, 1999: 65-66).

Depois dos partisan⁶² terem sido reconhecidos em 1943 como exército aliado, em 1944, são reconhecidas as decisões do AVNOJ sobre o federalismo, e o exército de Tito como único exército legal da Jugoslávia (Rados, 1999: 66). Nesse mesmo ano, Churchill e Estaline chegam a um acordo e dividem a Jugoslávia comunista ao meio: metade foi considerada como zona de influência soviética e a outra metade sob influência dos vencedores ocidentais, através da aplicação da política de metade metade, que caracterizou a Guerra Fria que se instalou na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Mas, em 1945, a Jugoslávia comunista seria considerada como fazendo parte do Bloco de Leste (Niksic e Rodrigues, 1996: 24; Rados, 1999: 111).

Em Setembro de 1944, as forças aliadas em conjunto com as forças de Tito, lançaram uma ofensiva contra o exército alemão que ocupava a Jugoslávia e, antes do fim de Outubro, Belgrado e a maioria dos bastiões chave da Jugoslávia foram libertadas.

⁶¹ Em Novembro de 1942, Tito fundou na cidade de Bihac, na Bósnia, o Conselho Antifascista de Libertação Popular da Jugoslávia, (AVNOJ), que marcou o início da construção do futuro Estado comunista (Rados, 1999: 65).

⁶² Os partisan comunistas, embora ao início fossem na sua maioria sérvios, ao longo da guerra foram incluindo gente todas as nacionalidades jugoslavanas que lutavam contra as forças ocupantes (Cutileiro, 2003: 22).

O REGIME DE TITO

A 7 de Março de 1945, foi formado o governo provisório, no qual Tito era o primeiro-ministro e a 11 de Novembro foram realizadas as eleições da Jugoslávia livre, em que a Frente Popular da Jugoslávia (NFJ), chefiada pelos comunistas, ganhou com noventa por cento dos votos. A República Federal Popular da Jugoslávia (FNRJ) seria proclamada a 29 de Novembro de 1945 (Girão, 1997: 52-53; Niksic e Rodrigues, 1996: 308; Rados, 1999: 67-68).

Depois da capitulação do terceiro *Reich*, o Estado independente da Croácia viu chegar ao fim a sua breve existência como aliado de Hitler. Entretanto milhares de croatas, receando um ajuste de contas pelos massacres dos utasha, fugiram procurando a protecção dos aliados. Depois de receberem garantias dos britânicos que não seriam entregues aos partisan, entregaram as armas e renderam-se, mas aqueles, negando o que haviam prometido, entregaram-nos aos apoiantes de Tito, tendo sido assassinados milhares de combatentes dos movimentos utasha, tchetnik e outros colaboradores⁶³ (Cutileiro, 2003: 22; Girão, 1997: 52; Rados, 1999: 70).

Logo a 20 de Maio de 1945, a Jugoslávia comunista teve o seu primeiro conflito externo, após a II Guerra Mundial, com as potências ocidentais, na denominada *crise de Trieste*. Uma vez que os partisan haviam libertado a zona a Norte do Adriático, no final da guerra reivindicaram-na como parte da Jugoslávia; no entanto, os governos norte-americano e britânico, exigiram a retirada das tropas de Tito de uma parte da zona libertada, sob ameaça de uma intervenção militar. Esta crise terá contribuído para que Tito se virasse para a ideologia de Estaline; a Guerra Fria tinha começado e Tito teve de ligar-se a Moscovo para defender os ganhos da sua revolução social, o que aumentou ainda mais a concentração de poderes nas mãos dos comunistas (Rados, 1999). Entretanto todos os partidos políticos foram abolidos, fizeram-se numerosas prisões e perseguiu-se sistematicamente a igreja Católica devido à sua colaboração com o regime utasha durante a guerra (Girão, 1997: 53; Rados, 1999: 69). O ano de 1945 seria ainda marcado pela revolta dos kosovares, que pretendiam juntar-se à Albânia e que seria violentamente abafada pelos partisan (Cutileiro, 2003: 22).

O fim da II Guerra Mundial traria um novo ajuste das fronteiras da Jugoslávia, agora com a Itália e a Áustria, dois dos derrotados do conflito (Rados, 1999: 104).

⁶³ Calcula-se que no período entre 1945 e 1946, cerca de cento e cinquenta mil pessoas terão sido mortas em saneamentos de colaboracionistas ou supostos colaboracionistas, principalmente utasha e tchetnik (Cutileiro, 2003: 22; Girão, 1997: 52; Rados, 1999: 70).

A situação económica da República Federal Popular da Jugoslávia (FNRP) no final da Guerra era desastrosa, com apenas 30% da capacidade produtiva em funcionamento. Logo em 1945 Tito começou uma série de nacionalizações, tal como aconteceu noutros países comunistas. A reforma agrária iria durar até 1953, quando o Partido Comunista Jugoslavo (KPJ) finalmente reconheceu o fracasso da sua política agrícola. De referir que então, oitenta por cento da população jugoslava era camponesa e que durante a guerra foi ela a base de apoio ao movimento de Tito (Rados, 1999: 68-69).

A divisão da Europa acordada primeiro entre Churchill e Estaline em Moscovo, e depois também com Roosevelt em Ialta, deixara a Jugoslávia no limite entre o Leste e o Oeste, uma vez que por um lado o regime havia sido reconhecido pelos aliados logo em 1945, mas por outro foi dado a Moscovo o direito de influência sobre o país, que viria durar apenas até 1948, altura em que Tito rompeu com Estaline (Cutileiro, 2003: 32).

Entretanto, Tito começou a delinear as fronteiras do novo Estado entre as seis repúblicas: Sérvia, Croácia, Eslovénia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia e Montenegro. O Conselho Antifascista da Vojvodina decidiu incluir o território da Vojvodina na República Sérvia e as zonas que actualmente correspondem à Eslavónia Oriental, apesar de em 1945 serem de população maioritariamente sérvia, foram colocadas no território da República Socialista da Croácia. Quanto às regiões do Centro e do Sul da Croácia, correspondentes à Krajina, também de maioria sérvia, foram avaliadas várias formas de normalizar as relações entre croatas e sérvios e foi posta a hipótese da criação de uma província autónoma sérvia na Croácia, no entanto, a decisão final viria a excluir esta opção, já que muitos croatas viviam naqueles territórios. Houve ainda problemas no traçado das fronteiras da República da Bósnia-Herzegovina: por exemplo a área periférica de Bihac era de maioria muçulmana, mas a Croácia queria inclui-la na sua República; a cidade de Drvar com população maioritariamente sérvia e Duvno, cujo território era povoado por croatas, ficaram apesar de tudo, incluídas na Bósnia-Herzegovina. A região do Sandzak, habitada maioritariamente por muçulmanos e o Kosovo, de população maioritariamente albanesa ficaram, apesar de tudo, incluídas na República Sérvia. Desta forma, as decisões sobre as fronteiras das Repúblicas foram tomadas de forma rápida e sem que chegasse a haver qualquer discussão popular sobre o assunto. As fronteiras continuariam a constituir um sério problema nas décadas seguintes, sobretudo devido ao facto de existirem grandes bolsas de minorias dentro das repúblicas, e da influência das nações de origem no sentido de defender essas mesmas minorias. Foi através deste complexo equilíbrio entre as várias nacionalidades e respectivas minorias, que Tito conseguiria preservar o Estado da Jugoslávia (Brogan, 1989: 371; Rados, 1999: 105-106).

Nos finais de 1945, os EUA viam com preocupação o alargamento da zona de influência de Estaline ao Leste da Europa; assim para fazer frente ao expansionismo

comunista, surgiu em 1947, a Doutrina Truman, definida como uma política de apoio aos povos livres, defesa da liberdade e da democracia e que confirmava a divisão ideológica entre as duas grandes potências saídas da II Guerra Mundial (Girão, 1997: 62; Nye, 2002: 146; Rados, 1999: 70).

Em 1948 acontecia a ruptura entre Tito e Estaline quando, depois de vários conflitos devido à recusa de Tito em seguir as directivas de Moscovo, numa resolução do Cominform⁶⁴, Tito foi acusado de traição ao marxismo e de estabelecer um revisionismo capitalista. Para Tito tornara-se claro que Estaline queria dominar as políticas interna e externa da Jugoslávia. A Jugoslávia era obrigada a manter relações comerciais com a URSS, que apenas beneficiavam esta última, enquanto prejudicavam gravemente a economia do novo Estado Federal: eram celebrados acordos comerciais forçados entre os dois países, que só traziam vantagens comparativas à União Soviética e onde a Jugoslávia era obrigada a aceitar o que lhe era enviado, mesmo que não precisasse e ao preço estipulado por Moscovo; a exportação de matérias-primas e produtos agrícolas para a União Soviética era feita a preços baixos, definidos por Moscovo, enquanto os produtos de Moscovo deviam ser pagos em ouro ou moedas fortes. Como consequência da expulsão do Cominform, a Jugoslávia teve de abandonar o comércio com os países do Comecon (Conselho de Assistência Económica Mútua), que a obrigou a voltar-se para os países ocidentais (Cutileiro, 2003: 37; Girão, 1997: 60; Rados, 1999: 71). Assim em 1949, o presidente Harry Truman saiu em defesa da integridade e independência da Jugoslávia, e declarou que uma agressão contra a Jugoslávia não deixaria os Estados Unidos indiferentes, isto é, o bloco ocidental não permitiria que o exército vermelho invadisse a costa adriática (Girão, 1997: 62-63; Rados, 1999: 113).

Por volta de 1950 era oficialmente iniciado o sistema de autogestão⁶⁵ que caracterizou o regime de Tito, em oposição ao modelo soviético. Simultaneamente foram tomadas outras iniciativas, como o desenvolvido do movimento cooperativo, a colectivização da agricultura foi abandonada, foram encetadas algumas medidas de descentralização e uma ligeira liberalização económica (Girão, 1997: 61-62; Rados, 1999: 74).

Em Agosto de 1951, no seguimento do apoio ocidental em caso de agressão da União Soviética, e para reforçar a sua posição, os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha, concederam à Jugoslávia uma ajuda económica, financeira e militar de aproximadamente cinquenta milhões de dólares; ajuda que se prolongou até 1957, quando Tito renunciou à

⁶⁴ Comité de Informação Comunista

⁶⁵ A autogestão caracterizava-se pela existência de Conselhos de Trabalhadores, que tinham autoridade para tomar decisões económicas nas suas empresas. Cada empresa ou exploração agrícola, definia os seus próprios objectivos de produção e decidia os investimentos necessários para o crescimento futuro; os salários ficavam dependentes dos resultados da empresa (Sowards, 2004).

ajuda militar norte-americana, em consonância com a nova política externa de não-alinhamento (Rados, 1999: 113).

Em 1952 o Partido Comunista da Jugoslávia passava a denominar-se Liga dos Comunistas da Jugoslávia e no ano seguinte entrava em vigor a nova Constituição, que tornou Tito presidente, e que fazia uma ruptura total com a Constituição de 1946, praticamente copiada do modelo soviético (Cutileiro, 2003: 35; Girão, 1997: 61).

A reconciliação da Jugoslávia Comunista com o Bloco de Leste aconteceria só em 1955, já depois da morte de Estaline. Nesse ano Nikita Krutchev visitou Belgrado e foi assinada uma declaração na qual se afirmava a igualdade dos partidos comunistas e das soberanias dos estados e ainda, o respeito pela independência (Rados, 1999: 113).

Em 1961 a estagnação económica da Bósnia-Herzegovina era visível e a República foi declarada “subdesenvolvida”. Este atraso teve como consequência a emigração de muitos cidadãos, sobretudo sérvios, para o estrangeiro, o que levou a que a partir da década de 1960, a Bósnia-Herzegovina se tivesse tornado predominantemente muçulmana (Niksic e Rodrigues, 1996: 70-72; Rados, 1999: 101-103).

No início dos anos sessenta aumentaram as tensões entre os reformistas liberais, partidários da descentralização para as repúblicas, e os conservadores, a favor do centralismo federal, tendo surgido a necessidade de introduzir reformas tanto a nível político como económico. Neste contexto, as reformas políticas e económicas avançaram de forma paralela, até que em 1963 foi aprovada a nova Constituição, que constituía um compromisso entre liberais e conservadores (Rueda, 2003: 28). Com esta nova Constituição, foi alterado o nome da Jugoslávia para República Federal Socialista da Jugoslávia, o partido foi descentralizado e regionalizado, e alargaram-se as competências das repúblicas. As medidas tomadas, embora necessárias para uma governação mais estável, fizeram com que o desejo da independência nacional fosse de novo reacendido (Cutileiro, 2003: 35; Fuente, s.d.; Rados, 1999: 75;).

Depois do Congresso da Liga dos Comunistas em 1964, foi decidido dar maior autonomia às empresas, aumentar as medidas para a implementação de uma economia de mercado, e avançar com a descentralização do sistema político. As reformas económicas⁶⁶, que tinham como objectivo a abertura da economia jugoslava ao Ocidente, tiveram no entanto como consequência, o agravamento dos conflitos entre as forças conservadoras, que pretendiam continuar com o centralismo comunista, e as forças defensoras da liberalização (Rados, 1999: 75-76).

⁶⁶ As reformas económicas traduziram-se concretamente na desvalorização do dinar, de forma a aumentar as exportações; redução dos impostos aduaneiros de modo a aumentar as importações, nomeadamente de nova tecnologia; restrição dos créditos para controlar a inflação; fixação dos salários em função da produtividade; e correcção dos preços (Rados, 1999: 75-76).

Após o primeiro desanuviamento da Guerra Fria, nos anos sessenta, Tito, tentando tirar proveito da posição geoestratégica da Jugoslávia, autorizou a importação de bens de consumo, enquanto a autogestão levou a uma maior liberalização da economia, que conduziu ao progresso. O nível de vida nesse período aproximou-se dos países do Ocidente e o crescimento económico da Jugoslávia pode até ser comparado ao do Japão nesse período (Rados, 1999). Entretanto, a prática da terceira via, permitiu que se estabelecessem relações comerciais favoráveis com a CEE⁶⁷, que se viria a tornar o principal parceiro da Jugoslávia.

A partir de 1968, a Liga dos Comunistas da Jugoslávia (SKJ, ex-KPJ), já estava realmente descentralizada e o poder efectivo, estava nas mãos dos partidos das repúblicas. Em Novembro desse ano, foram aprovadas novas alterações à Constituição: foi dada às províncias autónomas da Sérvia, o Kosovo e a Vojvodina, um estatuto igual ao das repúblicas perante a federação; a República da Bósnia-Herzegovina foi definida como Estado dos sérvios, croatas e muçulmanos, reconhecendo os muçulmanos como nação dentro da federação jugoslava. Como consequência, a Jugoslávia assemelhava-se mais a uma confederação, o que levou ao surgimento de vários movimentos nacionalistas, como foi o caso da província autónoma do Kosovo, que nessa altura já era maioritariamente povoada por albaneses, onde se verificaram manifestações nas quais era exigido o estatuto de República, o que permitiria obter o direito à autodeterminação, conforme previsto na Constituição da Jugoslávia (Rados, 1999: 76-77).

Neste período iriam surgir uma série de movimentos de carácter nacionalista nas diversas repúblicas. O movimento nacionalista esloveno surgiu por volta de 1969, e teve como pano de fundo a distribuição das verbas vindas dos créditos estrangeiros, tendo a Eslovénia acusado o governo central de discriminação em relação à distribuição dos dinheiros para a construção das novas auto-estradas (*ibid.*: 78). O nacionalismo croata, que se traduziu no movimento conhecido como “Primavera Croata”, entre 1969 e 1971, teve início em dois tipos de reivindicações, que conjuntamente tinham como objectivo último, maiores liberdades civis e maior autonomia para a Croácia (Rados, 1999). Um, dizia respeito às exigências económicas do governo croata, que pretendia uma alteração na distribuição do orçamento federal, de modo a obter o controlo sobre o dinheiro do turismo que começava a ser a principal fonte de rendimento da República⁶⁸. Outro dizia respeito à língua servo-

⁶⁷ De acordo com Rados (1999: 115-116), as relações oficiais entre a Jugoslávia e a CEE, iniciadas em 1967 quando a Comunidade reconheceu a Jugoslávia, caracterizaram-se pela particularidade de que todos os acordos tiveram por origem acontecimentos políticos: “as primeiras conversações sérias entre a Jugoslávia e a CEE, coincidiram com a intervenção soviética na Checoslováquia em 1968”; o segundo acordo em 1976, seguiu-se à visita de Leonid Brejnev a Belgrado, na tentativa de aproximar a Jugoslávia do Bloco de Leste; o último acordo, em 1980, foi assinado meses antes da invasão do Afeganistão pela URSS e na iminência da morte de Tito. Na opinião de Rados, pode concluir-se que a cooperação entre a CEE e a Jugoslávia, foi para a CEE, acima de tudo, uma estratégia política nas relações Leste-Oeste.

⁶⁸ Nos anos sessenta como consequência da maior abertura em relação ao exterior, houve uma explosão turística na costa adriática. No ano de 1969 por exemplo, a Croácia obteve 2,5 mil milhões de dólares de receitas de turismo (Rados, 1999: 77).

croata, tendo sido inclusivamente proclamado no *sabor* (assembleia ou parlamento), a língua croata como a língua oficial da Croácia. Apesar do movimento nacionalista desta república ter como objectivo principal uma maior liberalização do sistema político, foi também direccionado contra os sérvios que viviam na República. A Primavera Croata, mostrava uma vez mais que a independência continuava a ser o principal objectivo dos croatas (*ibid*).

Assim sendo, a atmosfera vivida na federação, caracterizava-se por rivalidades e descontentamento entre as repúblicas, com eslovenos e croatas a queixarem-se que contribuíam mais para o orçamento da federação do que recebiam, e as repúblicas menos desenvolvidas da federação, como a Bósnia-Herzegovina e a Macedónia, a acusarem as repúblicas mais ricas do Norte, de exploração (Girão, 1997: 68; Niksic e Rodrigues, 1996: 32; Rados, 1999: 83).

Como consequência daqueles tumultos, em 1974 foi elaborada uma nova Constituição, que na realidade limitou o poder do governo central e reforçou o poder das repúblicas, dando origem a uma competição permanente entre estas, principalmente a nível económico, já que todas as decisões federais deviam ser tomadas por consenso entre as repúblicas (Garde, 1992: 103; Rados, 1999). Para além disso, a Constituição atribuía às províncias autónomas da Sérvia, Kosovo e Vojvodina, um estatuto praticamente idêntico ao das repúblicas⁶⁹. Estas alterações indignaram os sérvios, uma vez que lhe foram subtraídas duas zonas importantes da sua república: a Vojvodina, de economia rica e o Kosovo, com um significado simbólico especial (Cutileiro, 2003: 36; Garde, 1992: 103-104). A Constituição de 1974 iria ainda atribuir aos muçulmanos, o estatuto de povo constitutivo da Jugoslávia. Essa foi uma decisão bem reflectida da parte de Tito, já que conseguiu atingir dois objectivos: por um lado tornou a Bósnia-Herzegovina a mais titista das repúblicas jugoslavas; por outro, conseguiu agradar a todo o mundo islâmico, tendo em conta o Movimento dos Não-Alinhados⁷⁰, em cuja fundação Tito participara, e que englobava a maior parte dos estados islâmicos (Girão, 1997: 103).

Segundo Milan Rados (1999: 80):

⁶⁹ As repúblicas e as províncias ficavam também dotadas de um presidente e de um parlamento (Garde, 1992: 103); assim a Vojvodina e o Kosovo, foram praticamente removidas da jurisdição da Sérvia, uma vez que as províncias tinham direito de vetar as decisões que diziam respeito à república da Sérvia, ao passo que a Sérvia, não tinha jurisdição sobre as províncias (Batakovic, 1995).

⁷⁰ No início da Guerra Fria, a Jugoslávia comunista não fazia parte de nenhum bloco, já que a ideia da política internacional de Tito era a de fugir da dominação soviética, mas ao mesmo tempo, não permitir que os países capitalistas dominassem a Jugoslávia, seguindo desta forma, uma linha independente dos dois blocos. Nas mesmas circunstâncias encontravam-se alguns outros estados da África e da Ásia que, em 1955, se reúnem na Conferência de Bandung e criam o Movimento dos Não-Alinhados, de que Tito passaria a ser líder. Esta combinação do movimento dos não-alinhados, com a originalidade política e económica interna da autogestão, deu durante alguns anos um certo prestígio à Jugoslávia (Cutileiro, 2003: 37; Rados, 1999: 114-115).

“A História sugere que o sistema político federalista é viável somente numa sociedade democraticamente organizada - na Jugoslávia comunista a autonomia das entidades significou o fim do sistema, onde uma nação começou a competir com a outra. (...) a descentralização da Jugoslávia assegurou um crescimento económico entre 1960 e 1970, mas ao mesmo tempo fez nascer as aspirações nacionalistas.”

Depois de uma década de sessenta de relativo sucesso a nível económico, o primeiro choque petrolífero em 1973, fez com que a situação económica da Jugoslávia se começasse a degradar, e com a segunda crise do petróleo, em 1979, a derrocada iria acelerar-se ainda mais. Os mecanismos da autogestão mostraram-se inadequados para fazer face à crise mundial; o país começou a empobrecer e começaram as misérias “terceiro mundistas”: cortes de electricidade, falta de combustível e corrupção flagrante. As disparidades regionais em vez de diminuírem continuavam a crescer e as ajudas às regiões pobres, desperdiçada em investimentos improdutivos, era ineficiente. A juntar a tudo isto, o facto de as repúblicas rivalizarem entre si, procurando benefícios próprios, em vez de procurarem complementar-se em benefício da federação (Garde, 1992: 104-108; Girão, 1997: 67; Encyclopaedia Universalis, 1996: 938). Conforme Afonso Rojo (*Jugoslávia: Holocausto nos Balcãs*, 1992, pág. 43 *apud* Girão, 1997: 67) “Em meados dos anos 80, estavam criadas as condições económicas para a ocorrência de uma espantosa hecatombe. Faltavam as condições políticas e essas não tardariam a chegar”.

Nos últimos anos de Tito, a situação interna da Jugoslávia, foi marcada pela tensão entre croatas e sérvios, com revoltas, sequestros e assassinatos, que provocaram uma forte repressão. De acordo com Cutileiro (2003: 38), a Jugoslávia tinha sobrevivido por um lado, devido ao próprio Tito, que “além de chefe absoluto era também mito fundador da segunda Jugoslávia” e por outro, devido à “conveniência ocidental de manter a aparência de uma Jugoslávia independente e economicamente viável na batalha travada contra a União Soviética”. Depois da morte de Tito, restava apenas a conveniência ocidental, que também acabaria no final da Guerra Fria.

DEPOIS DE TITO: O DESMEMBRAMENTO DA JUGOSLÁVIA

Nos anos oitenta a Jugoslávia entraria numa crise económica e numa turbulência política muito grave.

Nos anos cinquenta e sessenta, a Jugoslávia gozou de um forte crescimento económico, período em que recebeu quantidades substanciais de ajuda do exterior, uma vez

que era vista como um “tampão” contra um possível ataque soviético ao Sudeste da Europa. Depois, nos anos setenta, as ajudas começaram a diminuir e foram substituídas por empréstimos comerciais. Simultaneamente, e devido ao abrandamento no crescimento dos países ocidentais, a Jugoslávia viu diminuídas as suas exportações, bem como as remessas dos jugoslavos a trabalhar no exterior. Em 1979 a dívida atingiu proporções de crise, cerca de 20 mil milhões de dólares; em 1980 o défice comercial chegou até aos 3,5 mil milhões de dólares e a inflação começou a subir; e em 1982 foi acordado um Plano de Recuperação, que implicava tanto uma liberalização, como austeridade. Isto fez aumentar a concorrência entre as repúblicas por recursos, e levou ao florescimento do mercado negro. A situação económica, continuaria a agravar-se durante toda a década de oitenta, com a inflação cada vez mais alta, desemprego, uma enorme dívida externa, baixa produtividade e o crescimento a reduzir-se, depois dos bons resultados conseguidos nos anos sessenta e setenta⁷¹ (Cutileiro, 2003: 36-37; Kaldor, 1999: 37; Rados, 1999: 81-85).

Quando Tito morre, a 4 de Maio de 1980, é a Constituição de 1974 que vigora: a presidência colegial, que deveria ser assegurada rotativamente durante um ano, pelos representantes de cada uma das seis Repúblicas e das duas regiões autónomas, é uma presidência paralisada pelos seus mecanismos de tomada de decisão e burocracias estatais; os congressos da Liga tornam-se locais de discussão entre os líderes das repúblicas, tornando impossível a tomada de acções concretas; o partido transforma-se do dia para a noite, numa justaposição de partidos nacionais de cada república, com diferentes visões acerca do futuro da Federação (Cutileiro, 2003: 36-37; Niksic e Rodrigues, 1996: 312; Rados, 1999: 81-82).

Entre 1980 e 1990, aumentaram as aspirações de cada república em oposição ao Estado federal, agravaram-se as divergências de interesses entre sérvios e as outras nacionalidades, e apareceram personalidades que viriam a destacar-se na sucessão de crises políticas e de guerras (Cutileiro, 2003: 38).

Os primeiros sinais de insatisfação política aconteceram logo em 1981, quando se iniciaram uma série de protestos na cidade de Pristina, capital da província autónoma do Kosovo. As demonstrações começaram com protestos estudantis (reprimidas pela polícia, maioritariamente sérvia), no entanto, a verdadeira questão residia nas relações entre sérvios e albaneses que viviam naquela província e, em última análise, na luta da população albanesa para que o Kosovo recebesse o estatuto de república (Rados, 1999: 84). Como observa Rados (1999: 84), as exigências nacionalistas albanesas exaltaram o nacionalismo sérvio, que por sua vez provocou o nacionalismo croata.

Entretanto, a economia também dava sinais de que eram necessárias mudanças. Três anos após a morte de Tito, a crise tinha afectado gravemente o nível de vida da população, e

⁷¹ A inflação subiu de 120% em 1987, para 250% em 1988 e a dívida externa em 1988 atingia os 33 mil milhões de dólares, donde 20 mil milhões eram em divisas ocidentais (Rados, 1999: 83).

o Governo federal viu-se obrigado a introduzir novas medidas restritivas. Desta forma, em 1983, foi sugerida a total implementação de uma economia de mercado e a liberalização do comércio, mas o sistema de autogestão não chegou a ser anulado. A situação económica piorou rapidamente, e foi necessário endurecer ainda mais as medidas de racionalização. Face à crise económica jugoslava, as potências ocidentais, entre as quais os EUA, reagiram enviando dinheiro “fresco” e foi reprogramada 85% da dívida externa da Jugoslávia, sob uma condição única: o Estado Jugoslavo devia implementar uma economia de mercado. Esta ajuda exterior, ficou a dever-se ao facto de muitos países terem investido fortemente na Jugoslávia; e ao facto da Guerra Fria ainda estar presente, daí que a estabilidade jugoslava continuasse a ser importante nos jogos geoestratégicos das potências ocidentais (Rados, 1999: 82). Outro ano importante foi o ano de 1987, quando para fazer frente ao crescente défice comercial, o primeiro-ministro da federação, optou por reabrir as negociações para obtenção de empréstimos; assim sendo, o FMI e o Banco Mundial, confirmaram que as instituições financeiras internacionais estavam dispostas a ajudar a Jugoslávia, sempre que esta praticasse uma verdadeira reforma a nível económico. Contudo, tais reformas obrigaram o primeiro-ministro a abandonar qualquer esforço destinado a recuperar o crescimento económico e, em vez das melhorias desejadas, em Outubro de 1987 os preços do petróleo, do gás e dos transportes, subiram, os salários diminuíram, as taxas de juro aumentaram, e a moeda foi desvalorizada diversas vezes. Em 1989 a taxa de inflação mensal atingiu os 2500 por cento e o desemprego foi em média de 14% durante toda a década (Cutileiro, 2003: 36-37; Kaldor, 1999: 37; Rados, 1999: 81-82; Rueda, 2003: 29-30).

O primeiro conflito aberto entre as repúblicas viria a acontecer entre 1985 e 1987, quando se opuseram a Sérvia e a Eslovénia, devido a diferentes visões sobre o socialismo. Depois de 1985, a *perestroika* viria a exercer um efeito democratizador nos Balcãs, e foi precisamente o que aconteceu na Eslovénia e na Croácia, depois de 1987. A Eslovénia, adoptou um socialismo mais humano, com abertura às liberdades fundamentais e com melhores resultados na economia⁷². A Sérvia, em parte devido às suas províncias autónomas, Kosovo e Vojvodina, estava mais preocupada com a soberania do seu Estado e com a sua nação, ao mesmo tempo Slobodan Milosevic arrastava a república numa onda de nacionalismo exacerbado. Quanto ao governo comunista da Croácia, durante os anos oitenta optou pelo que ficou conhecido como o “silêncio croata”. Os croatas, que tinham como objectivo fundar o seu Estado nação desde 1102, optaram por encobrir o objectivo da independência durante toda a década, com o silêncio, que seria quebrado em 1990 pelo líder do HDZ, Franjo Trudjman, que começou então a falar abertamente na independência da

⁷² Janez Drnovsek em entrevista ao *Der Spiegel* de 22 de Maio de 1989: “Estou convencido que a maioria dos eslovenos desejam fazer parte de um estado jugoslavo, mas na condição de que seja um estado moderno e democrático, com uma economia de sucesso, não apenas um estado qualquer.” (tradução nossa) (Drnovsek, s.d.: 37).

Croácia. De referir que este objectivo foi desde sempre apoiado e fomentado pela diáspora croata, bastante numerosa em países como a Alemanha, os Estados Unidos e a Austrália. Franjo Trudjman contou ainda com o apoio da Igreja Católica, que viria a ser um dos primeiros estados a reconhecer a Croácia independente. Na Bósnia-Herzegovina vigorava um regime de corrupção e arbitrariedade (Girão, 1997: 68; Rados, 1999).

A década de oitenta foi ainda caracterizada pela apresentação pública de diversos programas nacionalistas que, no entanto, tiveram um objectivo comum: desintegrar a Jugoslávia e legitimar o poder dos nacionalistas. Mas a realização dos projectos nacionalistas não seria fácil, já que em todas as repúblicas, com excepção da Eslovénia, existiam fortes minorias de outros povos. A desintegração do Estado federal, que começou com rivalidades entre as repúblicas, avançou rapidamente para a luta pela defesa dos interesses pessoais dos dirigentes locais, juntamente com a corrupção e o agravamento da situação económica (Niksic e Rodrigues, 1996: 36; Rados, 1999: 86). Segundo Rados (1999: 86) “Os três pilares do sistema da Jugoslávia pós-Tito (o Partido Comunista, o Estado federal e a economia de autogestão) já estavam paralisados na década de oitenta.”

Em 1986, os membros da Academia de Ciências e Artes da Sérvia elaboraram um texto intitulado “ O Memorando sobre a Posição dos Sérvios na Jugoslávia”⁷³, que viria a ser adoptado como programa por Slobodan Milosevic. O novo objectivo nacionalista sérvio passaria então a ser: todos os sérvios num só Estado. O Memorando, no seu essencial, abordava a situação difícil em que a Sérvia se encontrava dentro da Jugoslávia, e que tal situação era da responsabilidade, sobretudo, de croatas e eslovenos, e que os sérvios nunca haviam sido recompensados pelos sacrifícios feitos para a criação da Jugoslávia. Fazia ainda referência ao facto de as medidas tomadas por Tito, terem sido uma forma de castigar o povo sérvio, e que aquele, para conseguir uma Jugoslávia forte, havia seguido uma política de manutenção de uma Sérvia fraca. Também a nível económico os sérvios teriam sido prejudicados, quando comparados por exemplo com a Eslovénia e com a Croácia. A situação no Kosovo era igualmente abordada, sendo referida como uma guerra contra a população sérvia. O Memorando utilizava ainda o termo “coligação anti-sérvia”, para se referir a uma suposta aliança política de croatas e eslovenos contra o povo sérvio (Hajdinjak, 2001; Milisevic, 2005; Niksic e Rodrigues, 1996: 20; Rados, 1999: 94-96). De acordo com o Memorando a nação sérvia, estava “cansada de todas as alegações e culpas sobre uma alegada hegemonia” e defendia que se as outras nações jugoslavas desejavam formar os seus próprios estados, deveriam fazê-lo, mas nesse caso, os sérvios, enquanto única nação que havia investido o seu próprio estado na Jugoslávia, deveria manter todos os territórios onde existisse uma maioria sérvia, para que “os sérvios possam finalmente viver num só Estado”

⁷³ Este documento não era o primeiro do género, recorde-se o Memorando escrito em 1844 por Ilija Garasanin.

(Niksic e Rodrigues, 1996: 35-36). O Memorando indicava ainda que, a situação dos sérvios na Croácia era crucial para a unificação nacional, e colocava o conflito servo-croata no centro do problema jugoslavo.

No final da década de oitenta, as relações na Jugoslávia eram dominadas por completo pelos nacionalismos desenvolvidos nas repúblicas (Rados, 1999: 87). Tudo se acelerou com o aparecimento do líder sérvio Slobodan Milosevic, que se aproveitou da frustração dos sérvios e da perda de influência da Sérvia no seio da Jugoslávia comunista, para criar um sentimento anti-titista e nacionalista. Slobodan Milosevic iria assentar a sua campanha nos temas abordados no Memorando e desta forma conseguiria mobilizar a população e finalmente chegar ao poder. Tendo em vista estes objectivos, seleccionou especificamente dois temas: o primeiro – necessário para ganhar o apoio popular, num país que se debatia com graves dificuldades económicas e onde o despesismo e os privilégios eram evidentes – a luta contra os privilégios da *nomenklatura*, o desperdício e a corrupção, luta esta a que Milosevic daria o nome de “revolução antiburocrática”; o segundo, a situação dos sérvios no Kosovo, que alegadamente e de acordo com o Memorando, sofriam a opressão da maioria albanesa do Kosovo e eram vítimas das políticas anti-sérvias e genocidas no Kosovo (Garde, 1992: 254-255; Sowards, 2004).

No dia 24 de Abril de 1987, Milosevic deslocou-se ao Kosovo, onde fez o que foi considerado o mais importante discurso de toda a sua carreira política, e que o iria transformar num herói para muitos sérvios. Aí proferiu a famosa frase “Não se preocupem, serão protegidos. O Kosovo é parte integrante da Sérvia, e não permitirei que ninguém vos volte a bater” (Niksic e Rodrigues, 1996: 95). Entretanto, Slobodan Milosevic havia tomado o poder no Partido Comunista Sérvio e conseguiria ainda alargar o seu poder ao Montenegro e às regiões autónomas da Vojvodina e do Kosovo, através de uma série de demissões e substituições forçadas entre 1988 e 1989. Milosevic conseguiu desta forma, o controlo de quatro das oito entidades federais da Jugoslávia, logo, metade dos assentos da Presidência Federal, conseguindo ainda o controlo total dos *media*, o que iria facilitar a acção de propaganda da sua campanha⁷⁴. Em Março de 1989, Slobodan Milosevic retira a autonomia à Vojvodina e ao Kosovo por meio de alterações à Constituição da Sérvia, e coloca o Kosovo sob um regime de excepção, o que permitiu o despedimento maciço de albaneses no sector público (Cutileiro, 2002: 229; Garde, 1992: 257-258; Rados, 1999: 87-88; Roux, 1998: 145). Com a nova Constituição, a minoria sérvia do Kosovo foi transformada em maioria, e os albaneses foram transformados em minoria (Rados, 1999: 97).

⁷⁴ “(...) all the media were controlled by the regime and were effectively passing the messages that regime wanted to be passed. This was again a message of victimization and suffering, a message that Serbianhood and Serbia have to be defended. Once the war started, the media presented only victims from the Serbian side” (Milisevic, 2005: 11).

Ao mesmo tempo, devido às reformas económicas que vinham sendo implementadas na Federação jugoslava, iniciam-se uma série de greves, a inflação sobe e o primeiro-ministro Branko Mikulic acabaria por se demitir em 1989, sendo substituído por Ante Markovic. Em 1989, a situação económica da Jugoslávia era desastrosa e, sob pressão dos credores internacionais, o governo liderado por Ante Markovic, decidiu realizar uma nova reforma económica e política, que foi uma das mais avançadas de todo o Leste europeu. Como resultado o sistema de autogestão foi consideravelmente reduzido, foi conseguida uma significativa redução da taxa de inflação e os preços mantiveram-se estáveis ao longo de 1990. A opinião pública, tanto interna como externa, foi bastante favorável às reformas adoptadas pelo novo governo, no entanto segundo Rados (1999: 83-85), o primeiro-ministro cometeu o erro de não dar a atenção devida aos problemas políticos internos e aos poderes das repúblicas, que por aquela altura estavam já demasiado preocupados com os seus próprios objectivos e daí que não se tenham empenhado para que as reformas atingissem os objectivos pretendidos. “Nem os parceiros externos fizeram algum esforço para apoiar uma transformação democrática e económica da Jugoslávia comunista - por via pacífica” (Rados, 1999: 85).

Entretanto a nível internacional, os acontecimentos sucediam-se. Em 1989 caía o muro de Berlim, e a Comunidade Europeia declarava a sua posição oficial em relação à Jugoslávia: “manter a integridade territorial e a unidade deste Estado, mas transformá-lo num país com um sistema político democrático e com uma economia de mercado” (Rados, 1999: 138). Este apoio à integridade e unidade da Jugoslávia teve como principal motivo o facto de que, enquanto existisse a União Soviética, não era desejável que uma federação semelhante fosse desmantelada, isto porque o desmantelamento de uma federação podia provocar o desmantelamento da outra. Por isso a comunidade internacional, nomeadamente os Estados Unidos, a CEE e a União Soviética, estiveram de acordo em 1989 e 1990, dando o seu apoio a uma Jugoslávia unida e democrática e posteriormente, a 23 de Junho de 1991, a CEE dava a conhecer a sua posição de não reconhecer declarações unilaterais de independência das Repúblicas jugoslavas (*ibid.*: 138-140).

A seguir a 1989, finalmente ocorria o colapso dos regimes comunistas da Europa de Leste e o seu impacto viria a ser decisivo no desenrolar dos acontecimentos (Girão, 1997: 68).

CAPÍTULO III

O CONFLITO

Na década de oitenta, para além das divergências que opunham Belgrado, Ljubljana e Zagreb, a repressão sérvia no Kosovo, após os primeiros tumultos logo em 1981, implicara um aumento das despesas militares, para as quais as repúblicas do Norte da Jugoslávia, a Eslovénia e a Croácia, não estavam dispostas a contribuir. A Eslovénia decidiu então suspender as suas contribuições para o orçamento federal, entrando em confronto com a Sérvia. Milosevic entretanto alarmara as outras repúblicas - já apreensivas devido ao discurso nacionalista adoptado pela Sérvia - ao retirar as autonomias do Kosovo e da Vojvodina. Sem Tito, o poder central praticamente desaparecera e depois de Gorbachov, o contexto internacional deixara de incentivar apoios financeiros dos países ocidentais à Jugoslávia (Cutileiro, 2003: 41; Garde, 1992: 264). “Entre 1989 e 1991, o que restava da coesão na federação desfez-se...” (Cutileiro, 2003: 41).

O CAMINHO PARA A GUERRA

1990

O ano de 1990 seria um ano decisivo. O presidente da Presidência Federal pretendia levar à assembleia federal, para serem discutidos, assuntos como a democratização política, o pluralismo, a repressão sérvia no Kosovo, os direitos humanos, a economia de mercado, a integração europeia (Drnovsek, s.d.), e a partir desse ano, a Eslovénia e a Croácia intensificam os pedidos para a reorganização da Jugoslávia e fala-se numa confederação de repúblicas soberanas. O problema desta proposta residia no facto de que, o governo federal passaria a ter apenas poderes consultivos, pelo que teria menos poderes que o governo das repúblicas, o que para os sérvios era inadmissível, tendo em conta que cerca de 30% da sua população vivia fora da Sérvia e, na sua opinião, deixaria de estar protegida pelo governo

federal ou pelo governo da Sérvia. As exigências da Croácia e da Eslovénia, no sentido de afrouxamento da federação, continuaram no entanto a aumentar e houve inclusivamente declarações de que os seus pedidos não fossem aceites procurariam a secessão (Girão, 1997: 68-69; Rados, 1999: 92).

Então, entre os dias 20 e 24 de Janeiro, realizou-se o XIV e último Congresso da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, onde se confrontaram directamente a delegação sérvia e a delegação eslovena, cada uma defendendo propostas opostas. O Partido Comunista esloveno propôs a transformação da Liga dos Comunistas em oito partidos distintos e autónomos e a opção do sistema de eleições multipartidárias; os sérvios por seu lado, defendiam um centralismo democrático da Liga. A total oposição de Milosevic relativamente às propostas apresentadas pelos eslovenos, levou-os a abandonar o Congresso; formaram-se assim dois blocos, um constituído pela Sérvia, as suas duas províncias (Kosovo e Vojvodina) e o Montenegro, liderado por Milosevic; e outro, formado pela Croácia, pela Bósnia-Herzegovina e pela Macedónia. O Congresso acabaria por ser adiado e mais tarde a SKJ seria finalmente desmantelada (Niksic e Rodrigues, 1996: 100; Pereira, 1995: 655; Rados, 1999: 88; Rueda, 2003: 42). Devido ao impasse que se vivia e na impossibilidade de aprovação das medidas propostas, foram agendadas eleições multipartidárias a nível das repúblicas, que se iriam realizar primeiro na Eslovénia, que cada vez menos se identificava com o comunismo, violações de direitos humanos, especificamente no Kosovo, e que via a integração na União Europeia como única forma de salvar a economia jugoslava⁷⁵ (Drnovsek, s.d.).

Um dos problemas da Constituição da Jugoslávia, residia no facto de, apesar de contemplar o direito à secessão e à autodeterminação das repúblicas, especificar que as fronteiras não poderiam ser alteradas sem o consentimento de todas as repúblicas e províncias e ainda, que as fronteiras entre as repúblicas só poderiam ser alteradas por mútuo consentimento. Para além disso, referia que as Forças Armadas jugoslavas deveriam defender a soberania, independência e integridade territorial da Jugoslávia. Tudo isto, aliado ao facto da Sérvia deter quatro dos oito votos da presidência federal, tornava praticamente impossíveis quaisquer alterações à constituição, pretendidas pela Eslovénia e pela Croácia, de forma a saírem de forma legal da Federação Jugoslava (Drnovsek, s.d.; Girão, 1997: 69; Rados, 1999: 92).

Como em todo o Leste europeu, a grande viragem na Jugoslávia dar-se-ia com as primeiras eleições multipartidárias em 1990 e, segundo Niksic e Rodrigues (1996: 76-77),

⁷⁵ Drnovsek (s.d.: 107): "they [JNA] had damaged federal Yugoslavia with the Kosovo crisis, the repression there and the abuse of human rights, and that what was happening in Slovenia was in fact nothing more than a normal response to the undemocratic progress of events in Serbia, and specifically in Kosovo, and a defensive reaction the ever more explicit Greater Serbian nationalism that was threatening the other nations in Yugoslavia and which had already brought down more democratic regimes in Montenegro, Vojvodina and Kosovo and was now threatening others."

foram os próprios eleitores que votaram exactamente naquilo que pretendiam, ou seja, uma forte dose de retórica nacionalista por parte dos líderes partidários. Ao longo do ano de 1990, decorreram as campanhas eleitorais para as primeiras eleições multipartidárias, que iriam ser influenciadas pelas aspirações nacionalistas expressas nas obras de dirigentes como Alija Izetbegovic, na Bósnia-Herzegovina e de Franjo Trudjman, na Croácia. Essas obras viriam a ter um papel fundamental sobre a opinião pública e na acção política que se seguiu. Existiu no entanto, um elemento comum aos diversos objectivos nacionalistas das várias repúblicas, alegadamente todos os povos que habitavam a Jugoslávia corriam perigo: todas as nações jugoslavas tinham sido vítimas dos sérvios; os sérvios por seu lado, consideravam que tinham sido postos em perigo por todas as outras nações (Niksic e Rodrigues, 1996: 36).

Desta forma, ao longo de 1990 os dirigentes locais destruíram sistematicamente as reformas do primeiro-ministro Ante Markovic e não houve eleições para a federação, já que na realidade nenhuma república as queria, para não dar legitimidade ao governo federal. Na opinião de Rados, o único objectivo dos novos líderes consistia em anular a legitimidade da SKJ, e substitui-la pela nova legitimidade nacionalista, pelo que nas eleições das repúblicas predominou um só tema, o nacionalismo e a independência nacional. No entanto, a nova democracia e a sua legitimidade democrática eram falsas; os eleitos eram nacionalistas que, logo que tomaram o poder, começaram a travar a oposição, a limitar a liberdade de imprensa, a conservar o controlo económico e no geral, todos os novos poderes operaram uma tremenda guerra propagandística (Rados, 1999: 89-90). Segundo Milan Djilas (*apud* Rados, 1999: 91) “ as novas gerações dos políticos são tanto mais bem sucedidas quanto mais propagam o nacionalismo frequentemente extremista” e desta forma, de acordo com Rados (1999: 91), a transição dos poderes na Jugoslávia comunista, tal como nos outros países do Leste europeu, realizou-se “por via dos nacionalismos virulentos e demagógicos”.

Milan Kucan, candidato às eleições na Eslovénia, havia apresentado como objectivo durante a sua campanha, libertar os eslovenos da federação jugoslava, uma vez que esta se apresentava cada vez menos vantajosa para aquela república, que era vista pelos eslovenos como o cofre pagador das repúblicas pobres e ainda tinha de contribuir para as despesas da repressão no Kosovo, com a qual discordava; para além de que, se sentia cada vez mais ameaçada nas suas liberdades pelas aspirações hegemónicas da Sérvia (Cutileiro, 2003: 63). No seguimento desta política, em Março⁷⁶, o Parlamento da Eslovénia adoptou uma série de emendas à Constituição e eliminou o termo “socialista” de todos os organismos oficiais.

Ao longo de Abril e Maio de 1990, foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias na Eslovénia e na Croácia, que resultaram na vitória do anticomunismo e do nacionalismo, ao mesmo tempo que se registava também nas outras repúblicas, uma

⁷⁶ Já em Setembro de 1989 tinham sido realizadas alterações à Constituição da Eslovénia que lhe davam o direito à autodeterminação e secessão (Tschentscher, 2004).

forte reacção contra a política nacionalista de Slobodan Milosevic. Na Eslovénia, o primeiro presidente eleito foi Milan Kucan, ele próprio um ex-comunista; na Croácia ganhou o HDZ⁷⁷, de Franjo Trudjman, um partido com características da direita nacionalista (Niksic e Rodrigues, 1996: 45; Pereira, 1995: 655; Rados, 1999: 89).

Com a vitória de Trudjman, teve início um movimento de contestação da permanência da Croácia na Federação Jugoslava. Antigos símbolos do NDH, como por exemplo a bandeira, começaram novamente a ser utilizados, o que provocou o medo entre os sérvios, com receio de uma repetição dos acontecimentos da II Guerra Mundial. Entretanto as autoridades croatas começaram a despedir os sérvios dos cargos públicos, com o argumento de que estes haviam sido beneficiados durante a Jugoslávia comunista, em que 40% dos membros do Partido Comunista da Croácia e 67% dos elementos da polícia da Croácia eram sérvios e incentivaram a perseguição aos sérvios que viviam em Zagreb e noutras localidades (Rados, 1999: 130-131). Em resposta foi criado em Knin na Dalmácia, o Conselho Nacional Sérvio, que organizou um referendo em Agosto de 1990 sobre a permanência da Krajina na Croácia, que mostrou o desejo dos sérvios pela permanência na Federação Jugoslava – referendo esse, considerado ilegal e inválido pelo governo croata - e foi proclamada a autonomia de vários territórios de maioria sérvia na Croácia (Girão, 1997: 92; Rados, 1999). O medo e o sentimento nacionalista dos sérvios da Krajina foi ainda incentivado a partir da Sérvia, onde se afirmava que os sérvios da Croácia tinham direito a defender-se do "Estado utasha de Franjo Trudjman" (Rados, 1999:130). Nesse mesmo ano, o Conselho Nacional Sérvio proclamava a Região Autónoma Sérvia da Krajina.

A 2 de Julho de 1990, a Assembleia da Eslovénia, decidiu aprovar uma declaração de soberania, na qual afirmava não reconhecer a Constituição jugoslava, nem as outras leis federais, ficando assim cada vez mais perto da secessão (Tschentscher, 2004; Markovic, 1995). No mesmo mês, o parlamento croata, eliminava a denominação "socialista" do título da república, tal como a Eslovénia já havia feito, e relegava o uso do alfabeto cirílico apenas às zonas onde os sérvios eram maioria. Na Sérvia, o Partido Comunista anunciou a sua dissolução, provocada pela exigência da oposição em realizar eleições livres, e a criação de um novo partido denominado Partido Socialista Sérvio (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1991: 305-308; Markovic, 1995).

As eleições multipartidárias na Bósnia-Herzegovina⁷⁸, que tiveram lugar durante os meses de Novembro e Dezembro de 1990, resultaram na esmagadora vitória dos três grandes partidos nacionais, que representavam as diversas alternativas étnicas da população da Bósnia. A população muçulmana votou maioritariamente no Partido de Acção Democrática de Alija Izetbegovic, que obteve 86 lugares; os sérvios votaram no Partido

⁷⁷ União Democrática Croata ou Comunidade Democrática Croata, formada em Fevereiro de 1989.

⁷⁸ Em Novembro decorrem também as eleições multipartidárias na Macedónia.

Democrático Sérvio, de Radovan Karadzic, com 72 lugares; e os croatas votaram no HDZ, Comunidade Democrática Croata, uma extensão do partido de Trudjman, que ficaram com 44 lugares. Foi então formado um governo conjunto e Alija Izetbegovic, enquanto líder do maior partido, tornou-se o presidente do Governo de coligação da Bósnia-Herzegovina (Girão, 1997: 70; Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 90; Rueda, 2003: 43).

Depois das eleições, foram adoptadas novas Constituições nas repúblicas, dando a estas o primado absoluto perante a federação. A Croácia adoptou a sua nova Constituição⁷⁹ a 22 de Dezembro de 1990, na qual se proclamava como um Estado soberano e pluripartidário. Essa alteração iria no entanto, aumentar ainda mais a tensão entre os sérvios e os croatas já que, enquanto a Constituição federal de 1974, definia a Croácia como “Estado de croatas, sérvios e outros povos que aí vivem”, Trudjman argumentou que o novo texto deveria ter em conta que os sérvios constituíam apenas onze por cento dos habitantes da Croácia, e assim a nova Constituição passou a definir a Croácia como “Estado nacional do povo croata, e de todos os sérvios, muçulmanos, eslovenos, húngaros e checos que sejam seus cidadãos nacionais”. Desta forma, os sérvios deixaram de ser considerados como povo constituinte, para passarem a estar equiparados às outras minorias dentro da Croácia (Girão, 1997: 70; Rados, 1999: 89).

Seguidamente os novos poderes procuraram legitimar a soberania estatal dos Estados-república através de plebiscitos, pelo que foram realizados referendos sobre o futuro estatuto em todas as repúblicas: na Eslovénia foi realizado a 23 de Dezembro de 1990, e mostrou a vontade dos seus povos pela secessão e independência da república; na Croácia a 19 de Maio de 1991, e na Bósnia-Herzegovina a 29 de Fevereiro e 1 de Março de 1992 (nesta última como pré-requisito da Comunidade Europeia, para o seu reconhecimento) (Kipp e Thomas, 1993; Markovic, 1995; Rados, 1999: 91).

Por último, em Dezembro de 1990, também se realizaram as primeiras eleições multipartidárias no Montenegro, ganhas pelos ex-comunistas pró-sérvios e na Sérvia, onde foram boicotadas pelos albaneses do Kosovo e donde saiu vencedor o partido socialista, ex-partido comunista; Milosevic foi eleito o presidente da Sérvia (Rados, 1999: 90).

1991

O ano de 1991, começou com uma ordem da Presidência Federal para a dissolução de todas as formações paramilitares (fazendo uma referência especial à Croácia e à entrada de armamento ilegal da Hungria, também com o apoio da Itália e da Áustria) e que dava o

⁷⁹ A Eslovénia adoptou a nova Constituição a 23 de Dezembro de 1991.

prazo até 21 de Janeiro para que todas as armas fossem entregues ao JNA (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1991: 385; Drnovsek, s.d.: 220).

Entretanto durante o mês de Março, verificaram-se divergências internas na Sérvia, em oposição a Slobodan Milosevic, tendo sido organizada pela oposição no dia 9, uma manifestação que acabou com a cidade de Belgrado ocupada por blindados do exército. Vários dirigentes da oposição viriam a ser presos nos dias seguintes àqueles distúrbios (Niksic e Rodrigues, 1996: 316; Drnovsek, s.d.: 236).

A GUERRA

Após as eleições na Croácia, as populações sérvias da Krajina e da Eslavónia Oriental, viram com receio a subida ao poder de Franjo Trudjman, e renasceram os receios pela repetição dos acontecimentos ainda bem presentes nas memórias dos sérvios da Croácia. Por seu lado, Milosevic juntamente com os chefes nacionalistas das regiões sérvias da Croácia e com a colaboração da imprensa sérvia, contribuíram para avivar esses receios em vez de os acalmar, uma vez que, na opinião de Cutileiro (2003: 67) tal era conveniente aos seus planos⁸⁰.

Logo no início de 1991, os sérvios da Krajina declaram-na separada da Croácia, e nos meses de Março e Abril, ocorriam os primeiros confrontos entre as milícias sérvias e a polícia croata. O JNA foi então enviado para a Croácia, com a missão de “separar os beligerantes e restaurar a ordem” e em Setembro, o governo croata ordenava o cerco às casernas do JNA, tendo-se iniciado os confrontos directos entre o JNA e o exército croata (Cutileiro, 2003: 154; Rados, 1999: 130-131; Saéz, 1993: 121-123)

Entretanto na Bósnia-Herzegovina, a 27 de Fevereiro, Alija Izetbegovic afirmava no parlamento que estava preparado para assegurar a soberania da Bósnia-Herzegovina. Segundo as palavras de Izetbegovic: “Sacrificarei a paz pela soberania da Bósnia-Herzegovina, mas não sacrificarei a soberania da Bósnia-Herzegovina pela Paz”. Para os sérvios estas palavras foram como uma declaração de guerra, pelo que se recusaram a discutir a declaração sobre a soberania da Bósnia-Herzegovina, proposta por um projecto conjunto do SDA e do HDZ (Niksic e Rodrigues, 1996: 79). No dia 25 do mês seguinte, tudo indica que os líderes da Sérvia e da Croácia, Slobodan Milosevic e Franjo Trudjman, antevendo os acontecimentos por vir, tiveram uma reunião para alegadamente dividir a

⁸⁰ “Mais grave do que tudo, a gente de cada um dos lados, incluindo os próprios chefes políticos, estava inteiramente convencida que tinha razão no que pensava sobre os desígnios malignos da gente do outro lado” (Cutileiro, 2003: 67)

Bósnia-Herzegovina entre si (Niksic e Rodrigues, 1996: 64; Rados, 1999: 176; Rueda, 2003: 44).

Em Maio realizavam-se os referendos na Croácia. O dos sérvios da Krajina, a 12 de Maio, em antecipação ao referendo marcado pelos croatas, com o slogan “se a Croácia continuar na Jugoslávia, queremos uma autonomia cultural; se a Croácia ficar fora da Jugoslávia, queremos a unificação com a Sérvia.” (Rados, 1999: 91), tendo sido aprovada a sua permanência na Jugoslávia. Logo de seguida iniciam-se as hostilidades e no final do ano de 1991 seria proclamada a “República da Krajina Sérvia” independente, que se viria a extinguir em Agosto de 1995. A Croácia fez o seu referendo⁸¹ sobre a independência no dia 19, no qual 92% dos croatas votaram a favor da secessão da Jugoslávia (Cutileiro, 2003:67; Girão, 1997; Niksic e Rodrigues, 1996: 316). No final do mês de Maio, Franjo Trudjman faria uma visita informal ao governo alemão, altura em que segundo Rados, terá sido encorajado a aumentar a intensidade do conflito com o JNA (Rados, 1999: 145).

No que respeita à posição da Comunidade Europeia perante o conflito jugoslavo, esta era, em 1989, a de manter a integridade da Jugoslávia, o que correspondia de certo modo, à continuação da política exercida durante a Guerra Fria. Num contexto internacional caracterizado pela queda do muro de Berlim (1989), pela instabilidade política, pelas mudanças no Leste europeu e apreensão com o desmembramento da URSS, a Comunidade Europeia negligenciou os acontecimentos da Jugoslávia e só se empenhou realmente numa resolução do conflito da Jugoslávia depois dos incidentes armados terem eclodido. Consequentemente, foi já em 1991, a 29 e 30 de Maio, que Jacques Santer, presidente em exercício do Conselho Europeu, e Jacques Delors, se deslocaram a Belgrado, a pedido do governo federal e das repúblicas da Bósnia-Herzegovina e da Macedónia, para oferecer dinheiro da União Europeia e convencer as partes a fazer as pazes antes que entrassem em guerra aberta. Slobodan Milosevic, Franjo Trudjman e Milan Kucan, responderam que a mediação da CEE não era necessária (Cutileiro, 2003: 12-13; Rados, 1999: 139; Woodward, 2000: 155).

Apesar da desintegração iminente e quando a Jugoslávia estava prestes a imergir na guerra, no mês de Junho de 1991 ainda seria feita uma derradeira proposta sobre a reforma do Estado federal pelos presidentes da Macedónia e da Bósnia-Herzegovina, que pretendiam a formação de uma espécie de Comunidade dos Estados Independentes, semelhante à que sucedeu à URSS. Slobodan Milosevic e Franjo Trudjman acabariam no entanto por rejeitar esta proposta (Cutileiro, 2003: 40; Niksic e Rodrigues, 1996).

A declaração de independência⁸² da Eslovénia e da Croácia chegaria no dia 25 de Junho de 1991, tendo sido logo suspensa a Constituição da Jugoslávia nos seus territórios.

⁸¹ Este referendo foi boicotado pelos sérvios.

⁸² A Macedónia proclama a sua soberania a 15 de Setembro (Niksic e Rodrigues, 1996: 318).

Os eslovenos colocaram de imediato os seus soldados nas fronteiras com a Áustria e a Itália, as fronteiras da República da Eslovénia da SFRJ, agora externas. No dia seguinte, o Governo Federal, anulou a decisão, declarando o acto ilegal e o JNA, conforme a Constituição da SFRJ, foi enviado com a missão de controlar as fronteiras externas da Federação, e alguns enclaves estratégicos ocupados pelas forças eslovenas. O exército federal avançou para a Eslovénia e cerca de um mês depois, as tropas retiravam para a Croácia, depois da assinatura de um cessar-fogo, a 3 de Julho, entre o exército federal e a defesa da Eslovénia e dos Acordos de Brioni, a 7 de Julho, por pressão da CE. Três meses depois, em Outubro, a Eslovénia era um Estado independente e em Janeiro de 1992 era reconhecida pela comunidade internacional. A relativa facilidade com que a Eslovénia obteve a sua independência, quando comparada com a Croácia ou com a Bósnia-Herzegovina, ficou a dever-se principalmente ao facto de lá viverem poucos sérvios, daí o pouco interesse de Belgrado em mantê-la na federação. O conflito na Eslovénia foi o primeiro conflito armado na Europa após a II Guerra Mundial, que durou dez dias e em que foram registados cerca de 49 mortos e 187 feridos do JNA, e 10 mortos do lado dos eslovenos (Cutileiro, 2003: 63-64; Niksic e Rodrigues, 1996: 39-41; Sáez, 1993: 120-121; Valle, 2001: 110).

O caso da Croácia pelo contrário, não se iria assemelhar ao da Eslovénia, nem em duração, nem em vítimas. A independência desta república marcou o início de um conflito entre a maioria croata e a minoria sérvia (11% da população total da república), que era maioritária nas regiões da Krajina, Eslavónia Ocidental e Eslavónia Oriental. Logo que a Croácia proclamou a independência, formaram-se milícias irregulares sérvias, que iniciaram ataques às forças da polícia croata, “libertando” os territórios onde vivam populações sérvias. O exército federal aproveitou estes eventos para se declarar força de interposição entre as duas comunidades, mas beneficiou efectivamente os sérvios (Sáez, 1993: 121-123).

Segundo Rados (1991: 129), no momento da proclamação da independência da Croácia, a 25 de Junho, os croatas ainda não estavam preparados para a guerra e queriam saber qual seria a resposta à declaração de independência da Eslovénia, particularmente da Alemanha, daí que se mostrassem mais cautelosos. A acrescentar a isto, a total oposição da numerosa minoria sérvia da Krajina, que se mostrou inteiramente oposta à declaração de independência da Croácia (Rados, 1999: 129). No início de Julho ocorreram graves incidentes em Zagreb e rapidamente a violência se espalhou a outras regiões da Croácia. Assim, entre a Primavera e o Verão de 1991, começava a guerra na Croácia entre croatas e sérvios, e na qual o exército federal jugoslavo, que deveria interpor-se aos combatentes, tomou o partido dos sérvios e participou entre outros, na destruição de Vukovar⁸³ e no

⁸³ A cidade de Vukovar, situada na Eslavónia Oriental perto da fronteira com a Sérvia, era considerada estratégica, uma vez que constituía uma passagem entre a Sérvia e as zonas de população sérvia nas partes ocidentais da Bósnia e da Krajina, sendo ainda uma fonte de petróleo. No Outono de 1991, verificaram-se fortes combates à volta de Vukovar que fez com que muitos croatas fugissem da cidade (Rados, 1999: 131; Sowards, 2004).

bombardamento de Dubrovnik⁸⁴. Os sérvios croatas seriam ainda apoiados por unidades paramilitares provenientes da Sérvia; por seu lado, as forças paramilitares croatas, também iniciaram actos de violência, cercando as casernas do exército federal durante vários meses (Cutileiro, 2003: 68-69; Niksic e Rodrigues, 1996: 46).

Logo após a declaração de independência da Eslovénia e da Croácia, a CE decidiu enviar duas missões de representantes nos dias 28 e 30 de Junho, para tentar resolver pacificamente o conflito e no dia 5 de Julho a CE tomava as primeiras medidas concretas: um embargo à venda de armas e suspensão do protocolo financeiro com a Jugoslávia. Os Acordos de Brioni foram finalmente assinados no dia 7 de Julho de 1991, por iniciativa da missão da CEE, pelos representantes da Croácia, e da Eslovénia e pelos representantes das autoridades federais. Nestes acordos, que representaram a primeira intervenção oficial da CE no conflito balcânico, constava um cessar-fogo imediato, a retirada das tropas do JNA para as casernas, a desmobilização das forças eslovenas e a suspensão por três meses da proclamação de independência eslovena e croata (Niksic e Rodrigues, 1996: 39-41; Rados, 1999; Sáez, 1993).

Quanto à posição adoptada pela comunidade internacional, viria a sofrer alterações conforme o desenrolar dos acontecimentos. Em Agosto de 1991, a comunidade internacional, incluindo os países da CE e os EUA, considerava que a responsabilidade pelo conflito na Jugoslávia se encontrava em ambos os lados, e a CE estava de acordo quanto à necessidade enviar uma força de interposição para evitar a escalada dos conflitos na Jugoslávia. No entanto, a ainda URSS de Mikhail Gorbachov, considerou que o envio de uma tal força seria uma ingerência nos assuntos internos da Jugoslávia, posição esta que poderia provocar um conflito europeu (Rados, 1999). Seria a partir de Agosto de 1991 que, segundo Rados (1999: 133-134), a Alemanha iria iniciar o apoio propagandístico à Croácia. Nesse mês ainda, teve início um ataque do JNA a Vukovar, na Eslavónia Oriental, que iria durar de Agosto a 17 de Novembro de 1991, quando ficou sob controlo das forças sérvias (Niksic e Rodrigues, 1996: 63; Sáez, 1993: 122). Segundo Sáez, as imagens da capitulação daquela cidade iniciaram uma mudança na atitude por parte da comunidade internacional.

A 8 de Agosto de 1991 parou oficialmente a guerra na Eslovénia, enquanto na Croácia aumentava a violência (Rados, 1999: 143).

Entretanto, a 21 de Agosto, um acontecimento na URSS iria influenciar a nova posição comum da CEE. Nessa data, a velha guarda comunista, perante a perda das suas atribuições, intentou um golpe de Estado, tentando travar a transformação política e económica na URSS. Esta tentativa de golpe de Estado terminou com a subida ao poder de Boris Ieltsin, a proclamação da independência da Federação Russa e, como consequência, o

⁸⁴ A cidade de Dubrovnik representa uma enorme fonte de receitas de turismo e é onde as estradas do interior atingem o Mar Adriático (Sowards, 2004).

rápido desmantelamento do império soviético (Rados, 1999: 144). Perante estes acontecimentos, segundo Rados (1999: 144), enquanto os Estados Unidos optaram por não se manifestar, a Alemanha já reunificada, agarrou a liderança da Comunidade Europeia, utilizando as decisões comuns da CE para atingir os seus objectivos de interesse nacional.

A queda do império soviético e a subida do nacionalismo na Alemanha iriam ser cruciais na reunião de 27 de Agosto de 1991, na qual foi adoptada uma declaração que alterou a posição comum da CE e na qual a Croácia foi aceite pela CE como sujeito do direito internacional. Nessa reunião foi estabelecida uma Comissão de Arbitragem e foi pedido às partes que aceitassem participar numa Conferência de Paz para a Jugoslávia; mas para que a conferência pudesse realizar-se, os combates no terreno deveriam parar (Markovic, 1995; Rados, 1999: 145-146). A Conferência de Paz patrocinada pela CEE, iniciou os trabalhos a 7 de Setembro de 1991⁸⁵ em Haia, e foi presidida por Lord Peter Carrington, do Reino Unido. No entanto, as esperanças depositadas na conferência rapidamente se dissiparam, já que tanto Slobodan Milosevic como Franjo Trudjman, se recusaram a aceitar o compromisso proposto. A segunda ronda da Conferência de Paz foi convocada para 18 de Outubro de 1991, mas o líder da Sérvia iria recusar-se a aceitar a independência das repúblicas, dizendo que se negava a aceitar que a Jugoslávia já não existia (Markovic, 1995; Niksic, 1996: 318; Rados, 1999: 151).

Entretanto, a partir dos meses de Setembro e Outubro foram iniciados os primeiros movimentos coordenados, para bloquear os quartéis do exército federal, para que este abandonasse a Croácia, já que segundo Sáez (1993: 122), as autoridades croatas, não se tinham preparado para combater num conflito armado aquelas características. Segundo o autor, toda aquela situação permitiu aos croatas apresentarem-se perante a opinião pública mundial, como vítimas da agressão sérvia. A partir de 7 de Setembro de 1991, foram assinados sucessivos cessar-fogos, num total de quinze, tendo sido sucessivamente violados. O último, o chamado Plano Vance, assinado a 2 de Janeiro de 1992 entre representantes do JNA e do governo croata, apesar de incidentes esporádicos, foi respeitado. Este cessar-fogo levou o Conselho de Segurança da ONU a autorizar o envio de capacetes azuis para as zonas em conflito na Croácia (Niksic e Rodrigues, 1996: 320; Pereira, 1999: 655; Sáez, 1993: 122-123).

A ideia do envio de uma força militar dos europeus para a Jugoslávia, foi desde cedo considerada pela CE, para o que deveria ser utilizada a UEO. A ideia do envio de uma força de interposição europeia, que partiu da França e da Alemanha, seria apesar de tudo posta de lado, numa reunião da UEO a 19 de Setembro de 1991, pelos britânicos, que se opuseram a este tipo de intervenção no conflito. Desta forma, foi considerada uma outra opção para a

⁸⁵ No mesmo dia, na Macedónia, era realizado um referendo sobre a independência (Markovic, 1995).

força militar a intervir na Jugoslávia: seria então uma força da ONU. Esta força começou a sua actuação três meses após o início dos conflitos na Jugoslávia (Rados, 1999: 163; Woodward, 2000: 154).

A primeira acção concreta da ONU foi efectivada a 25 de Setembro de 1991, pela Resolução 713, quando o Conselho de Segurança impôs um embargo geral à venda de armas e equipamento militar à Jugoslávia, a fim de atenuar os violentos combates que sacudiam o país (Cutileiro, 2003: 155; Niksic e Rodrigues, 1996: 318; Rados, 1999). No entanto, segundo Valle (2001: 110), Bona continuou a fornecer secretamente a Croácia em armas e munições.

A 3 de Outubro de 1991 aconteceu a morte *de jure* do Estado Federal, quando o governo sérvio, com o apoio do Montenegro, tomou o poder na presidência da Jugoslávia; a partir desse momento, o JNA passava a responder directamente a Milosevic. A 15 de Dezembro de 1991 o parlamento da federação era dissolvido e no dia 19 Ante Markovic demitia-se do cargo de primeiro-ministro (Niksic e Rodrigues, 1996: 320; Rados, 1999: 92-93; Sáez, 1993: 122-123).

A 8 de Outubro, com o fim da moratória de três meses estabelecida nos Acordos de Brioni, as assembleias da Eslovénia e da Croácia, cortaram definitivamente todos os laços legais com a República Federal da Jugoslávia (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 318). No mesmo dia, o Parlamento da Bósnia-Herzegovina proclama a sua soberania e iniciam-se os combates na república. Para além do problema específico da Bósnia-Herzegovina, enquanto espaço onde vivam numerosas populações de três nacionalidades diferentes, convém não esquecer a política comunista para a questão das nacionalidades. Antes do regime de Tito, a Jugoslávia não estava dividida em unidades étnicas, mas com o intuito de satisfazer as aspirações e exigências nacionalistas, e evitar possíveis represálias por parte dos sérvios devido aos massacres da II Guerra Mundial, Tito traçou as fronteiras étnico-geográficas de tal forma que deixaram cerca de 30% dos sérvios em repúblicas que não a sua (Girão, 1997: 72). Na opinião de Girão (1997: 73) para que o Estado federal jugoslavo se tornasse forte e a ditadura se pudesse impor, era necessário acalmar o ímpeto dos sérvios, que haviam saído da guerra do lado dos vencedores, e estavam desejosos de vingança contra os croatas. A solução encontrada por Tito foi dividi-los, para atenuar a sua força (Girão, 1997: 72-73; Pereira, 1999: 655). Ainda a 8 de Outubro, o secretário-geral da ONU nomeou Cyrus Vance, ex-secretário de Estado norte-americano, como seu enviado especial para negociar um cessar-fogo para a Croácia (Niksic e Rodrigues, 1996: 318). Esta nomeação significou, de acordo com Rados (1999: 166), que o envolvimento da ONU no conflito jugoslavo seria a partir de então, guiado pelos Estados Unidos, tal como tinha acontecido na Guerra do Golfo.

Numa sessão da Assembleia da Bósnia-Herzegovina a 14 de Outubro de 1991, Alija Izetbegovic propôs a votação da declaração de independência. No dia seguinte o SDA e o HDZ insistiram na proposta sobre a soberania da república, a que o SDS de Radovan Karadzic se opôs e acabou por abandonar o hemiciclo, afirmando que os muçulmanos pretendiam constituir um Estado muçulmano fundamentalista. Os deputados do SDA e do HDZ, que permaneceram na assembleia, acabam por adoptar a declaração de independência (Niksic e Rodrigues, 1996: 318; Rados, 1999: 177). Alguns dias mais tarde, a 9 e 10 de Novembro de 1991, os sérvios bósnios votavam por unanimidade, pela permanência na Jugoslávia; sendo que no dia 24 de Outubro já haviam proclamado a Assembleia dos Sérvios da Bósnia-Herzegovina, em Banja Luka. A decisão seguinte dos dirigentes sérvios bósnios foi declarar a sua República Sérvia da Bósnia-Herzegovina, a 9 de Janeiro de 1992, proclamando-a como parte integrante da Federação Jugoslava (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1992: 347; Niksic e Rodrigues, 1996: 80-81; Sáez, 1993).

A 5 de Novembro Milosevic recusa, mais uma vez, a proposta de Lord Carrington, a quarta desde o início da Conferência para a Paz, e em consequência dessa atitude, no dia 8 de Novembro, numa reunião da CEE, foram adoptadas sanções económicas e comerciais contra a Jugoslávia, incluindo o embargo petrolífero. As sanções seriam aplicadas àquelas repúblicas que não contribuísem para o processo de resolução do conflito, enquanto que as que decidissem cooperar, tinham a promessa de ajuda da Comunidade. Desta forma, a 2 de Dezembro de 1991, como consequência das rejeições da Sérvia, a CEE levantou as sanções contra a Croácia, a Eslovénia, a Bósnia-Herzegovina, a Macedónia mantendo sanções contra a Sérvia e o Montenegro (Niksic e Rodrigues, 1996: 319; Rados, 1999: 152).

A 15 de Novembro de 1991, o Bundestag aprovava uma resolução exigindo o reconhecimento da Croácia, e afirmava que a responsabilidade da desintegração da Jugoslávia era dos líderes sérvios, que obrigaram as outras repúblicas, em defesa própria, a optar pela independência, depois de verem retiradas as autonomias às províncias do Kosovo e da Vojvodina (Cutileiro, 2003: 64).

A 23 de Novembro de 1991 Slobodan Milosevic, Franjo Trudjman e Veljko Kadijevic (ministro da Defesa da Federação), encontram-se em Genebra com Lord Carrington e Cyrus Vance, para assinar mais um acordo de cessar-fogo. Dado que os presentes possuíam a legitimidade requerida, foi feito o convite para o envio de capacetes azuis da ONU⁸⁶, reforçado com a assinatura do cessar-fogo. Como resultado, o Conselho de Segurança aprovou a 27 de Novembro a resolução 721, que previa a possibilidade de envio das forças da ONU com mandato de *peace-keeping*, ou seja, forças de interposição e não de combate, mas apenas se as condições no terreno o permitissem. Essas condições só se

⁸⁶ Para que a força militar da ONU pudesse actuar em território jugoslavo, era necessário um convite formal de uma entidade interna, reconhecida internacionalmente (Rados, 1999: 167).

viriam a verificar no final de 1991. A 15 de Dezembro pela resolução 724, foi então elaborado um plano para a operação de paz da ONU, tendo sido enviado um pequeno grupo de pessoal da ONU para a Jugoslávia. A 2 de Janeiro de 1992 em Sarajevo, é assinado um novo cessar-fogo, pelos representantes do JNA e do exército croata (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 319-320;).

Entretanto a Alemanha demonstrava o seu empenho no reconhecimento da independência da Eslovénia e da Croácia: a 3 de Dezembro o presidente esloveno Milan Kucan, numa deslocação a Bona e após um encontro com Helmut Kohl, declarava à imprensa ter recebido garantias da Alemanha de que a Eslovénia seria reconhecida antes do Natal; a mesma declaração seria feita por Franjo Trudjman três dias depois. No dia 4, a Alemanha anunciava sanções económicas unilaterais contra a Sérvia e Montenegro⁸⁷ (Niksic e Rodrigues, 1996: 319; Rados, 1999: 160).

O mês de Dezembro foi um mês decisivo para a ainda CEE, com acontecimentos que iriam ter influência nas posições subsequentes da comunidade europeia e na sua resposta às decisões unilaterais da Alemanha. Nesse mês, uma reunião de importância vital entre os chefes de Estado e ministros da União Europeia teve lugar em Maastricht; o objectivo dessa reunião era ratificar o Tratado da União Europeia⁸⁸, pelo qual seria criada a moeda única europeia e concebida uma Política Externa e de Segurança Comum (Rueda, 2003: 60-61; Valle, 2001: 110-111). Tendo em conta a importância desta reunião para o futuro da União Europeia, e o poderio da Alemanha enquanto primeira potência económica europeia e enquanto base indispensável à futura moeda única, e de acordo com Valle (2001: 110-111) a Alemanha conseguiu forçar Bruxelas, a reconhecer a independência da Croácia e da Eslovénia. Desta forma, segundo o autor, o Tratado de Maastricht acabou por ser assinado, sob a ameaça da não assinatura da Alemanha (caso não fossem reconhecidas as independências da Eslovénia e da Croácia), marcando o regresso em força dos alemães aos Balcãs. “A unidade da Jugoslávia acabava assim por ser sacrificada para manter, julgava-se o da União Europeia” (Valle, 2001: 111). Em reacção ao reconhecimento da Croácia, os sérvios da região da Krajina, decidiram também exercer o seu direito à autodeterminação, reunindo-se numa República independente, mas que a União Europeia não iria reconhecer. Segundo Valle (2001: 111): “O erro de julgamento dos europeus (...) será fatal, pois provocará violentas reacções anti-croatas por parte de Belgrado”.

⁸⁷ Outro exemplo do apoio da Alemanha à Croácia foi a adopção no dia 4 de Dezembro, pelo Parlamento de Zagreb incitado por Bona, de uma lei constitucional sobre a protecção das minorias, elaborada com a ajuda de um professor alemão (Michael Libal, *Limits of Persuasion-Germany and the Yugoslav crisis, 1991-1992*, Westport, 1997, pp. 79-80 in Cutileiro, 2003: 66). Lei esta, exigida pela CE, para o reconhecimento da independência da Croácia.

⁸⁸ Ou Tratado de Maastricht.

No mesmo mês, os sérvios da Bósnia-Herzegovina avisaram que iriam proclamar o seu próprio Estado independente, caso essa república fosse reconhecida internacionalmente (Markovic, 1995; Rados, 1999: 177).

A 16 de Dezembro de 1991 foi convocada uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CE, para definir as condições para o reconhecimento dos novos países do Leste Europeu e da Jugoslávia. Entre essas condições estava a garantia dos direitos dos grupos étnicos e das minorias e a continuação das negociações na conferência de Haia. As repúblicas da Jugoslávia que pretendessem o reconhecimento da sua independência teriam primeiro de requerer o pedido à presidência da Conferência de Haia, que por sua vez o submeteria à Comissão de Arbitragem, antes da tomada de decisão definitiva do Conselho⁸⁹ (Rados, 1999: 157-158). A Eslovénia e a Croácia apresentaram o pedido no dia 19 de Dezembro; a Bósnia-Herzegovina e a Macedónia no dia 20 de Dezembro (*ibid.*: 158).

Finalmente a 23 de Dezembro de 1991, a Alemanha, considerando que as duas repúblicas cumpriam os requisitos previstos pela CEE e antecipando-se aos seus parceiros comunitários, reconheceu unilateralmente a independência da Eslovénia e da Croácia, apesar da sua implementação *de facto* ser apenas a 15 de Janeiro de 1992 (Girão, 1997: 77; Niksic e Rodrigues, 1996: 320; Pereira, 1999: 655; Rados, 1999). O reconhecimento por parte da Alemanha, do Vaticano, entre outros países, antes do reconhecimento pela CEE, deixou-a perante um facto consumado que a levou ao reconhecimento das duas repúblicas a 15 de Janeiro de 1992 (Cutileiro, 2003; Rados, 1999: 159; Sáez, 1993: 129; Valle, 2001: 110-111).

De referir que, enquanto que a guerra na Eslovénia foi uma guerra entre o exército da Eslovénia e o JNA, composto por várias nacionalidades, na Croácia o caso foi diferente; a partir da Primavera, as repúblicas já se recusavam a enviar recrutas para o JNA e a Sérvia e o Montenegro eram as únicas a contribuir em homens e remessas para o financiamento do JNA. Daqui ter-se tratado essencialmente de uma guerra entre croatas e sérvios. A Sérvia tornara-se de facto responsável pelo JNA na segunda metade de 1991 e o JNA passara a defender os interesses dos sérvios (Rados, 1999: 132; Rueda, 2003: 45).

Durante a guerra na Croácia, cuja fase mais aguda foi de Julho a Dezembro de 1991, afluíam à república equipamentos provenientes dos arsenais do extinto Pacto de Varsóvia (Rússia, Ucrânia, Eslováquia e sobretudo da extinta República Democrática Alemã) e da Hungria, que constituía um canal privilegiado para a passagem de material fornecido pela Alemanha. As milícias independentistas sérvias, foram ainda apoiadas em homens e material pelo exército federal dirigido por Belgrado; por outro lado, os croatas também ficaram com

⁸⁹ A Comissão de Arbitragem deveria emitir o seu parecer até dia 15 de Janeiro; no mesmo dia o Conselho de Ministros deveria tomar a decisão final (Rados, 1999: 157-158).

grande parte das armas do JNA, quando este retirou da Croácia, em 1991; daí que ambos os lados tivessem amplo acesso a armamento (Niksic e Rodrigues, 1996: 148).

1992

No dia 2 de Janeiro de 1992, Cyrus Vance, enviado especial da ONU, conseguia um cessar-fogo entre o JNA e o exército croata, e a 3 de Janeiro de 1992, após seis meses de massacres de civis, destruição e expulsões, a guerra era suspensa na Croácia, o que iria permitir o envio de capacetes azuis para aquela república (Cutileiro, 2003: 68; Rados, 1999: 168). A 14 de Janeiro de 1992, chegam cinquenta observadores para a Jugoslávia, enviados pela ONU com a missão de vigiar o cessar-fogo e preparar o envio dos capacetes azuis (Niksic e Rodrigues, 1996: 320; Pereira, 1999:655). Como resultado do respeito pelo cessar-fogo, o Conselho de Segurança adoptou a Resolução 743, de 21 de Fevereiro de 1992, que decretava a formação da FORPRONU, Força de Protecção das Nações Unidas, para um período inicial de doze meses e previa o envio de 14 mil capacetes azuis para a Croácia (Niksic e Rodrigues, 1996: 320; Rados, 1999). A FORPRONU entrava no terreno a 9 de Março e de imediato o JNA iniciou a sua retirada da Croácia (Rados, 1999:168).

Depois da Croácia e da Eslovénia terem apresentado os seus pedidos de reconhecimento da independência, a Comissão de Arbitragem emitiu a 11 de Janeiro várias recomendações. Assim, recomendou o reconhecimento da Eslovénia e da Macedónia, considerando que ambas cumpriam os requerimentos necessários. Relativamente à Croácia, a Comissão sugeriu que a Constituição, deveria ser modificada de modo a proteger o estatuto de autonomia das minorias no seu território. Quanto à Bósnia-Herzegovina, para que pudesse ser reconhecida, seria necessário que primeiro realizasse um referendo e que a sua população se mostrasse a favor da soberania da república (Markovic, 1995; Rados, 1999: 109). No seguimento das sugestões da Comissão Badinter, a 14 de Janeiro de 1992, o presidente Franjo Trudjman enviou por escrito à presidência da CE, uma promessa de que iria respeitar os direitos das minorias e do Homem. No entanto, depois da guerra, em 1995, seriam feitas alterações que anularam os direitos dos sérvios que pretendiam continuar a viver na Croácia (Rados, 1999). No dia 15 de Janeiro de 1992, o Conselho de Ministros da CE, pressionado pelos alemães, apesar das reticências francesas e das recomendações da Comissão de Arbitragem, decidiu que iria reconhecer a Eslovénia e a Croácia; quanto à Bósnia-Herzegovina e à Macedónia, havia ainda assuntos que deviam ser resolvidos (Rados, 1999; Rueda, 2003: 45).

Com os seus objectivos militares na Croácia mais ou menos cumpridos, o exército federal, retirou para a Bósnia-Herzegovina, onde seguiu a mesma estratégia que havia seguido na Croácia: ocupação de territórios que depois eram abandonados e deixados sob

controlo das milícias irregulares sérvias, para que estas levassem a cabo o que foi denominado de “limpeza étnica”. As cidades converteram-se no principal alvo dos ataques, já que era precisamente aí que residia a maioria da população muçulmana (Niksic e Rodrigues, 1996: 320; Sáez, 1993: 123).

Entretanto na Bósnia-Herzegovina, e de modo a cumprir os requisitos exigidos pela Comissão Badinter, para o reconhecimento internacional, foi organizado um referendo nos dias 29 de Fevereiro e 1 de Março de 1992, de muçulmanos e croatas, que os sérvios boicotaram (Niksic e Rodrigues, 1996: 320; Rados, 1999: 91). Conforme foi divulgado pela CE, nesse referendo votaram cerca de 66% dos eleitores inscritos e desses, 99% votaram a favor da soberania. A Comissão de Badinter considerou que dois terços da população bósnia tinham votado pela independência e sugeriu o reconhecimento da república. O reconhecimento seria oficializado no dia 6 de Abril de 1992, quando os combates já se haviam generalizado na Bósnia-Herzegovina (Niksic e Rodrigues, 1996: 83; Rados, 1999: 173-174; Rueda, 2003: 45-46). Uma das razões para a esmagadora vitória da opção pela independência, no referendo realizado pelos croatas e muçulmanos, foi o facto de estes não desejarem ficar vinculados a uma estrutura política dominada pela Sérvia, tendo em conta que a Eslovénia e a Croácia já haviam sido reconhecidas pela CE e tinham abandonado a Federação Jugoslava (Niksic e Rodrigues, 1996: 320; Sáez, 1993: 123). Após o reconhecimento pela CE, seguiu-se o reconhecimento pelos EUA e por toda a comunidade internacional. “O reconhecimento internacional foi o sinal para que a guerra começasse” (Rados, 1999: 177).

Logo após serem divulgados os resultados do referendo na Bósnia-Herzegovina, de imediato, membros das forças paramilitares sérvias começaram a construir barricadas e a estabelecer bases de franco-atiradores em volta do Parlamento bósnio em Sarajevo. Os representantes sérvios no Parlamento da Bósnia-Herzegovina recusaram-se a aceitar a separação da Federação Jugoslava, e optaram por juntar-se aos projectos pansérvios. Era o começo da guerra na Bósnia-Herzegovina, que rebentava definitivamente a 7 de Abril, precisamente quando a Comunidade Internacional decidiu reconhecer a Bósnia-Herzegovina como Estado independente (Rueda, 2003: 46). No dia 7, a República Sérvia da Bósnia-Herzegovina ⁹⁰ declarava a sua independência em Banja Luka (Markovic, 1995; Pereira, 1999: 656) e a partir desse mês começavam a chegar ao Norte e Leste da Bósnia-Herzegovina, forças paramilitares provenientes da Sérvia, entre as quais as famosas brigadas de Arkan (Niksic e Rodrigues, 1996: 321; Rados, 1999: 174-178).

O conflito da Bósnia-Herzegovina recebeu uma grande atenção da Comunidade Internacional e foi objecto de pelo menos cinco Planos de Paz, preparados por mediadores

⁹⁰ A partir de 12 de Agosto de 1992, passaria a denominar-se República Srpska.

estrangeiros (principalmente britânicos e americanos). Neste conflito, que iria durar desde finais de Março de 1992 até Novembro de 1995, confrontaram-se não só sérvios contra muçulmanos e croatas, mas também croatas contra muçulmanos, que em 1993 e 1994 lutaram entre si na Bósnia-Herzegovina Central e na Herzegovina Ocidental, e ainda muçulmanos contra muçulmanos em Bihac, em 1994. A guerra viria a ceifar a vida de cerca de 100 mil pessoas e expulsar das suas terras perto de um milhão (Cutileiro, 2003: 71).

Apesar de nunca terem estado ausentes, os EUA tiveram um papel secundário entre Julho de 1991 e Março de 1992, altura em que decidiram intervir no conflito que acabava de rebentar (Zimmermann, s.d.). De acordo com Valle (2001: 112), os Estados Unidos, simultaneamente aliados e concorrentes da Alemanha nos Balcãs, iriam esforçar-se por agravar ainda mais a situação nos Balcãs, a fim de tornar a sua presença político-militar indispensável - arriscando-se a que os dividendos fossem monopolizados por Bona - e em Março de 1992, os americanos incitam Alija Izetbegovic a rejeitar o acordo concluído em Lisboa que previa a partilha da Bósnia-Herzegovina. Se em 1991, os EUA defendiam a unidade da Jugoslávia, a partir de Março de 1992, o secretário de estado James Baker, mostrou que os EUA desejavam ver a Bósnia-Herzegovina reconhecida. A 6 e 7 de Abril esta era reconhecida por todos os estados ocidentais (Valle, 2001: 112).

As negociações sobre o Plano Cutileiro para a paz na Bósnia, decorreram entre Fevereiro e Março de 1992, e terminaram com a assinatura da “Declaração de Princípios” a 18 de Março, pelos líderes Alija Izetbegovic, do SDA, Radovan Karadzic, do SDS, e Mate Boban, do HDZ, em Sarajevo. O documento assinado reconhecia a existência de fronteiras externas na república da Bósnia-Herzegovina e propunha a divisão do território da Bósnia em três unidades territoriais (Kaldor, 1999: 60), designadas cantões. Já durante o Verão, Alija Izetbegovic viria a rejeitar o documento, alegadamente incentivado pelos EUA (Cutileiro, 2003: 75; Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 81).

A 7 de Abril pela Resolução 749, o Conselho de Segurança autorizava finalmente o posicionamento da FORPRONU nas zonas de protecção da ONU na Croácia⁹¹. De referir, que o contingente da FORPRONU, foi inicialmente enviado apenas para o conflito na Croácia, sem um mandato adequado para um maior envolvimento na Bósnia-Herzegovina (Rados, 1999: 207). Face ao deteriorar da situação na Bósnia, na Primavera foram enviados observadores militares, e a FORPRONU começou com um mandato que se limitava a garantir o acesso e a distribuição da ajuda humanitária; apenas em Junho seriam enviados capacetes azuis para o aeroporto de Sarajevo (Cutileiro, 2003: 111; Rueda, 2003: 67).

⁹¹ As zonas de protecção das Nações Unidas na Croácia, eram zonas nas quais os sérvios eram maioria ou uma minoria substancial da população, e onde as tensões entre sérvios e croatas tinham já originado conflitos armados. Na Croácia existiam três zonas de protecção das Nações Unidas: Eslavónia Oriental, Eslavónia Ocidental e Krajina (www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unprofor_b.htm).

A Sérvia e o Montenegro não solicitaram o reconhecimento da CE, tendo optado por proclamar um Estado comum, a República Federal da Jugoslávia (SRJ) numa sessão da Assembleia Nacional no dia 27 de Abril de 1992 (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 320; Rados, 1999: 162). Logo a seguir, em Maio, a presidência da SRJ decidiu a retirada dos cidadãos da Sérvia e do Montenegro do JNA, que estava situado na Bósnia-Herzegovina (Rados, 1999: 178). A declaração do novo Estado comum da Sérvia e Montenegro, veio alterar a situação do JNA e a partir desse momento os efectivos do exército federal na Bósnia-Herzegovina transformaram-se em força armada da República Sérvia da Bósnia-Herzegovina, sob o comando do general Ratko Mladic. Até final do mês retiraram-se do JNA na Bósnia-Herzegovina, cerca de catorze mil soldados cidadãos da nova República SRJ, mas ainda ficaram 80 mil considerados sérvios locais. As forças militares sérvias da Bósnia-Herzegovina ficariam com todo o armamento do JNA, para além do apoio das forças paramilitares e de ajuda “logística” vindas da Sérvia (Rados, 1999: 178; Sáez, 1993: 125).

Segundo Niksic e Rodrigues (1996: 83), o primeiro objectivo das forças armadas da Bósnia-Herzegovina foi obrigar o JNA a deixar o território da república. Assim, em Maio de 1992, as forças bósnias atacaram o quartel-general do JNA, em Sarajevo. Este ataque seria utilizado como justificação para a intensificação do cerco e bombardeamento de Sarajevo por parte dos sérvios.

A 22 de Maio, a Bósnia-Herzegovina, a Croácia e a Eslovénia seriam admitidas como membros da ONU (Niksic e Rodrigues, 1996; Pereira, 1999: 656; Rados, 1999: 174).

A 30 de Maio de 1992, já com a FORPRONU no terreno, o Conselho de Segurança, pela Resolução 757, decretou um embargo comercial, petrolífero e aéreo contra duas Repúblicas, a Sérvia e o Montenegro, devido ao apoio directo de Belgrado às actividades dos sérvios bósnios e ao bombardeamento de Sarajevo. Embargo que, no entanto, era sistematicamente violado através do trânsito pelo rio Danúbio (Niksic e Rodrigues, 1996: 107; Rados, 1999). As sanções não solucionaram o conflito e através da Resolução 777, já em Setembro, as sanções aumentaram a nível político. A nova Jugoslávia (SRJ) foi excluída dos trabalhos da Assembleia-Geral da ONU e convidada a fazer um pedido de admissão às Nações Unidas (Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 170).

Pode dizer-se que a ONU actuava em duas linhas de acção diferentes: por um lado eram aplicadas as sanções comerciais, e por outro era prestada ajuda humanitária à população. Dado que a maioria dessa ajuda ficava na posse dos contrabandistas locais, foram adoptadas várias resoluções: a 8 de Junho, a Resolução 758 determinou o envio adicional de capacetes azuis para o aeroporto de Sarajevo⁹², para permitir a sua reabertura e a chegada de ajuda à população; a 29 de Junho foi enviado um novo reforço da FORPRONU para o

⁹² No Verão de 1992, Sarajevo foi cercada e bombardeada pelos sérvios (Cutileiro, 2003: 15-16).

aeroporto, de forma a assegurar a distribuição da ajuda; a 13 de Agosto de 1992 eram aprovadas as Resoluções 770 e 771, sobre o encaminhamento da ajuda humanitária, considerando a possibilidade do recurso à força militar para permitir a distribuição do auxílio humanitário na Bósnia, e o acesso a todos os campos de detenção; e, no dia 14 de Setembro de 1992, o Conselho de Segurança, pela Resolução 776, alargava o mandato da FORPRONU para a Bósnia-Herzegovina, para proteger os comboios humanitários (Niksic e Rodrigues, 1996: 322-323; Rados, 1999: 210-211).

No dia 16 de Junho de 1992, Alija Izetbegovic e Franjo Trudjman assinavam um pacto formal para legitimar a presença do exército croata e das forças do Exército Croata Bósnio (HVO) no território da Bósnia-Herzegovina, dado que os sérvios eram considerados um inimigo comum. Daí nasceu a aliança militar entre muçulmanos e croatas, para expulsar o JNA do território da Bósnia-Herzegovina. Apesar disso, o resultado das campanhas militares no território bósnio, durante 1992, foi caracterizado pelos ganhos territoriais dos sérvios, que conseguiriam o controlo de cerca de 70% do território (Markovic, 1995; Rados, 1999: 180).

A 28 de Junho de 1992 o presidente francês François Mitterrand visitava Sarajevo. A visita foi efectuada dois dias depois dos Estados Unidos afirmarem que se devia usar a força para a resolução do conflito na Bósnia-Herzegovina. Assim, Mitterrand foi a Sarajevo com o propósito de mostrar que o aeroporto estava aberto, e desta forma conseguiu evitar uma intervenção militar do Ocidente contra os sérvios. Depois da visita do presidente francês a Sarajevo, os sérvios retiraram do aeroporto, este foi aberto à ajuda humanitária, o bloqueio foi quebrado por uma ponte aérea e foram deslocados para lá capacetes azuis (franceses) pela Resolução 761 (Niksic e Rodrigues, 1996: 322; Rados, 1999: 201).

No mês de Junho verificaram-se uma série de protestos em Belgrado, organizados pela oposição sérvia e pela Igreja Ortodoxa, em que era exigida a demissão de Slobodan Milosevic, cujo partido havia entretanto ganho as eleições legislativas a 31 de Maio, e a realização de novas eleições (Markovic, 1995; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1993: 354-355).

A 10 de Julho de 1992, as sanções económicas (adoptadas pela Resolução 757, a 30 de Maio) foram reforçadas quando a UEO e Nato enviaram navios, aviões e helicópteros para as águas da Jugoslávia, efectuando uma vigilância militar marítima no mar Adriático. A operação denominada *Shape Guard*, tinha como objectivo fazer cumprir o embargo comercial e militar decretado pelo Conselho de Segurança, e foram uma consequência dos bombardeamentos sérvios a Sarajevo (Markovic, 1995; Rados, 1999: 209-210).

Nos dias 26 e 27 de Agosto de 1992, teve início uma nova Conferência para a Paz na Jugoslávia em Londres (que acabou com a Conferência de Paz europeia), em que foi substituído o negociador da CE, Lord Carrington por outro britânico, Lord David Owen,

continuando o americano Cyrus Vance como representante da ONU (Cutileiro, 2003: 156; Rados, 1999: 181). A Conferência teve lugar numa atmosfera carregada, provocada pelas notícias publicadas a 2 de Agosto na imprensa americana, da descoberta de “campos de concentração”⁹³. Devido àquelas notícias, David Owen pediu que fossem realizados *raides* aéreos contra os sérvios, mas tanto os americanos como os britânicos se mostraram contra a decisão; mais tarde verificou-se que as outras partes também controlavam campos de detenção (Niksic e Rodrigues, 1996: 322; Rados, 1999: 181-182). A “descoberta” de campos de detenção, levou o Conselho de Segurança, a solicitar a todas as partes que autorizassem as organizações internacionais a visitar os campos de detenção⁹⁴ (Rados, 1999: 213).

A 6 de Outubro era aprovada a resolução 780, que instituiu uma comissão de inquéritos internacional, para investigar os crimes de guerra perpetrados na ex-Jugoslávia. Segundo Rados (1999: 170), essa resolução foi resultado da pressão da opinião pública internacional, provocada pelas imagens transmitidas pela televisão, que faziam recordar o Holocausto durante a II Guerra Mundial.

Para além da ajuda humanitária e da imposição de sanções, a ONU tinha ainda uma terceira linha de acção: o estabelecimento de zonas de protecção. Desta forma, a 9 de Outubro de 1992 foi adoptada a resolução 781, que estabeleceu uma zona de exclusão aérea sobre todo o território da Bósnia-Herzegovina (Niksic e Rodrigues, 1996: 326; Rados, 1999). A 16 de Novembro de 1992 era adoptada a Resolução 787, que reforçava as sanções contra a Sérvia e Montenegro, implementando um bloqueio internacional (Rados, 1999: 170).

1993

Em Janeiro de 1993, ficava bastante visível a debilidade do mandato de *peace-keeping* dos capacetes azuis da FORPRONU, quando os croatas atacaram os sérvios em várias zonas de segurança sob controlo da FORPRONU. A FORPRONU apenas pode observar, já que o mandato de *peace-keeping* apenas lhes permitia oferecer mediação e nada mais (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 25; Rados, 1999: 169).

De 2 a 4 de Janeiro de 1993, decorreu a primeira ronda do Plano Vance-Owen, com Alija Izetbegovic, Radovan Karadzic, Mate Boban e ainda Franjo Trudjman e Dobrica Kasic,

⁹³ No dia 2 de Agosto de 1992, no diário norte-americano, New York Newday, foi publicado um artigo com o título “Os campos da morte na Bósnia”, onde era revelado que os sérvios detinham campos de concentração (Rados, 1999:182).

⁹⁴ Até 13 de Agosto, a Cruz Vermelha visitou 13 campos controlados pelas três partes e com base nos relatórios da Cruz Vermelha seria aprovada a resolução 771 de 13 de Agosto, que condenava severamente a “limpeza étnica” e exigia o acesso a todos os campos de detenção e a todas as prisões. A 18 de Dezembro de 1992, era aprovada a Resolução 798 que exigia o encerramento de todos os campos de prisioneiros na Bósnia-Herzegovina, especialmente os campos de detenção para mulheres. Os campos de detenção foram encerrados, no entanto, a troca de prisioneiros apenas seria resolvida já depois da assinatura dos Acordos de Dayton (Rados, 1999: 213).

presidente da SRJ, que propunha a divisão da Bósnia em dez províncias. Ao início os croatas aceitaram as três partes do Plano, enquanto os sérvios e muçulmanos criticaram as propostas, já que não concordavam com o território que lhes havia sido atribuído. No final de Janeiro, depois de Slobodan Milosevic, por pressão das potências ocidentais, ter anunciado que não iria ajudar militarmente Radovan Karadzic, os sérvios bósnios predispuseram-se a assinar todo o Plano se os muçulmanos aceitassem, mas Alija Izetbegovic recusou assinar, possivelmente à espera da reacção dos Estados Unidos (Niksic e Rodrigues, 1996; Pereira, 199: 657; Rados, 1999: 185-186).

Uma das consequências do Plano Vance-Owen, foi o rompimento da aliança muçulmano-croata, devido às divergências provocadas pelos mapas propostos de divisão territorial da Bósnia, que acabaram por causar tensão política e conflitos armados entre os croatas e os muçulmanos. Como consequência, em Fevereiro de 1993 o exército dos croatas bósnios, HVO, cercou os muçulmanos na Bósnia Central, numa zona ainda não definida pelo Plano Vance-Owen, deixando aos croatas e muçulmanos a decisão sobre quem a iria controlar (Rados, 1999: 189).

A 10 de Fevereiro de 1993⁹⁵, o secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, anunciava que os Estados Unidos tinham a intenção de se empenhar mais activamente na resolução do conflito da Bósnia-Herzegovina, nomeadamente usando os meios militares da NATO (Markovic, 1995; Rados, 1999: 244).

A 22 desse mês, pela resolução 808, o Conselho de Segurança da ONU anunciou a criação de um tribunal internacional para julgar os crimes de guerra na Jugoslávia. A 25 de Maio, pela resolução 827, foi estabelecido o Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia, que entrou em funcionamento em Haia, a 17 de Novembro de 1993 (Cutileiro, 2003, 156; Niksic e Rodrigues, 1996: 325; Pereira, 199: 657; Rados, 1999: 213-214).

Depois do malogro das negociações de Janeiro, em Março e Abril de 1993 seria feita uma nova tentativa, ao mesmo tempo que continuava a pressão através de Slobodan Milosevic. A 11 de Março, Slobodan Milosevic encontrava-se com François Mitterrand em Paris. Nessa reunião, Mitterrand reafirmou a amizade da França para com a Sérvia, e Milosevic prometeu que iria aceitar a proposta do Plano Vance-Owen sobre a Constituição e o cessar-fogo, e que iria continuar a negociar os mapas, mas pedia em contrapartida o levantamento das sanções. François Mitterrand prometeu então pressionar Helmut Kohl, para que a Alemanha aceitasse o levantamento das sanções contra os sérvios. A mudança definitiva na estratégia do governo de Milosevic aconteceu no momento em que Boris Ieltsin ganhou o referendo na Rússia, em Abril de 1993. A partir desse momento, Slobodan

⁹⁵ De lembrar que a 20 de Janeiro de 1993, Bill Clinton, um democrata, tomou posse como presidente dos EUA, acabando com doze anos de domínio republicano, com Ronald Reagan e George Bush. Segundo Rados, enquanto Ronald Reagan destruiu o comunismo, George Bush, após a Guerra do Golfo, tentou criar uma nova ordem internacional em termos wilsonianos (Niksic e Rodrigues, 1996: 325; Rados, 1999: 244).

Milosevic, desistiu do seu objectivo de unir todos os sérvios num só Estado, seguindo a estratégia de Ieltsin, de cooperação com o Ocidente. Com a evidência da mudança de estratégia de Slobodan Milosevic, decorreu então outra tentativa das negociações de paz (Niksic e Rodrigues, 1996: 326; Rados, 1999).

A 25 de Março, Cyrus Vance e David Owen apresentaram uma nova versão do plano de paz para a Bósnia. Os muçulmanos assinaram finalmente o plano, os croatas também, mas os sérvios condicionaram a assinatura do Plano a uma decisão da sua assembleia (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 326).

Devido aos crescentes confrontos na Bósnia-Herzegovina durante a Primavera de 1993, e à cada vez maior dificuldade dos capacetes azuis em assegurar o respeito da zona de exclusão aérea, o Conselho de Segurança, adopta a 31 de Março, a resolução 816 e na sequência desta, inicia-se a 12 de Abril a operação *Deny Flight*, para aplicar o respeito da zona de exclusão aérea (Niksic e Rodrigues, 1996: 326; Rados, 1999: 211). Essa acção surgiu, nas palavras de Rados (1999: 225) como “a primeira missão histórica [da Nato] numa acção militar fora das fronteiras dos Estados-membros”.

Depois das sanções, foram criadas zonas de segurança na Bósnia, de forma a proteger a população civil nas zonas de maior conflito, principalmente devido aos combates entre os muçulmanos e os sérvios nos arredores de Srebrenica (Rados, 1999: 212) (ver anexo II).

No dia 16 de Abril de 1993, a ONU decidiu aprovar a resolução 819, pela qual Srebrenica foi declarada “zona de segurança” das Nações Unidas e no dia 18 as primeiras forças da FORPRONU chegavam à cidade (Niksic e Rodrigues, 1996: 127). No dia seguinte o Conselho de Segurança adoptava a resolução 820, que agravava as sanções internacionais em vigor contra a Sérvia e o Montenegro, caso os sérvios bósnios se recusassem a aceitar o Plano de Paz Vance-Owen. Alguns dias mais tarde Warren Christopher declarava que os Estados Unidos estavam preparados para utilizar a força contra os sérvios da Bósnia (Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 194).

Na Primavera, irromperam violentos confrontos entre croatas e muçulmanos no Centro e Sudoeste da Bósnia-Herzegovina, que foram interrompidos um ano depois, em resultado da iniciativa política de Washington que, no início de 1994, impôs tréguas nos combates croato-muçulmanos (Niksic e Rodrigues, 1996: 152).

No dia 2 de Maio de 1993, Karadzic assinava o Plano de Paz Vance-Owen, em Atenas, no entanto a sua aprovação ficaria dependente, segundo uma reunião da Assembleia dos sérvios bósnios, do referendo a realizar nos dias 15 e 16 de Maio. O referendo acabou finalmente por rejeitar a assinatura do Plano Vance-Owen (Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999).

A 6 de Maio, Warren Christopher, secretário de Estado norte-americano, encontrava-se com representantes da CE e afirmava que o presidente norte-americano

pretendia uma acção concreta na resolução do conflito jugoslavo (Rados, 1999: 193). No mesmo dia pela Resolução 824 da ONU, adicionavam-se às zonas de segurança já existentes, Sarajevo e os enclaves muçulmanos de Zepa, Gorazde, Bihac e Tuzla (Rados, 1999).

Depois dos sérvios bósnios terem rejeitado o Plano Vance-Owen, foi anunciado que os Estados Unidos e a Rússia preparavam um novo plano de paz e a 22 de Maio, em Washington, os ministros dos negócios estrangeiros do Reino Unido, França, Rússia, Espanha e Estados Unidos adoptaram um Plano de Acção para a paz na Bósnia, que não viria a obter quaisquer resultados (Niksic e Rodrigues, 1996: 328; Rados, 1999: 195-196).

Já em Junho, no dia 29, no Conselho de Segurança, foi debatida uma proposta de resolução que propunha o fim do embargo de armas aos muçulmanos. Os Estados Unidos votaram ao lado dos países de Terceiro Mundo e islâmicos, a favor da resolução, mas esta seria rejeitada pela abstenção dos países da Europa Ocidental e da Rússia (Niksic e Rodrigues, 1996: 329; Rados, 1999: 223).

Depois do falhanço do Plano de Paz Vance-Owen, surgiu uma outra tentativa de mediação internacional, desta vez mediada por David Owen e Thorvald Stoltenberg, que substituiu Cyrus Vance como representante da ONU em Maio, que foi apresentada a 29 de Julho, em Genebra (Niksic e Rodrigues, 1996: 330; Rueda, 2003: 48). Com o Plano Owen-Stoltenberg foi retomado, de certo modo, o Plano Cutileiro de 1992, de dividir a Bósnia-Herzegovina em três partes, que na altura havia sido rejeitado pelos muçulmanos. Por aquela altura, os muçulmanos que representavam 43% da população, ocupavam 30% do território, os sérvios com 34% da população, ocupavam 51,7% e os croatas, com 17% do total da população da Bósnia, ocupavam 15,8%. A primeira ronda das negociações diplomáticas à volta do Plano Owen-Stoltenberg, seriam suspensas logo a 5 de Agosto, devido a conflitos entre sérvios e muçulmanos nos arredores de Sarajevo (Enciclopedia Universal, 1995: 478; Rados, 1999: 197-198). No dia 2, os sérvios bósnios haviam desencadeado um contra-ataque à volta de Sarajevo, contra uma ofensiva muçulmana mal sucedida. De seguida, a NATO emitiu uma declaração na qual se dizia preparada para iniciar ataques aéreos contra alvos bósnios; ataques que oficialmente foram previstos contra todos os beligerantes que não respeitassem as forças das Nações Unidas, mas que tinham em vista principalmente os sérvios bósnios. Logo no dia seguinte, após a decisão de efectuar possíveis *raides* aéreos contra alvos sérvios, surgiram divergências entre os americanos e os membros europeus da NATO, já que a CE estava preocupada com a segurança da Europa, com a possível reacção da Rússia, e ainda com a crescente tensão política entre a Alemanha e a França. Apesar disto, foi aprovada a 9 de Agosto, pelos embaixadores da NATO, a realização de ataques aéreos selectivos na Bósnia-Herzegovina, caso fossem aprovados pelas Nações Unidas (Markovic, 1995; Rados, 1999).

Depois de, a 14 de Agosto, as forças sérvias aceitarem retirar das zonas nos arredores de Sarajevo⁹⁶ que tinham ocupado nas semanas anteriores, inicia-se a segunda ronda do Plano Owen-Stoltenberg, em que sérvios e croatas aceitam as novas propostas, tendo os últimos proclamado a sua unidade nacional a 27 de Agosto, através da República da Hercegovina; os muçulmanos rejeitam o Plano, pedindo a continuação das negociações (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996; Pereira, 1999: 657; Rados, 1999: 199). A 1 de Setembro culmina a segunda ronda do Plano Owen-Stoltenberg, com a assinatura do acordo de princípios, mas a 29 de Setembro, o parlamento bósnio acabaria por rejeitar o Plano de Paz, ao exigir a “devolução dos territórios ocupados pela força”, já depois de lhes ter sido concedido o acesso ao mar, exigido na ronda anterior (Cutileiro, 2003: 156; Rados, 1999: 199-200).

Depois das eleições de 1993 na França, nasceu um novo entendimento entre este país e a Alemanha, que deveria dar origem também a um novo equilíbrio servo-croata na Jugoslávia. Os franceses e os alemães tentaram ultrapassar as divergências sobre o conflito da Jugoslávia e o resultado foi a proposta dos ministros dos negócios estrangeiros da França e da Alemanha⁹⁷, a 8 de Novembro, para o levantamento do embargo à Federação Jugoslava caso os sérvios da Bósnia cedessem uma parte dos territórios que controlavam. Essa proposta seria adoptada numa reunião do Conselho de Ministros da União Europeia, a 22 de Novembro (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 333; Rados, 1999: 203).

Foi convocada para dia 29 de Novembro, em Genebra, uma nova ronda de negociações sobre o Plano Owen-Stoltenberg; no entanto, devido à falta de progressos quanto à obtenção de um consenso entre as partes, as negociações foram concluídas. Foram marcadas novas negociações para 21 e 22 de Dezembro, em Genebra: tanto os sérvios como os croatas aceitaram as novas alterações territoriais propostas no Plano, mas os muçulmanos criticaram os mapas de divisão territorial, nomeadamente no que dizia respeito ao acesso ao mar e ao estatuto de Sarajevo (Markovic, 1995; Rados, 1999: 203-205).

Com o fim de 1993 veio também o fim de todas as iniciativas europeias, já que segundo Rados (1999: 206), os Estados Unidos não queriam aceitar os planos europeus, e incentivavam os muçulmanos a rejeitá-los. Desta forma a União Europeia acabaria derrotada na guerra da Bósnia-Herzegovina e seriam os EUA a tomar as rédeas a partir de então.

1994

⁹⁶ Pelo que foi decidido pela Nato, que não havia justificação, naquele momento, para *raides* contra os sérvios bósnios (Markovic, 1995).

⁹⁷ Alain Juppé e Klaus Kinkel, respectivamente (Markovic, 1995).

Em Janeiro decorreram várias negociações na tentativa de resolução do conflito bósnio: no dia 10 em Bona, Franjo Trudjman apresenta um novo mapa de divisão da Bósnia a Alija Izetbegovic, que não aceita o mapa; a 18 e 19, nova ronda de negociações em Genebra, sem no entanto resultarem em quaisquer progressos (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 334).

Nos finais de 1993, inícios de 1994, os EUA começavam a pôr em prática a sua estratégia para a zona dos Balcãs. Para atingir os seus objectivos estratégicos, Washington promoveu a criação de uma Federação Croato-Muçulmana na Bósnia-Herzegovina (Niksic e Rodrigues, 1996: 146; Rados, 1999: 218). Esta iniciativa, nos finais de Fevereiro de 1994, que teve o apoio político alemão, parecia por um lado assegurar o protagonismo dos Estados Unidos no conflito da Bósnia e ao mesmo tempo aquietar as preocupações ocidentais em relação ao possível nascimento de um estado islâmico no seio da Europa (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1995: 131; Niksic e Rodrigues, 1996: 146). Como resultado, o governo bósnio e as autoridades croatas da Herzegovina Ocidental puseram fim aos combates que duravam desde o ano anterior, e os croatas sob a ameaça de sanções pelos Estados Unidos, foram obrigados a aceitar a Federação (Cutileiro, 2003: 77; Rados, 1999: 108; Rueda, 2003: 48). A 18 de Março era assinado em Washington, o acordo entre muçulmanos e croatas, que estabelecia a criação da Federação Croato-Muçulmana e foi ainda assinada uma declaração de princípios para o estabelecimento de uma confederação entre a nova Federação e a Croácia (Pereira, 1999: 658; Rados, 1999: 218; Rueda, 2003: 48).

De referir que aquelas negociações aconteceram num cenário marcado pela explosão, no dia 5 de Fevereiro de 1994, de um morteiro no mercado de Markale⁹⁸, no centro de Sarajevo. O governo bósnio condenou o ataque e pediu que fosse levantado o embargo às armas, para que os muçulmanos bósnios se pudessem defender (Rueda, 2003: 48). As imagens das mortes chocaram a opinião pública que atribuiu o ataque aos sérvios, apesar das posteriores investigações levadas a cabo por peritos da ONU, nunca terem conseguido identificar os verdadeiros autores do atentado. Apesar disso, de forma a agir perante a opinião pública, a 6 de Fevereiro Boutros Ghali, secretário-geral da ONU, solicitou à NATO que obtivesse a autorização para desencadear acções militares punitivas contra os sérvios, caso fosse solicitado pela ONU. No dia 9, o Conselho da NATO reuniu-se e lançou um ultimato: no prazo de dez dias, as forças sérvias bósnias deveriam levantar o cerco a Sarajevo e, retirar ou entregar à ONU todas as armas pesadas que estivessem a menos de 20 quilómetros do centro cidade, sob pena de *raides* aéreos (Rados, 1999: 229).

No dia 11 de Fevereiro, Bill Clinton telefonava a Boris Ieltsin, para lhe dizer que não tinha sido possível avisá-lo da imposição do ultimato. Ieltsin iniciou então um jogo de forças

⁹⁸ Este atentado provocou cerca de 68 mortos e 200 feridos; em Agosto de 1995, haveria uma nova explosão no mercado de Sarajevo (Rueda, 2003: 48, Valle, 2001: 238).

entre a Rússia e a NATO, ao responder que os ataques não deviam ser decididos pela NATO, mas sim pela ONU. A solução encontrada para o descontentamento da Rússia, seria o posterior envio de capacetes azuis russos para a zona de Sarajevo. A crise terminou a 17 de Fevereiro, quando representantes russos afirmaram que os sérvios bósnios iam retirar a artilharia pesada de Sarajevo no prazo estipulado; a 21 de Fevereiro, Yasushi Akashi⁹⁹ confirmava a retirada de armamento dos sérvios bósnios dos arredores de Sarajevo, que evitaram um confronto directo com a NATO (Niksic e Rodrigues, 1996: 336; Rados, 1999: 229-230).

No dia 28 de Fevereiro de 1994, no âmbito da operação *Deny Flight*, F-16 americanos da NATO, abatiam quatro aviões sérvios nos céus de Banja Luka, o que, juntamente com a proibição de voos militares, significou a quase total neutralização do poder aéreo sérvio (Pereira, 1999:658; Rados, 1999: 212).

A 31 de Março o Conselho de Segurança adoptou a resolução 908 em que, para além da análise do papel da ONU na resolução do conflito na Jugoslávia, foi decidido o envio adicional de 3500 capacetes azuis, em vez dos 8500 pedidos pelo secretário-geral da ONU (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 337).

A partir de Março, os Estados Unidos iriam ser determinantes no conflito da Bósnia-Herzegovina. Mas, para poder realizar o Plano de Paz preparado pelos Estados Unidos, seria necessário criar um instrumento internacional para a sua aplicação, daí que tenha sido decidido reunir os países que mais interesses tinham na zona dos Balcãs, a Rússia, a Alemanha, o Reino Unido e a França e, a 25 de Abril de 1994, foi oficialmente formado o Grupo de Contacto. O plano de paz dos Estados Unidos, que ficaria conhecido como Plano do Grupo de Contacto¹⁰⁰, foi definido em negociações durante Abril e Maio. No dia 5 de Julho foi apresentada uma versão modificada do original às partes, que haviam rejeitado todos os mapas propostos até então, mas no dia 28 de Julho, os sérvios bósnios acabariam por rejeitar o Plano (Cutileiro, 2003: 156; Rados, 1999: 219-221; Valle, 2001: 112).

Entretanto nos dias 10 e 11 de Abril, F-16 americanos da NATO haviam lançado *raides* aéreos sobre as forças sérvias à volta de Gorazde, para protecção do pessoal da FORPRONU e para prevenir o avanço das sérvios¹⁰¹ (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1995: 132; Markovic, 1995; Pereira, 1999: 658).

A 12 de Maio de 1994, o Congresso dos Estados Unidos, solicitava ao presidente Bill Clinton, que fosse levantado unilateralmente o embargo de armamento aos muçulmanos da Bósnia-Herzegovina, alegando que estes estariam em clara desvantagem caso se continuasse a implementar o embargo a todas as repúblicas da ex-Jugoslávia. Esta decisão foi fortemente

⁹⁹ Enviado das Nações Unidas para o conflito da Bósnia-Herzegovina.

¹⁰⁰ Para o que foi nomeado um novo enviado norte-americano, Richard Holbrooke.

¹⁰¹ *Raides* essas que provocaram uma forte reacção da Rússia, que avisou os EUA que tais decisões deviam ser sempre precedidas de consultas entre os dois países (Niksic e Rodrigues, 1996).

criticada pelos países europeus, que afirmaram que tal decisão poderia intensificar os conflitos e poderia pôr em perigo a vida dos capacetes azuis no terreno, na sua maioria europeus¹⁰² (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 340; Rados, 1999: 223).

A 25 de Maio, decorrem as conversações preliminares entre os representantes do Grupo de Contacto e os representantes da Federação Croato-Muçulmana e dos sérvios da Bósnia, em que foi discutida a divisão do território da Bósnia-Herzegovina e os mapas que fixavam as fronteiras entre a Federação Croato-Muçulmana e a República Srpska e a 5 de Julho foi enviada às partes em conflito a proposta sobre o Plano de Paz (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 341; Rados, 1999: 220-221). A 16 de Julho os croatas assinam o mapa proposto e a 18 de Julho (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues: 1996: 341) o parlamento da Federação Croato-Muçulmana, pressionado pelos Estados Unidos, acabaria por votar a favor do Plano. Os sérvios pediram a continuação das negociações, principalmente no que dizia respeito aos mapas propostos, mas finalmente a 28 de Julho, o Parlamento sérvio bósnio reunido em Pale, recusou o Plano do Grupo de Contacto, tendo-lhe sido dada uma segunda hipótese pelo Grupo, para reconsiderar a sua posição (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues: 1996: 341). Esta rejeição do Plano pelos sérvios bósnios resultou no rompimento político definitivo entre o governo de Slobodan Milosevic e Radovan Karadzic, já que Milosevic defendeu explicitamente a assinatura do Plano do Grupo de Contacto. A 3 de Agosto o parlamento dos sérvios bósnios em Pale, volta a não aceitar o mapa do Grupo de Contacto marcando um referendo para os dias 27 e 28 de Agosto¹⁰³ (Markovic, 1995) e como consequência dessa decisão, no dia 4 de Agosto, Slobodan Milosevic anunciou um corte de relações com os sérvios da Bósnia-Herzegovina. Milosevic optara pela cooperação absoluta com os Estados Unidos, seguindo a estratégia de Ieltsin, e foi para atingir os seus novos propósitos que optou por “sacrificar” Karadzic. Em dificuldades pelas sanções internacionais, a partir de Agosto de 1994, Milosevic reforçou a sua nova estratégia “pacifista” e seguindo esta linha, rompeu as relações económicas, militares e políticas com a República Srpska; foi ainda imposto um embargo quase total à República Srpska e todas as fronteiras da SRJ, Sérvia e Montenegro, foram fechadas aos sérvios da Bósnia-Herzegovina. A partir desse momento, cessaram as negociações com os sérvios bósnios e estes ficaram completamente isolados (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 125; Rados, 1999: 231).

Após a mudança de atitude de Milosevic, surgiram alguns atritos entre os membros do Grupo de Contacto, uma vez que os russos defendiam que deviam fazer-se mais cedências aos sérvios, incluindo o levantamento imediato das sanções contra a SRJ,

¹⁰² Apesar disso, segundo a imprensa, a ajuda militar, sobretudo americana e alemã, continuava a chegar aos muçulmanos e croatas em grandes quantidades (Rados, 1999: 223).

¹⁰³ O referendo levado a cabo na República Srpska sobre os mapas propostos pelo Grupo de Contacto, teve como resultado a rejeição dos mapas por cerca de 96% daqueles que votaram (Markovic, 1995).

enquanto os Estados Unidos preferiam esperar. O resultado destas divergências, foi a decisão do Conselho de Segurança em levantar parcialmente as sanções contra a Sérvia e o Montenegro, a 23 de Setembro (Pereira, 1999: 658; Rados, 1999: 222).

A 19 de Dezembro, Jimmy Carter, antigo presidente americano, após conversações com Franjo Trudjman em Zagreb, com Izetbegovic em Sarajevo e com Karadzic em Pale, conseguiu obter um cessar-fogo de quatro meses, assinado no dia 31 e que entraria em vigor a 1 de Janeiro; os quatro meses serviriam para a continuação das negociações, para a obtenção da paz na Bósnia-Herzegovina (Enciclopedia Universal, 1997: 529; Pereira, 1999: 658; Rados, 1999: 223).

No final de 1994, o exército dos sérvios bósnios conhecia as suas primeiras importantes derrotas militares, no Noroeste da Bósnia-Herzegovina (Niksic e Rodrigues, 1996: 125-126).

1995

O cessar-fogo conseguido por Jimmy Carter, nunca chegaria a ser totalmente respeitado, tendo a pausa servido acima de tudo, para que as partes em confronto se reabastecessem de armamento, através das redes de contrabando, que eram cada vez em maior número (Enciclopedia Universal, 1997: 528).

Entretanto Franjo Trudjman mostrava-se cada vez mais impaciente com a presença das Nações Unidas na Croácia, já que, como estas estavam posicionadas na linha divisória com a Krajina, temia que ficasse consolidada a divisão da Croácia, pelo que, no início de Janeiro de 1995, avisou que não ia renovar o mandato das Nações Unidas (Cutileiro, 2003: 69; Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 346).

A 20 de Março, o cessar-fogo para a Bósnia - que nunca foi totalmente respeitado por qualquer das partes - era ostensivamente violado pela Armija na região de Tuzla. A 31, data de termo da missão da FORPRONU, o Conselho de Segurança da ONU aprovou várias resoluções para as missões na Croácia, na Bósnia e na Macedónia, segundo as quais a FORPRONU seria dividida em três unidades militares distintas para cada uma dessas zonas¹⁰⁴ (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 350-351).

No dia 1 de Maio de 1995, um dia depois de terminar o cessar-fogo obtido por Jimmy Carter, recomeçaram os combates em grande escala por toda a Bósnia-Herzegovina, incluindo os ataques a capacetes azuis, e no mesmo dia o exército croata iniciava um ataque

¹⁰⁴ Pela resolução 981 era criada a ONURC para a Croácia, a 28 de Abril a ONU aprovava a redução dos efectivos de doze mil para oito mil setecentos e cinquenta; pela resolução 982 a FORPRONU passaria apenas a referir-se à missão na Bósnia-Herzegovina; pela resolução 983 é criada a FORDEPRENU, para a Macedónia. As três missões teriam mandato até 30 de Novembro de 1995 (www.nato.int/ifor/un/un-resol.htm e Niksic e Rodrigues, 1996: 351-352).

à zona da Eslavónia Ocidental¹⁰⁵, conhecida por Operação Relâmpago (Blitz)¹⁰⁶ (Enciclopedia Universal, 1997: 529; Niksic e Rodrigues, 1996: 352; Pereira, 1999: 658).

Entretanto, nos dias 25 e 26 de Maio, aviões da NATO lançavam novos ataques aéreos sobre posições estratégicas dos sérvios bósnios perto de Pale, depois destes últimos terem sido avisados que deveriam cessar os combates na zona de Sarajevo e entregar todo o armamento pesado às forças da ONU. Em retaliação, os sérvios começaram a fazer reféns entre os soldados e observadores da ONU, e a utilizá-los como escudos humanos¹⁰⁷; no total, foram feitos reféns mais de 350 elementos da FORPRONU e somente a 19 de Junho o último grupo viria a ser libertado, depois de intensas negociações, nas quais Milosevic terá tido um importante papel como mediador (Markovic, 1995; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1996: 136; Niksic e Rodrigues, 1996: 352).

A 3 de Junho, face à crise de reféns da ONU¹⁰⁸, os ministros da defesa dos países da Nato e da União Europeia, tomaram a decisão de criar uma Força de Reacção Rápida¹⁰⁹, constituída por franceses, britânicos e holandeses, com a missão de reforçar a protecção à FORPRONU e oferecer apoio na execução da sua missão. A 24 de Julho chegavam as primeiras unidades da FRR aos montes Igman, nos arredores de Sarajevo¹¹⁰ (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 353; Rados, 1999: 234-235; Vaisse, 1997: 193).

Nesse mesmo mês iriam ter lugar alguns dos acontecimentos mais trágicos de todo o conflito na ex-Jugoslávia. No início do mês, foi desencadeado um assalto das forças sérvio bósnias, chefiadas pelo general Ratko Mladic, sobre dois “enclaves seguros” da ONU: Srebrenica e Zepa, que acabaram por ser conquistadas nos dias 11 e 25 de Julho, respectivamente; no dia 19 os sérvios bósnios, em coordenação com os sérvios croatas da

¹⁰⁵ De acordo com Cutileiro (2003: 123), em 1995 os americanos e os europeus uniram-se e decidiram impor a paz na Jugoslávia; Trudjman, terá então sido aconselhado a expulsar os sérvios da Krajina recorrendo à força militar, com o objectivo de debilitar os sérvios da Bósnia-Herzegovina. Cutileiro, referindo-se às investidas croatas na Krajina, afirma que “(...) para acabar com a catástrofe humanitária na Bósnia-Herzegovina (...) foi preciso executar na Krajina a maior operação de limpeza étnica, até então efectuada na ex-Jugoslávia”.

¹⁰⁶ A Eslavónia Ocidental era uma zona controlada pelos sérvios desde 1991, e era uma das zonas protegidas da FORPRONU. Esta acção, justificada pelo governo croata, pela necessidade de controlar a auto-estrada Zagreb-Belgrado, provocou cerca de 30 mil refugiados sérvios (Rados, 1990: 231; Niksic e Rodrigues, 1996); em retaliação os sérvios croatas lançaram mísseis sobre a capital, Zagreb (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 351-352).

¹⁰⁷ Para Rados (1999: 235), existe ainda outra razão para a guerra aberta entre os sérvios e a FORPRONU: o ataque à Eslavónia Ocidental pelo exército da Croácia a 1 de Maio, terá sido tomada pelos sérvios como um incentivo para que atacassem as zonas de segurança. Para os sérvios bósnios, uma vez que a ONU não havia protegido os territórios dos sérvios na Croácia, não podia agir de outro modo com as zonas de segurança dos muçulmanos na Bósnia-Herzegovina.

¹⁰⁸ Por esta altura, os sérvios bósnios já haviam feito como reféns centenas de militares da ONU.

¹⁰⁹ As Forças de Reacção Rápida, foram implementadas pelo Conselho de Segurança, a 16 de Junho de 1995, através da Resolução 998, pela qual foi autorizado o reforço das forças da ONU em 12.500 militares (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 353).

¹¹⁰ De acordo com Rados (1999: 235), a decisão do envolvimento da NATO no confronto directo com os sérvios da Bósnia, ficou a dever-se à mudança de posição francesa, nomeadamente do seu novo presidente Jacques Chirac (eleito a 7 de Maio de 1995), que depois da tomada de reféns de capacetes azuis franceses, optou por apoiar os bombardeamentos, acabando com a protecção dada até então aos sérvios.

Krajina, atacaram outra “zona de segurança”, o enclave de Bihac¹¹¹ (Niksic e Rodrigues, 1996: 126 e 355; Rados, 1999: 236; Rueda, 2003: 49). Depois de ter conquistado Srebrenica e Zepa, o exército sérvio bósnio prosseguiu em direcção a Gorazde. Foi então decidido na Conferência Internacional em Londres, a 21 de Julho, que um ataque dos sérvios a Gorazde, teria uma resposta “substancial e decisiva” por parte das forças da NATO; contudo, apesar daquela decisão, não foram tomadas medidas concretas para a protecção daquele enclave. A partir de 25 de Agosto as forças da FORPRONU começam a abandonar Gorazde, e a cidade passa a ser defendida pelos aviões da NATO (Cutileiro, 2003: 71; Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 236).

O ano de 1995 seria um ano decisivo para o exército da Croácia (HV), que conseguiu uma série de importantes vitórias militares. No final de Julho foi desencadeada uma ofensiva militar na Bósnia-Herzegovina Ocidental (em coordenação com o HVO e a Armija) e no início de Agosto, três meses depois da Operação Blitz na Eslavónia Ocidental, o HV desencadeou a Operação Tempestade na Krajina (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 231). Para os sérvios croatas, seria o ano da sua derrota. O colapso final dos sérvios da Krajina acontecia entre os dias 4 e 6 de Agosto, com a já referida “Operação Tempestade”, na qual o exército croata, de acordo com José Cutileiro (2002: 219), foi “treinado por mercenários americanos pagos por Washington” e contou ainda com o apoio da NATO¹¹² (Pereira, 1995: 659; Rados, 1999: 232, Niksic e Rodrigues, 1996). A 5 de Agosto as forças croatas entravam finalmente na capital da autoproclamada República Sérvia da Krajina, Knin (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 232). Os sérvios da Krajina optaram então por não oferecer resistência e cerca de 150 a 200 mil¹¹³ sérvios croatas fugiram para os territórios controlados pelos sérvios na Bósnia-Herzegovina ou em direcção à Sérvia, deixando para trás casas, terras e gado (Cutileiro, 2002: 219; Niksic e Rodrigues, 1996). Os Estados Unidos optaram por não condenar explicitamente o ataque croata, apenas a violência utilizada, enquanto o Conselho de Segurança da ONU criticou a acção militar da Croácia, sem no entanto impor quaisquer sanções (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 356; Rados, 1999: 232). Nesta altura verificaram-se fortes divergências entre o General Ratko Mladic e Radovan Karadzic, quando Karadzic tentou despromover o general Mladic, com o objectivo de assumir directamente o comando do exército. No entanto o general Mladic com o apoio de generais sérvios bósnios acabaria por reassumir o

¹¹¹ A 28 de Julho era a vez do exército da Croácia entrar na Bósnia Ocidental, para apoiar os croatas bósnios contra os sérvios da República Srpska (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996; 356).

¹¹² A 5 de Agosto, aviões da NATO atingiram uma posição de mísseis sérvios nos arredores de Knin (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996).

¹¹³ Segundo dados da UNHCR, fugiram cerca de 150 mil sérvios da Krajina, <http://www.un.org/Docs/SG/SG-Rpt/ch4e-4.htm>. A organização Human Rights Watch refere 200 mil refugiados, <http://hrw.org/reports/1996/Croatia.htm>. Páginas consultadas a 28 de Dezembro de 2006.

seu posto (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1996: 139; Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 356).

O colapso dos sérvios da Croácia pode ser explicado por diversas razões: primeiro pela surpresa dos ataques do exército croata, depois pela confiança dos sérvios nas forças da FORPRONU mas, sobretudo, pela ausência de apoio da Sérvia¹¹⁴ e das forças dos sérvios da Bósnia-Herzegovina (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 231). Quanto ao sucesso das operações do exército croata, deveu-se sobretudo aos fornecimentos de armas, vindas da Alemanha, Áustria, Hungria, Polónia e até do Chile e da Bolívia¹¹⁵ e às contribuições financeiras dos emigrantes croatas nos EUA. A juntar a isto, a remodelação das Forças Armadas croatas, em 1994 e 1995, quando instrutores militares estrangeiros começaram a treinar as tropas do HV¹¹⁶ (Cutileiro, 2003: 69; Niksic e Rodrigues, 1996: 147; Valle, 2001: 134).

A 7 de Agosto a Armija conseguia controlar o bastião chave do dissidente muçulmano Fikret Abdic, que entretanto havia proclamado a República da Bósnia Ocidental¹¹⁷. No mesmo dia, forças do exército croata e da Armija bombardeavam uma coluna de refugiados sérvios que fugiam da Krajina. No dia 10, seis dias após o início da ofensiva croata, o Conselho de Segurança adoptava a resolução 1009, pela qual exigia que a Croácia cessasse imediatamente todas as acções militares na Krajina (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 356-357).

A 28 de Agosto ocorreu um novo atentado de morteiro no mercado de Sarajevo, semelhante ao que havia ocorrido em Fevereiro do ano anterior, provocando desta vez cerca de quarenta mortos e oitenta feridos. Os muçulmanos bósnios acusaram os sérvios de serem os responsáveis pelo ataque, enquanto os sérvios bósnios negaram as acusações e exigiram que a ONU investigasse o atentado. As investigações levadas a cabo por elementos da ONU, nunca permitiram chegar a uma conclusão sobre de que lado partiram os obuses que atingiram o mercado, no entanto os sérvios bósnios seriam considerados como os verdadeiros culpados pelo atentado. As imagens entretanto difundidas pelos meios de comunicação internacionais, provocaram a indignação da opinião pública ocidental e como consequência, no dia seguinte a NATO desencadeou, nas palavras de Rueda (2003: 50) “ a

¹¹⁴ Desde Agosto de 1994 que Slobodan Milosevic, numa posição cada vez mais difícil devido às sanções internacionais, optara por cooperar com os países ocidentais e em especial com os Estados Unidos, deixando as forças sérvias da Krajina isoladas (Niksic e Rodrigues, 1996: 125; Rados, 1999: 221).

¹¹⁵ Por seu lado, os sérvios também receberam apoios dos ortodoxos russos, búlgaros, romenos e gregos, principalmente a nível de assistência militar e fornecimento de tanques e mísseis (Valle, 2001: 111-112).

¹¹⁶ Um exemplo é a empresa norte-americana MPRI, Military Professional Resources Inc., uma empresa privada, que fornece formação ministrada por oficiais norte-americanos na reserva, que começou a treinar o exército croata a partir de 1994, com o conhecimento e aprovação do governo norte-americano (Niksic e Rodrigues, 1996: 147).

¹¹⁷ A República da Bósnia Ocidental foi proclamada em Setembro de 1993 e tinha sede em Velika Kladusa (Markovic, 1995).

maior operação militar de toda a sua história” (Cutileiro, 2003: 115; Niksic e Rodrigues, 1996: 357; Rueda, 2003: 49-50; Valle, 2001: 238).

Na madrugada de 30 de Agosto, foi realizado um ataque combinado da artilharia pesada da FRR e de *raides* aéreos da NATO, numa operação denominada Força Deliberada, contra as posições sérvias nos arredores de Sarajevo. Os aviões da Nato atacaram ainda posições sérvias perto de Tuzla, Gorazde e Mostar (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 129-130; Rados, 1999: 237). A 1 de Setembro a NATO suspende a operação e é lançado um ultimato para que os sérvios retirem as armas pesadas para uma distância de, pelo menos, vinte quilómetros à volta de Sarajevo. Face à ausência de uma resposta satisfatória, a 5 de Setembro a NATO reinicia a acção militar contra os sérvios bósnios à volta de Sarajevo. Os ataques da NATO foram suspensos no dia 14 de Setembro, depois de uma reunião entre Richard Holbrooke, Slobodan Milosevic e os líderes sérvios bósnios, Radovan Karadzic e Ratko Mladic, que se comprometeram a retirar as armas pesadas dos arredores de Sarajevo dentro de seis dias (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 359; Rados, 1999: 235-238; Valle, 2001: 112). O general Ratko Mladic e as suas tropas foram assim obrigados a abandonar as posições ocupadas nos arredores de Sarajevo, ao mesmo tempo que as tropas da Federação Croato-Muçulmana asseguravam várias conquistas noutras zonas do território (Enciclopedia Universal, 1997: 529; Niksic e Rodrigues, 1996: 359). A 21 de Setembro, a ONU assegurava ter recebido garantias que a ofensiva Croato-Muçulmana na Bósnia Ocidental iria cessar. Como resultado, no dia 5 de Outubro foi assinado um cessar-fogo de dois meses em toda a Bósnia-Herzegovina, que foi implementado no dia 12, que permitiu o início das negociações que culminaram com os Acordos de Dayton (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 360-362; Rueda, 2003: 50).

Entretanto, a 8 de Setembro, com a derrota sérvia esperada, recomeçaram as negociações numa reunião em Genebra, com representantes da comunidade internacional e da Bósnia-Herzegovina, Croácia e Jugoslávia (Markovic, 1995; Niksic e Rodrigues, 1996: 358; Rados, 1999: 238).

A 1 de Novembro iniciam-se as negociações de Dayton, no estado de Ohio, nos EUA, com a participação de Slobodan Milosevic, Alija Izetbegovic e Franjo Trudjman e ainda de Warren Christopher, secretário de estado norte-americano, Igor Ivanov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, e Carl Bildt, enviado da União Europeia; a 21 de Novembro são concluídas as negociações para a paz na Bósnia-Herzegovina e o acordo é rubricado (Cutileiro, 2003: 108; Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 239).

A 14 de Dezembro era formalmente assinado o Acordo de Dayton em Paris. Em conformidade com este acordo a Bósnia-Herzegovina permaneceu como um Estado unificado, composto por duas identidades, a Federação da Bósnia-Herzegovina (Croato-Muçulmana) e a República Sérvia da Bósnia-Herzegovina (República Srpska), a primeira

com 51% dos território e a segunda com os restantes 49% (Cutileiro, 2003: 15; Rados, 1999: 239; Vaisse, 1997: 193). A IFOR seria implementada no dia 15, pela resolução 1031, com mandato de um ano com a missão de facilitar a implementação do acordo de Dayton, cessando o mandato da FORPRONU na Bósnia; entrava em funcionamento no dia 20 (Markovic, 1995).

CONCLUSÃO

De acordo com (Kaldor, 1999: 33-34) o conflito na ex-Jugoslávia foi caracterizado por diversas formas de “limpeza étnica”, em que os croatas a realizaram na sua forma mais “suave”, a seguir às eleições de 1990, quando se assistiu a uma série de despedimentos e à substituição dos polícias sérvios nas zonas de maioria sérvia. Os sérvios da Croácia, segundo a autora, iniciaram a limpeza étnica na sua forma “mais violenta”, em conjunto com o JNA e os grupos paramilitares, vindos da Sérvia; posteriormente os sérvios bósnios adoptaram-na como estratégia, sendo copiados pelos croatas, na Bósnia-Herzegovina e na Croácia.

Após três anos e meio de guerra, as consequências da chamada limpeza étnica, ficaram bem visíveis em cada uma das repúblicas. A Eslovénia continuou a ser a mais homogénea das seis repúblicas da ex-Jugoslávia e a Croácia, depois de 1995, também se tornou nas palavras de Rados (1999: 109), um país quase “eticamente puro”¹¹⁸. Na Bósnia-Herzegovina o processo foi semelhante: no território da República Srpska, diminuiu o número de habitantes de religião muçulmana, enquanto na Federação Croato-Muçulmana se assistiu à partida de milhares de cidadãos de origem sérvia, alguns dos quais já depois da assinatura dos Acordos de Dayton¹¹⁹ (Rados, 1999: 109). Assim, após a assinatura dos Acordos, continuaram as acções de limpeza étnica, mas desta vez e nas palavras de Rados (1999: 109) através de “manipulações eleitorais”.

Desde o início, o conflito foi caracterizado por divergências nos objectivos a atingir por cada uma das partes envolvidas, em que o caso da Bósnia-Herzegovina foi o mais emblemático, já que de acordo com Rados (1999: 90) os objectivos de cada um dos três partidos que formaram o novo governo após as primeiras eleições multipartidárias, eram muito diferentes: o SDA, antes da independência da Eslovénia e da Croácia, pretendia a

¹¹⁸ De recordar que em 1992 o governo croata, para responder às exigências da Comunidade Europeia, havia feito alterações à Constituição, de forma a garantir os direitos das minorias sérvias, no entanto, em 1995 novas alterações à Constituição, anularam os direitos dos sérvios que desejavam ficar nas suas casas, ou que queriam regressar depois de terem fugido da Croácia (Rados, 1999: 109).

¹¹⁹ Segundo Rados (1999: 109), só de Sarajevo foram expulsos 150 mil sérvios bósnios, dos quais 50 mil já depois do Acordo de Dayton.

conversão do Estado jugoslavo numa confederação, passou depois a defender a criação na Bósnia-Herzegovina de um Estado unitário dominado pelos muçulmanos; o SDS, primeiro quis evitar a independência da Bósnia-Herzegovina, depois passou a defender a divisão étnica da república e posterior união com a Sérvia; o HDZ, teve posições ambíguas, defendeu primeiro a independência da Bósnia, e pretendeu depois estender a Croácia a todos os territórios croatas da Bósnia-Herzegovina (Rados, 1999:90).

A guerra foi sobretudo entre dois grupos: sérvios de um lado e croatas e muçulmanos do outro. No entanto, se em 1992, os croatas lutaram contra os sérvios ao lado dos muçulmanos, em 1993 e 1994, croatas e muçulmanos combateram-se na Bósnia-Herzegovina central e na Herzegovina Ocidental¹²⁰ (Cutileiro, 2003). Em Novembro de 1994 o exército bósnio lançava uma ofensiva em Bihac, contra os muçulmanos (apoiados pelos sérvios da Krajina) leais a Fikret Abdic, que haviam criado em Setembro de 1993 a Província Autónoma da Bósnia Ocidental (Enciclopedia Universal, 1997: 528; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1996: 133). Este facto é bem demonstrativo da complexidade do conflito, e do erro ao considerá-lo um conflito apenas entre diferentes etnias.

De acordo com Cutileiro (2003: 75), ao longo do conflito cada uma das partes seguiu um determinado padrão nas negociações dos sucessivos planos, desde a Conferência de Londres em 1992 até ao Acordo de Dayton em 1995. Os muçulmanos, na esperança de uma intervenção militar dos Estados Unidos, evitaram assumir quaisquer compromissos, até que a esperada ajuda chegasse: assinavam os acordos, esperando que as outras partes não o fizessem, pelo que seriam responsabilizados pelo falhanço das negociações; posteriormente voltavam atrás nos acordos já assinados, pelo que Cutileiro os responsabiliza por diversos bloqueios nas negociações e pela perda de algumas oportunidades para se chegar mais cedo à paz. Os croatas aliavam-se ora a muçulmanos ora a sérvios, conforme as circunstâncias e os interesses do momento. Os sérvios, prosseguiam uma estratégia de ganhos territoriais, através das ofensivas militares seguidas pela expulsão das populações de outras origens, que depois queriam ver reconhecidos nos acordos. Consequentemente as três partes acabaram por adiar uma paz, que segundo o autor poderia ter sido alcançada logo na Primavera de 1992 (Cutileiro; 2003: 75-76).

¹²⁰ Em 1993 houve uma "limpeza étnica" na parte muçulmana da cidade de Mostar, eleita capital da Herceg-Bosna (Niksic e Rodrigues, 1996: 154).

CAPÍTULO IV

O PAPEL DA COMUNIDADE INTERNACIONAL NO CONFLITO

Pela sua localização física, os Balcãs foram permanentemente influenciados pela intervenção de potências externas. No seu tempo, foram notórias as influências do Império Austro-Húngaro e Otomano, período em que se formaram bolsas de minorias, sempre activas nas reivindicações para a reconstrução do mapa político. Já durante o séc. XIX, os Balcãs foram palco das disputas pelo equilíbrio de poder entre as potências europeias, Reino Unido, França e Rússia, que disputaram os territórios abandonados pelos turcos. Durante a II Guerra Mundial, surgiu uma nova influência germano-italiana, que por sua vez se confrontou com a influência dos britânicos e dos soviéticos, que apoiaram os movimentos da resistência na Jugoslávia e na Grécia (Correia, 2004: 251). Com o fim da Guerra Fria, a Jugoslávia viria mais uma vez a sofrer as influências externas das grandes potências que, de alguma forma, contribuíram para o desenrolar dos acontecimentos entre 1991 e 1995, o que leva a que Rueda (2003: 19) defina a guerra da Bósnia, como fazendo parte das ditas “novas guerras”, em que as causas são sobretudo internas ou locais, mas que são em grande medida influenciadas pelo contexto internacional, tanto a nível das causas como da sua própria evolução.

COMUNIDADE INTERNACIONAL

Oliveira (2004: 131-134) apresenta algumas razões para o fracasso da comunidade internacional na resolução do conflito da ex-Jugoslávia. Uma delas seria a percepção equívoca da comunidade internacional em relação à natureza do federalismo jugoslavo e das causas da sua dissolução. A comunidade internacional viu a federação jugoslava como uma união de territórios soberanos - quando na realidade eram territórios com fronteiras

artificiais criadas por Tito - cuja independência apenas dependeria da simples realização de referendos, e não tiveram em conta que a federação jugoslava era uma união de povos constituintes que se encontravam dispersos por todas as repúblicas. Daí resultou a posição da Alemanha, que considerou logo ao início, o conflito como uma agressão de um estado soberano, a Sérvia, sobre outro, a Eslovénia. Este foi, segundo o autor, o primeiro erro da comunidade internacional, ou seja reconhecer prematuramente a Eslovénia e a Croácia sem ter em conta os direitos e reivindicações das minorias, especialmente na Croácia. O segundo erro foi o reconhecimento da Bósnia, a república com maior número de povos constituintes, e sem que previamente tivesse sido estabelecido um arranjo entre os diversos povos sobre o modo de funcionamento do novo estado. Um outro erro da comunidade internacional e que terá contribuído para o escalar da violência, foi a tomada de posição a favor de um dos lados, diabolizando o outro, que no caso era o que de mais meios dispunha para continuar com a guerra (Oliveira, 2004: 131-134).

Para Vesna Pesic (1996) a comunidade internacional, deveria ter trabalhado activamente com as partes em conflito, no sentido de acordar um *statu quo* temporário, caso o desmembramento dos estados multinacionais não fosse precedido por um consenso interno quanto aos termos para a criação dos novos estados, incluindo as fronteiras e o estatuto das minorias, e uma ideia clara quanto aos futuros arranjos a nível da segurança e cooperação. Para o autor, o reconhecimento pela comunidade internacional dos novos estados que emergiram do desmembramento da federação jugoslava, foi tremendamente insuficiente para assegurar a paz e a segurança.

A comunidade internacional falhou em entender que o “ódio e o medo” não eram endémicos na Bósnia, mas tinham sido fabricados ao longo da guerra (Kaldor, 1999: 58).

Apesar das inúmeras conferências internacionais, resoluções das Nações Unidas, sanções, bloqueios, cessar-fogos e envio de capacetes azuis, a comunidade internacional não conseguiu evitar o derramamento de sangue na ex-Jugoslávia e, só ao fim de quatro anos foi possível terminar com as mortes e destruição, recorrendo ao bombardeamento de uma das partes do conflito, em coordenação com a ofensiva do exército croata na Krajina e das forças croato-muçulmanas na Bósnia-Herzegovina (Oliveira, 2001: 275-278).

Seguidamente apresentam-se os países que, quer enquanto membros de organizações internacionais quer individualmente, maior influência, directa ou indirecta, tiveram ao longo do conflito na ex-Jugoslávia entre 1991 e 1995 e o modo como essa influência foi exercida.

ALEMANHA

Ao longo do conflito na ex-Jugoslávia, a posição alemã foi caracterizada por um lado, pelo apoio explícito à Eslovénia e à Croácia na sua luta pela independência e, por outro lado, pela forte hostilidade em relação aos sérvios, quer fossem da Croácia, da Bósnia ou da Sérvia (Rados, 1999: 120).

São de diversa natureza as razões apontadas para a posição alemã face ao pedido de reconhecimento da Eslovénia e da Croácia, umas resultantes da situação interna vivida na altura, outras derivadas da conjuntura na Europa de Leste e outros ainda relacionados com as estratégias das grandes potências mundiais. Para James Gow (1997), a Alemanha defendeu o direito à independência da Croácia e da Eslovénia, simplesmente pelo facto de ter sido através do direito à autodeterminação que conseguiu a sua própria reunificação, após a queda do Muro de Berlim. Segundo o autor, para um país ainda perturbado com a sua própria unificação, pelo fim da Guerra Fria e pelo colapso do regime comunista na Europa de Leste, a Eslovénia e a Croácia foram vistas como dois países à procura da sua própria autodeterminação e a tentar fugir à opressão comunista. Do ponto de vista do povo alemão, a guerra na ex-Jugoslávia, foi vista como uma guerra de agressão da Sérvia pró-comunista e do JNA, contra as democracias emergentes da Eslovénia e da Croácia (Gow, 1997).

Um outro motivo, apresentado por Rados (1999), refere a necessidade de normalização da política externa da Alemanha; esta, com o fim da Guerra Fria, sentia a necessidade de se tornar um Estado normal e assumir os seus direitos e deveres nas relações internacionais, incluindo o direito a estabelecer a sua própria zona de influência (Rados, 1999: 171). O governo alemão, teria assim iniciado, logo após a queda do Muro de Berlim, como referem Niksic e Rodrigues (1996: 223) com “método, prudência e eficácia”, o alargamento da sua zona de influência num espaço com fortes tradições germânicas, durante muito tempo domínio dos Habsburgos e, onde por razões históricas se incluíam a Eslovénia e a Croácia.

O factor de proximidade emocional entre o povo alemão e os povos das repúblicas à procura da independência, é apontado como decisivo, já que os violentos combates que na altura se desenrolavam na Croácia, as violações de cessar-fogo e as atrocidades cometidas, sensibilizaram a opinião pública alemã, que pressionou o governo a tomar medidas de apoio aos eslovenos e aos croatas (Rados, 1999: 171). É de ter ainda em conta, a relação especial da Alemanha com a Croácia, que remonta à II Guerra Mundial (recorde-se a ligação do governo de Ante Pavelic com o regime nazi), e para a qual contribuiu também a forte presença de imigrantes croatas na Alemanha, que aí criaram amizades e fomentaram

hostilidade em relação à Sérvia, e os milhares de turistas alemães que desde a década de setenta passavam férias na costa da Dalmácia (Cutileiro, 2003: 51-52; Gow, 1997: 166-174).

Gow (1997: 166-174) acrescenta o forte papel desempenhado pelos Estados Unidos ao terem apoiado e incentivado a Alemanha, a uma maior intervenção na liderança da Europa. Adicionalmente, deve ter-se presente a pressão sob a qual o governo alemão se encontrava, por parte da opinião pública alemã, devido à situação do seu país no contexto da União Europeia. Bona encontrava-se a braços com a delicada tarefa de tentar convencer os alemães, que o seu país não estava a dar mais do que recebia com o tratado de Maastricht, sobre a União Europeia (Gow, 1997: 166-174).

Uma outra perspectiva é a oferecida por José Cutileiro em “A Vida e Morte dos Outros” (2003: 51), na qual o autor defende que, o que realmente determinou a linha pró-croata da Alemanha e a hostilidade em relação à Sérvia, foi a forte rejeição da violência nas relações internacionais, que os próprios alemães haviam sentido depois da experiência do nazismo e da divisão forçada do seu país. Estes teriam visto na Sérvia de Milosevic, uma manifestação do mal que haviam rejeitado em si e não podiam por isso, tolerar nos outros.

Um objectivo mais imediato é o apresentado por Hans-Dietrich Genscher, ministro dos negócios estrangeiros, segundo o qual o reconhecimento prematuro da Eslovénia e da Croácia, teria como objectivo internacionalizar o conflito e em função disso, contrariar o avanço sérvio na Croácia (*in* Niksic e Rodrigues, 1996: 228).

De qualquer forma, a pressão política levou o chanceler Helmut Kohl a assegurar ao povo alemão, a 2 de Julho de 1991, que iria defender o princípio da autodeterminação da Eslovénia e da Croácia, que a própria Alemanha sempre tinha procurado (Gow, 1997:166-167). Desta forma, a Alemanha, demarcou-se de uma decisão que devia ser tomada pela CE no seu conjunto, adiantando-se ao reconhecimento das independências da Croácia e da Eslovénia (Sáez, 1993: 129). Apenas uma semana depois da tomada de uma posição comum pela CE, relativamente ao processo de aconselhamento junto da Comissão Badinter, Bona anunciou, a 23 de Dezembro, que iria reconhecer a Eslovénia e a Croácia e estabelecer ligações diplomáticas no dia 15 de Janeiro (Gow, 1997: 170-171). Esta decisão levou ao deteriorar das relações entre os membros da União Europeia, prejudicando gravemente a PESC, e levaria posteriormente a acusações da culpa alemã na guerra da ex-Jugoslávia, já que a CE fortemente pressionada pelos alemães, apesar das reticências francesas, acabaria por reconhecer as duas Repúblicas, Eslovénia e Croácia, no dia 15 de Janeiro de 1992. Em Abril, ao mesmo tempo que era reconhecida a Bósnia-Herzegovina, travavam-se violentos confrontos entre muçulmanos, croatas e sérvios (Girão, 1997; Gow, 1997: 166-174; Rados, 1999: 159).

Depois da tensão causada pelo reconhecimento da Croácia e da Eslovénia, a prioridade da Alemanha passou a ser a reconciliação com a União Europeia e o

fortalecimento de uma posição comum (Gow, 1997: 166-174). “A Jugoslávia foi uma oportunidade para a Alemanha se transformar de um penitente humilde, num gigante responsável dentro da política europeia “ (tradução nossa) (Gow, 1997: 182).

FRANÇA

A França pode ser caracterizada como uma potência de tamanho médio e enquanto tal, de acordo com James Gow (1997), normalmente não pode actuar de forma unilateral na maior parte das instâncias; assim sendo, a maior oportunidade para ter algum tipo de papel no panorama internacional, é através das organizações internacionais de que faz parte, nomeadamente através da União Europeia, da NATO, da UEO e da ONU (Gow, 1997: 158-166).

Com o fim da Guerra Fria e da divisão da Europa, o papel da França ficou diminuído em termos estratégicos europeus em favor da Alemanha; assim a França é vista, como um país que necessita de redefinir o seu papel no mundo. Como refere Gow (1997), a posição deste país durante o conflito da ex-Jugoslávia, caracterizou-se pela diferença; essa “diferença” significava que os membros das organizações internacionais de que faz parte, teriam de se adaptar às suas posições, o que assegurava que o seu *status* e influência não eram diminuídos.

Desde o início do conflito na Jugoslávia, a posição da França mostrou-se marcadamente pró-sérvia. Os motivos prendiam-se por um lado, à memória histórica de aliança com a Sérvia, e por outro, como forma de compensar o apoio dado pela Alemanha à Eslovénia e à Croácia, contrabalançando o poderio da Alemanha na zona dos Balcãs (Gow, 1997: 158-166; Rados, 1999: 201; Sáez, 1993: 129). Em Agosto de 1991, era defendida na França, uma intervenção armada da UEO¹²¹, para tentar restaurar a unidade da Jugoslávia; no entanto, no final desse ano, o seu entendimento do conflito viria a modificar-se (Gow, 1997: 158-166).

Assim, no final de 1991 a França deixou de dar o seu apoio a uma Jugoslávia unificada e posteriormente passou de uma posição pró-sérvia, para um compromisso no uso da força contra o lado sérvio, apesar de nunca ter deixado de estabelecer contactos diplomáticos e favorecer uma maior abertura diplomática da Sérvia. De acordo com Gow (1997) esta mudança ficou a dever-se a quatro factores. Primeiro, devido à mudança de poder em Paris e conseqüente substituição de alguns membros pró-sérvios do governo. A

¹²¹ A França estava desejava de ver a UEO, como a semente para a criação de uma força e de uma política de defesa europeia, para criar uma estrutura europeia em alternativa à NATO, que permitiria diminuir a influência americana na Europa, pelo que nos últimos anos havia aproveitado todas as oportunidades para promover a União como o braço armado da CE (Gow, 1997: 158-166).

segunda razão deveu-se à influência do general Morillon, que serviu como comandante da FORPRONU na Bósnia-Herzegovina, que embora ao início se mostrasse contra uma intervenção armada, no final da sua missão já acreditava que esta seria necessária para a resolução do conflito. O terceiro motivo, foi o maior conhecimento da situação no terreno, e conseqüentemente da responsabilidade dos sérvios no conflito da Bósnia-Herzegovina. Por fim, havia o motivo de natureza humanitária, que aliás terá levado o presidente François Mitterrand a uma visita surpresa a Sarajevo, no final de Junho de 1992 e que teve como resultado a abertura do aeroporto à ajuda humanitária internacional e a quebra do cerco à capital bósnia, acabando ao mesmo tempo por evitar o uso da força contra os sérvios. Estas acções iriam valer à França a entrada no Grupo de Contacto, na Primavera de 1994 (Gow, 1997: 158-166).

Já em 1995, depois da eleição de Jacques Chirac como Presidente, a França passou a assumir uma posição inflexível contra os excessos dos sérvios da Bósnia; estes haviam cometido o erro de tomar como reféns centenas de capacetes azuis, entre os quais franceses, e os humilharem em público. “A França arrumou de vez supostas lealdades históricas e integrou (...) uma força de reacção rápida, que castigou a artilharia sérvia e contribuiu mais ainda que os *raids* aéreos da NATO para enfraquecer os sérvios bósnios antes de estes aceitarem o acordo de Dayton.” (Cutileiro, 2003: 55-56).

GRÁ-BRETANHA

Em 1991, o Reino Unido, alinhando-se de certa forma com a posição francesa, mostrou-se reticente em aceitar o reconhecimento de novos estados saídos dos processos de autodeterminação (Rueda, 2003; Sáez, 1993: 129). A análise inicial do Reino Unido em relação ao conflito, era similar ao francês, conservador e contido; enquanto a questão dominante para os franceses era a manutenção de um estado jugoslavo unido, o Reino Unido, na opinião de Gow (1997), inicialmente viu a guerra como um conflito étnico e histórico e explicava o conflito jugoslavo pela animosidade histórica entre as partes. No entanto, a sua posição perante o conflito viria a modificar-se: se no começo da crise, Londres tentou manter a federação, posteriormente passou a defender uma solução global negociada, e finalmente, de forma a não contrariar a Alemanha e não mostrar uma Comunidade Europeia desunida, acabou por se juntar à decisão consensual de reconhecimento da Croácia (Cutileiro, 2003: 56- 59). De acordo com Cutileiro, Londres teve desde o início uma visão equilibrada quanto às responsabilidades das diversas partes no conflito da ex-Jugoslávia, fugindo à visão mais ou menos generalizada, primeiro dos croatas e eslovenos e mais tarde dos muçulmanos, como as únicas vítimas no conflito. Esta posição, valeu a Londres duras

acusações do presidente bósnio Alija Izetbegovic, em Dezembro de 1992, de constituir o maior problema ao progresso das negociações para a resolução da guerra no seu país (Gow, 1997: 174-175). Mais tarde, em meados de Outubro de 1993, o Reino Unido sofria as críticas do presidente Bill Clinton, devido à sua oposição em relação ao levantamento parcial do embargo à importação de armas pela Bósnia-Herzegovina, defendida pelos americanos (Cutileiro, 56- 59; Gow, 1997).

Durante todo o conflito, o Reino Unido optou por nunca actuar unilateralmente, pelo que todas as suas acções seriam realizadas através de organizações multinacionais: ONU, NATO, UEO, CSCE, mas principalmente através da União Europeia. De acordo com Gow (1997), um dos objectivos do Reino Unido era aumentar a notoriedade do país dentro da União Europeia e da ONU, daí ter concordado em enviar tropas para a Bósnia como parte das forças da FORPRONU¹²², ao mesmo tempo que tentava evitar que os seus parceiros e aliados assumissem compromissos que depois pudessem vir a mostrar-se impraticáveis ou demasiado dispendiosos financeiramente. Isso pôde ser visto no início do conflito, com a recusa no rápido reconhecimento da independência das repúblicas e mais tarde, quando contrariou a vontade dos EUA de levantar o embargo às armas e iniciar ataques aéreos contra as forças sérvias (Gow, 1997). Os britânicos nunca partilharam da visão dos EUA quanto aos benefícios da Operação *Lift and Strike* (Gow, 1997), que foi aliás fortemente rejeitada pela França e pela Grã-Bretanha, os dois países com maior número de soldados no terreno, que receavam pela segurança dos seus militares (Niksic e Rodrigues, 1996: 206). Segundo os britânicos, em qualquer conflito étnico, a intervenção exterior em favor de uma das partes, apenas resultaria no aumento dos confrontos e iria incentivar ainda mais o derramamento de sangue (Gow, 1997).

A relutância dos EUA em comprometer-se com forças no terreno¹²³, foi decisiva para determinar a atitude britânica relativamente ao uso da força, e ao tipo de acção militar a ser posta em prática na Bósnia. Apesar das reticências da França e do Reino Unido relativamente ao uso da força, viram-se ambos sujeitos à pressão americana e decidiram que era inútil resistir a um presidente americano que tinha encetado uma determinada linha de acção. O apoio do Reino Unido aos Estados Unidos para a utilização da força aérea, aumentou depois da nomeação de Michael Rose como chefe do comando da FORPRONU na Bósnia, apoio este que serviu para melhorar as relações entre os dois países; no entanto os britânicos continuaram a defender que se poderia conseguir muito mais através da FORPRONU, do que através da retirada dessas forças e levantamento dos embargos, defendido pelos EUA (Gow, 1997: 174-182).

¹²² O Reino Unido enviou o segundo maior contingente de tropas a operarem na FORPRONU.

¹²³ Os EUA apenas estavam dispostos a utilizar a sua força aérea.

Segundo Cutileiro (2003: 56-59) as trocas de informações militares entre os EUA e a Grã-Bretanha mantiveram-se durante todo o conflito, apesar do desentendimento político, que durou de 1992 a 1995, e que viria a terminar apenas depois da opção de um plano político aceitável aos sérvios, juntamente com a operação militar, que os americanos aceitaram, segundo o autor, para que a questão jugoslava fosse resolvida antes das eleições americanas, de forma a favorecer a reeleição de Clinton; plano esse muito semelhante aos planos europeus precedentes, que os americanos tinham ajudado a tornar inviáveis (Cutileiro, 2003: 56- 59).

No geral, o Reino Unido - tal como a França, com assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, contribuindo com meios consideráveis à FORPRONU e posteriormente à IFOR/SFOR - ocupou um lugar de maior destaque do que outros países europeus nas negociações políticas e arranjos militares internacionais, tendo contado com dois representantes diplomáticos Lord Carrington, que presidiu à conferência europeia e David Owen, que co-presidiu à conferência internacional que se seguiu, sem no entanto assumir um papel determinante (Cutileiro, 2003: 56-59; Sáez, 1993: 129). Desde o início do conflito, até ao final, a Grã-Bretanha manteve a intenção de resolver os conflitos de forma a deixar a região da ex-Jugoslávia o mais estável e equilibrada possível, e o suficientemente forte de forma a garantir a ordem à sua volta (Cutileiro, 2003: 56-59).

TURQUIA

A Turquia, país de maioria muçulmana, é um país que por motivos históricos e pelo facto de aí viverem mais pessoas de ascendência bósnia do que na própria Bósnia, tem profundas relações sentimentais com a Bósnia-Herzegovina, daí o interesse demonstrado em relação aos muçulmanos daquela ex-república jugoslava. Após a queda dos comunismos nos Balcãs, a Turquia retomou a posição de potência regional, tendo a sua força aumentado significativamente durante a Guerra do Golfo (Cutileiro, 2003; Niksic e Rodrigues, 1996: 257; Rados, 1999).

Apesar de se manter relativamente discreta no decurso da crise jugoslava, os responsáveis oficiais turcos, sempre disseram que na zona dos Balcãs, “existem dois milhões de pessoas de origem turca e sete milhões de muçulmanos” (Niksic e Rodrigues, 1996: 257), que na perspectiva de Ancara, fazem parte da herança legada pelos turcos nos Balcãs. Para além disso, os Balcãs constituem e sempre constituíram, uma região crucial para os interesses turcos a longo prazo na Europa, e a Turquia sempre se mostrou muito sensível a uma substancial modificação do *statu quo* político e militar na região, que pudesse vir a ameaçar os seus interesses. Este apoio também terá servido para contrabalançar o apoio dos

gregos ortodoxos aos sérvios, como uma extensão do já longo conflito greco-turco. A sua influência na zona viria a ser reconhecida pela comunidade internacional, daí que tenha contado com soldados na SFOR e na IFOR (Cortés, 1999; Cutileiro, 2003; Niksic e Rodrigues, 1996: 257).

De notar no entanto as, por diversas vezes referidas, ajudas a nível militar da Turquia aos muçulmanos da Bósnia, tal como aos muçulmanos da Albânia, fazendo uso da influência que ainda detém na região (Correia, 2004: 265), como por exemplo nos finais de 1992, quando os Estados Unidos detectaram uma rota de contrabando de armas do Irão para a Bósnia-Herzegovina, com a participação da Turquia¹²⁴ (Niksic e Rodrigues, 1996: 150-151).

VATICANO

O Vaticano foi um dos estados responsabilizados pelo reconhecimento prematuro da independência da Eslovénia e da Croácia, tendo apoiado e até pressionado a essa tomada de posição. O relacionamento entre a Jugoslávia e o Vaticano, tornara-se complicada principalmente depois da II Guerra Mundial, em grande parte devido à protecção dada pelo Vaticano ao arcebispo Stepinac; o que era incompreensível para os sérvios e que causou grande ressentimento dada a proximidade do arcebispo com a “administração fascista e sanguinária de Ante Pavelic” (Cutileiro; 2003: 49). Posteriormente, em 1952, Stepinac seria feito cardeal pelo Papa, o que levaria ao corte de relações de Belgrado com o Vaticano (Cutileiro, 2003: 49-50).

Em 1991, já com o conflito da Jugoslávia prestes a rebentar, o Vaticano pretendia o reconhecimento urgente da Croácia, já que na opinião de Rados (1999), lhe interessava assumir a protecção dos católicos da Jugoslávia, e no Outono de 1991, segundo Cutileiro (2003), representantes do Vaticano deslocaram-se à Alemanha para pedir urgência no reconhecimento da Croácia, já que não queriam ser o primeiro estado a reconhecer as independências, em oposição à orientação oficial da comunidade internacional, de apoiar a unidade da Jugoslávia (Cutileiro, 2003: 49-50; Rados, 1999).

Consequentemente o Vaticano, desempenhando um “papel de potência espiritual” (Cutileiro, 2003: 46) viria a adiantar-se, tal como a Alemanha, ao reconhecimento pela Comunidade Europeia das independências da Croácia e da Eslovénia, numa evidente manobra proteccionista (Saéz, 1993).

¹²⁴ O *Washington Post* de 12 de Maio de 1996, afirmava que o Paquistão, Malásia, Arábia Saudita, Brunei, Argentina, Hungria, Turquia e o Irão, haviam fornecido secretamente armamento à Bósnia-Herzegovina e à Croácia, logo a partir dos finais de 1992, violando o embargo imposto pela ONU, a 25 de Setembro de 1991 (*in* Niksic e Rodrigues, 1996: 150-151).

Desta forma a Croácia recebeu o apoio do Vaticano, em nome de uma suposta “frente católica contra a ortodoxia eslava e o Islão”, mas onde segundo Niksic e Rodrigues (1996: 145) “se escondem sobretudo interesses políticos e económicos”.

ITÁLIA

A Itália é um país, que dada a sua proximidade com a região balcânica, sempre teve interesses comerciais e culturais na Jugoslávia e para além disso possui ainda “memórias históricas de amizade e de conflito, de invasão, ocupação e retirada - de vitória e de derrota” com aquela região (Cutileiro, 2003: 59).

Logo no início da crise, a Itália tentou convencer a Alemanha a aguardar por uma solução conjunta negociada, em vez de fazer pressão para o reconhecimento da Croácia. Posteriormente apoiou a independência do Norte jugoslavo mas com outras intenções: o ministro dos negócios estrangeiros italiano, em 1991 e 1992, falava numa cooperação entre a Itália, a Croácia, a Eslovénia, a Hungria e a Checoslováquia, para diminuir a zona de influência da Alemanha (Cutileiro, 2003: 59-60; Rados, 1999; Rueda, 2003: 61).

Assim que a Eslovénia foi reconhecida, a Itália apressou-se a pedir indemnizações e restituições de propriedade àquele país, devido às expulsões de italianos da Eslovénia depois da derrota da Itália na II Guerra Mundial. Depois de resolvidas as questões com a Eslovénia, os interesses italianos nos novos países da ex-Jugoslávia, passaram a ser essencialmente económicos e comerciais. Deve ainda referir-se que no Montenegro e no Kosovo se sente uma forte presença cultural italiana, já que grande parte da população fala italiano, não devido à ocupação da Segunda Grande Guerra, mas por causa da cadeia de televisão italiana RAIUNO e do contrabando (Cutileiro, 2003: 59-60).

A persistência das reivindicações “periféricas” da Itália relativamente à população italiana da Ístria e da Dalmácia, levou a que fosse incluída no Grupo de Contacto, juntamente com as grandes potências europeias (Sáez, 1993).

RÚSSIA

A Rússia viveu o período do conflito na Jugoslávia, debatendo-se com os seus próprios problemas internos e tentando adaptar-se às mudanças que ocorriam dentro do seu país. Como refere Gow (1997: 186), enquanto se desenrolava a guerra de dissolução da Jugoslávia, Moscovo tornou-se da capital da União Soviética, na capital da Federação Russa.

Uma transformação de proporções históricas, que exigia um período de adaptação e de consolidação.

A dissolução da Jugoslávia, era uma questão que dizia muito mais a Moscovo do que a qualquer outra capital, já que a guerra e destruição na Jugoslávia forneceu um espelho a Moscovo, que a interpretou como um mau exemplo para a dissolução da União Soviética, tendo em conta que eram ambas federações comunistas multinacionais, assentes na soberania formal das repúblicas federais (Gow, 1997: 186-201).

No começo, aquando da declaração de independência da Eslovénia e da Croácia, a reacção de Moscovo foi a de manter a unidade da federação pois, se as repúblicas da Jugoslávia conseguissem a independência, tal poderia constituir um incentivo para a saída das repúblicas da União Soviética (Gow, 1997: 186-201; Sáez, 1993). Entretanto, o processo democratizador na União Soviética foi acelerado com a tentativa falhada de golpe de estado, a 18 e 19 de Agosto de 1991, pelas forças que se opunham às reformas que vinham sendo implementadas por Gorbachov, e ao longo de 1991 sucederam-se as declarações de independência das repúblicas da União Soviética (Gow, 1997: 186-201; Vaisse, 1997). A partir da tentativa de golpe de estado, de acordo com Sáez (1993), a opção por uma dissolução negociada ganhou terreno, sem no entanto deixar de ser prestado um certo apoio às reivindicações de Milosevic, em nome da tradição histórica pan-eslava, o que de acordo com o autor, contribuiu para bloquear as iniciativas a nível das organizações de que a Rússia fazia parte¹²⁵ (Sáez, 1993).

Depois do fracasso da proposta de Gorbachov e com as declarações de independência das repúblicas, no final de 1991 a União Soviética deixava de existir e, a partir desse momento, a perspectiva de Moscovo passou a ser a perspectiva da Federação Russa e não mais a da União Soviética (Gow, 1997: 192-201).

No que se refere à política externa, o início da crise da Jugoslávia coincidiu com o maior empenho dos dirigentes de Moscovo, primeiro com Mikhail Gorbachov e depois com Boris Ieltsin, em estabelecer um novo relacionamento e uma maior cooperação com os seus antigos rivais, sobretudo com os países da Europa Ocidental e os EUA, o que fez com que desde o início da crise jugoslava, a política oficial da Rússia se tenha tentado alinhar com as posições ocidentais (Gow, 1997: 186; Niksic e Rodrigues, 1996: 239). A justificação era que, para Moscovo, quer com Gorbachov quer com Ieltsin, em termos estratégicos, era mais importante estabelecer uma parceria com o Ocidente que tentar construir a sua própria esfera de influência nos Balcãs (Niksic e Rodrigues, 1996: 239). Cortés (1999) refere no entanto, a existência de duas posições antagónicas no início do conflito da Jugoslávia, quanto à posição a tomar: uma defendia o alinhamento da posição russa com a dos países ocidentais,

¹²⁵ Como por exemplo, a oposição da Rússia no início de 1993 a uma intervenção militar contra a Sérvia, tendo expressado o desejo de que fossem levantadas as sanções contra essa república (Sáez, 1993: 128-129).

com ligeiras diferenças, principalmente por desejar preservar uma certa imagem de neutralidade, mais do que por convicções políticas; a outra, que se identificava com o sector político nacional-conservador, apoiava a posição dos sérvios, defendendo consequentemente um maior apoio russo à Jugoslávia, para além de culpar os muçulmanos pela duração do conflito e apresentava como única saída a cantonização da Bósnia-Herzegovina, ou a repartição desta entre a Sérvia e a Croácia.

A partir de Dezembro de 1993, a situação política na Rússia começou a modificar-se rapidamente. Boris Ieltsin, que então se encontrava sob forte pressão dos seus adversários internos, começou a alterar a sua posição, mostrando um menor empenho com a Nato e o Ocidente. Acusou então os países ocidentais de prosseguirem a mesma política de confronto que havia caracterizado a Guerra Fria, já que a Rússia sempre encarou o envolvimento directo da Nato na ex-Jugoslávia, como uma estratégia da Aliança para se expandir para os países da Europa Central e de Leste. Entretanto, na Primavera de 1994, ocorreu um novo ponto de viragem, após a decisão da Nato de iniciar ataques aéreos contra os sérvios da Bósnia. A partir daí verificou-se uma mudança de posição da Rússia, com uma maior participação e presença directa no conflito da Jugoslávia. A sua posição deixava de ser neutra e assumia o papel de uma verdadeira potência militar (Cortés, 1999; Niksic e Rodrigues, 1996: 242).

No entanto, durante toda a guerra da Jugoslávia, a Rússia viria a ser marginalizada, uma vez que por sistema a Rússia apenas era consultada depois das decisões já terem sido tomadas e consumadas pela Nato, obrigando-a desta forma a apoiar as decisões dos países ocidentais (Niksic e Rodrigues, 1996: 239).

No cômputo geral, de acordo com Sáez (1993), a Rússia demonstrou uma grande falta de poder devido essencialmente às circunstâncias, já que a sua capacidade de intervenção se encontrava paralisada quer pela dissolução da estrutura soviética, quer pelas tensões nacionalistas fraccionárias dentro da própria federação.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FASE GEORGE BUSH

Os Estados Unidos, segundo Warren Zimmermann, foram o primeiro país ocidental a prever a inevitabilidade da dissolução da Jugoslávia, através dum relatório apresentado pela CIA em Setembro de 1990, antes do início do conflito. A preocupação essencial nessa altura, era o facto de que a dissolução da Jugoslávia poderia contribuir para a dissolução da União

Soviética de Gorbachov, que então a administração de Bush procurava manter a todo o custo.

Em 1991, com o conflito já activo, a administração Bush dava a entender que não pretendia actuar na crise da Jugoslávia, já que não existia um forte motivo que justificasse uma intervenção armada; as várias partes em confronto procuravam então o seu apoio, que na Primavera de 1991 era dada à unidade da Jugoslávia. Assim, a administração Bush optou por encorajar os europeus a tomar a iniciativa da resolução do conflito, oferecendo o seu apoio (Cutileiro, 2003: 46; Gow, 1997; Valle, 2001: 112). A 21 de Junho de 1991, o secretário de Estado James Baker, visitou Belgrado tendo-se encontrado com Ante Markovic e os líderes das seis repúblicas, e afirmou que os Estados Unidos apoiavam a unidade da Jugoslávia. Na opinião de Warren Zimmermann, esta visita veio demasiado tarde e deveria ter acontecido seis meses antes mas, nessa altura, Bush estava ocupado com a preparação da Guerra do Golfo¹²⁶ (Cutileiro, 2003: 46; Rados, 1999: 139; Zimmermann, s.d).

Depois do golpe de Moscovo em Agosto de 1991, a posição americana começou a alterar-se e na Primavera de 1992 o apoio americano passava para os muçulmanos e independência da Bósnia-Herzegovina (Cutileiro, 2003: 46-47; Rados, 1999: 139). Como explica Zimmermann, no início de Março de 1992 o ponto de vista da embaixada americana em Belgrado, e que ganhou apoio em Washington, era que a internacionalização do conflito na Bósnia através do reconhecimento da sua independência poderia deter a iminente agressão sérvia. Consequentemente, ainda nesse mês, os EUA fizeram pressão no seio da NATO para o reconhecimento da Eslovénia, Croácia, Bósnia e Macedónia (Zimmermann, s.d.) e no dia 10, James Baker deslocava-se a Bruxelas para pedir o reconhecimento imediato da Bósnia-Herzegovina, sem o qual os Estados Unidos não reconheceriam a Eslovénia e a Croácia (Valle, 2001: 112). No mês seguinte, Baker voltava a afirmar a vontade americana, de acordo com Valle, sob pressão dos *lobbies* croata e muçulmano e ainda da Alemanha, para o reconhecimento da Croácia e da Bósnia-Herzegovina (Valle, 2001: 112). O reconhecimento viria a 7 de Abril, mas segundo Zimmermann, demasiado tarde, pois os ataques sérvios já haviam começado. Segundo Cutileiro (2003: 47) esta mudança teve uma dupla causa: “por um lado, a pulsão wilsoniana da política externa americana foi estimulada em Abril desse ano pelas atrocidades da guerra da Bósnia; por outro lado, convinha a Washington mostrar que não tinha objecções de princípio contra muçulmanos”.

Zimmermann refere como momento decisivo o ataque do JNA à cidade croata de Dubrovnik¹²⁷, em que a opinião que prevaleceu foi aquela que recusava a intervenção militar americana para defender a cidade, devido às memórias dos desastrosos resultados da intervenção no Vietname. Zimmermann defende que este foi um momento decisivo já que,

¹²⁶ De recordar que a Guerra do Golfo decorreu entre Agosto de 1990 e Fevereiro de 1991.

¹²⁷ Entre Outubro de 1991 e Maio de 1992.

se os EUA tivessem utilizado a força militar para defender a cidade, é possível que tal tivesse desincentivado os sérvios dos posteriores ataques na Bósnia. O antigo embaixador, refere ainda que o reconhecimento da Eslovénia e da Croácia por parte da CE, veio alterar todo o contexto no qual as decisões políticas americanas foram tomadas e toda a abordagem ocidental ao problema jugoslavo.

Para Warren Zimmermann, a posição da administração Bush de não utilizar forças terrestres americanas ficou a dever-se a três factores: primeiro, a já referida memória da guerra do Vietname; a segunda, relacionada com a visão predominante durante a execução da Guerra do Golfo, ou seja, que não deveria haver nenhuma intervenção americana a não ser que os objectivos fossem claros, os meios aplicados assegurassem uma vitória relativa, houvesse uma estratégia de saída e as baixas americanas fossem mínimas; o terceiro factor estava relacionado com as eleições presidenciais, a realizar em Novembro de 1992, que no Verão de 1992 eram uma das principais preocupações da administração Bush, que levou a que fossem ponderadas as consequências políticas de uma intervenção nos Balcãs (Zimmermann, s.d.; Sáez, 1993). Mas um factor prevalecia sobre todos os outros: o medo de baixas americanas. Uma outra explicação, estava relacionada com a aversão a conflitos em que não eram claros quem eram as vítimas e quem eram os agressores, uma vez que naquela altura a culpa era atribuída às quatro partes em conflito, daí o argumento adoptado pelo Pentágono e pela CIA, de que aquela era uma guerra de “ódios ancestrais”, logo que os EUA não deveriam intervir. Rados (1999: 136) refere ainda, o facto de que recentemente os americanos tinham travado a Guerra do Golfo e estavam ainda a gerir o conflito no Médio Oriente.

Existem ainda várias outras explicações para a não intervenção americana durante a administração de George Bush, no conflito jugoslavo. Primeiro, o conflito na Jugoslávia não afectava directamente os interesses dos EUA nos Balcãs, uma vez que os objectivos estratégicos naquela zona estavam cobertos pela Grécia e pela Turquia, no limite do flanco Sul da NATO; depois, a desintegração da URSS fez com que a Jugoslávia perdesse o valor geopolítico que anteriormente detinha; por fim, a ausência de interesses económicos e políticos nessa região, ao contrário do que acontece por exemplo no Golfo Pérsico, e que deixava o espaço balcânico à margem da “nova ordem mundial” anunciada por George Bush (Gow, 1997: 202-222; Sáez, 1993: 128). James Gow (1997), refere ainda a falta de interesse em relação ao conflito, demonstrado pela opinião pública americana, situação que se veio a modificar com as primeiras imagens dos ataques sérvios na Bósnia. Para além disso, o síndrome do Vietname e da Somália, fazia com que alguns altos cargos e oficiais dos EUA preferissem a precaução, já que tinham a percepção que uma implicação maior dos EUA para além do apoio diplomático, seria demasiado complexa e dispendiosa (Gow, 1997).

Ainda segundo James Gow (1997: 203), a posição dos EUA na fase Bush, deveu-se “à tentativa hesitante de reposicionamento dos Estados Unidos no sistema internacional” e ao facto de a Crise do Golfo e a situação da União Soviética não permitirem que os EUA tivessem tempo para se preocuparem com este conflito. No entanto, os EUA nunca deixaram de intervir no conflito, como quando por exemplo, ainda em 1992, o embaixador Warren Zimmermann terá dito a Alija Izetbegovic¹²⁸ que não era obrigado a assinar documentos com os quais não concordasse. Posteriormente, Izetbegovic retirou o acordo ao documento que já tinha assinado; ao fazer isto, estava a confiar no apoio americano, algo que se tornou numa característica do relacionamento entre os EUA e os muçulmanos (Gow, 1997: 210).

FASE CLINTON

Com a chegada da nova administração à Casa Branca, em Janeiro de 1993, quando os sérvios já haviam assumido o controlo de cerca de setenta por cento da Bósnia e montado o cerco a Sarajevo, houve uma alteração no tratamento da crise da Jugoslávia, que se deveu em grande medida à nova perspectiva apresentada por Bill Clinton, segundo a qual a guerra na Bósnia-Herzegovina era uma guerra de agressão, em que o agressor era a Sérvia e o agredido a Bósnia (Gow, 1997; Niksic e Rodrigues, 1996: 190; Zimmermann, s.d.). Bill Clinton, havia criticado George Bush durante a campanha eleitoral, acusando-o de ter voltado as costas aos direitos humanos e aos valores democráticos e assim, na primeira declaração da nova administração sobre o conflito da Bósnia, a 10 de Fevereiro de 1993, Warren Christopher deu a entender a preocupação da administração com o conflito da Bósnia, e a sua possível propagação aos países vizinhos. Zimmermann refere que a administração recusou dar o seu apoio inicial ao Plano Vance-Owen, assumindo (incorrectamente, na opinião do autor) que era inaceitável para os muçulmanos, o que terá aumentado as expectativas dos muçulmanos numa intervenção mais musculada dos Estados Unidos.

No entanto esta posição inicial de Clinton, assim como a sua vontade de intervenção militar contra os sérvios foi passageira. O ponto de viragem, de acordo com Zimmermann, ocorreu com a visita do secretário de estado Warren Christopher à Europa, em Maio de 1993, para tentar “vender” a proposta de levantamento do embargo contra a Bósnia aos aliados, e simultaneamente usar o poder aéreo contra os sérvios, que não foi aceite pelos europeus. A partir daí, Clinton deixou de defender a intervenção militar e ao longo dos primeiros dois anos da sua administração, a opção foi a procura de soluções diplomáticas, até mesmo quando eram impossíveis ou irrelevantes (Zimmermann, s.d.). Durante o resto de

¹²⁸ Já depois de Izetbegovic ter assinado o Acordo de Lisboa, de cantonização da Bósnia.

1993, as soluções com recurso à força foram ocasionalmente consideradas, mas sempre afastadas e a administração Clinton parecia reflectir a ausência de uma estratégia. A caracterização feita por Warren Christopher do conflito, em Maio de 1993, numa conferência de imprensa, marcou o início de declarações que defendiam uma linha de raciocínio da administração segundo a qual, a Bósnia era um problema europeu e que representava um conflito de “hostilidades étnicas ancestrais”; declarações que implicavam que não havia nada que os EUA pudessem ou devessem fazer. Juntamente com a opção da não intervenção militar no conflito, a administração Clinton manteve a posição consistente de que era uma guerra de agressão, os sérvios eram os agressores e os muçulmanos as vítimas (Zimmermann, s.d.).

Zimmermann defende que, entre as várias razões que levaram Bill Clinton a afastar-se da abordagem musculada que havia defendido durante a campanha e nos primeiros meses da sua presidência, para além da pouca inclinação por soluções militares, terá estado a sua delicada relação tanto com os militares americanos, como com o Pentágono, o que não permitia a Clinton ignorar a oposição do Pentágono em colocar forças militares americanas na Bósnia. Esta era também a posição geral do Congresso Americano, da imprensa e público americano¹²⁹ (Zimmermann, s.d.). Oliveira (2001: 276) atribui ainda esta mudança de atitude ao facto de a administração se ser apercebido dos potenciais custos económicos e humanos que uma eventual intervenção acarretaria para os EUA.

As imagens televisivas das mortes no mercado de Sarajevo em Fevereiro de 1994, fizeram com que administração, sempre sensível aos *media*, conseguisse a ameaça por parte da Nato para que os sérvios retirassem a sua artilharia dos arredores da cidade (Zimmermann, s.d.). Para Valle (2001: 112), a partir de Março de 1994, o papel de Washington viria a ser determinante no processo de repartição da Bósnia-Herzegovina.

No entanto, apesar da recusa em intervir directamente no conflito, os EUA nunca deixaram de actuar por conta própria. Disso são exemplos, ainda durante 1994, da pressão americana sobre croatas e muçulmanos bósnios para que em Fevereiro, com o apoio alemão, aceitassem a Federação Croato-Muçulmana e ainda a criação em Março, do Grupo de Contacto, juntando à sua volta os Estados mais interessados na zona dos Balcãs, a Rússia, a França, o Reino Unido, a Alemanha e a Itália. A inclusão da Rússia deveu-se por um lado, a salvar Ieltsin na cena internacional e por outro, para aproveitar a ligação particular entre a Rússia e a Sérvia. A Alemanha foi incluída devido ao seu poderio económico, bem como ao seu interesse pela zona dos Balcãs, especificamente pela Croácia (Cutileiro, 2003: 48; Niksic e Rodrigues, 1996; Rados, 1999: 219).

¹²⁹ Para além da nova administração de Clinton ter criticado o Plano Vance-Owen, ao mesmo tempo que este era debatido, na Primavera de 1993, estava a haver uma imensa cobertura mediática à volta da guerra na Bósnia, com as cadeias de televisão CNN, ABC entre outras, a dar máxima atenção ao conflito e que, segundo Gow, começaram a formar uma opinião pública nos EUA (Gow, 1997: 215).

No início de 1995, a Administração Clinton começou a ponderar a hipótese de recorrer ao poder aéreo da Nato, para fornecer alguma força militar à sua política balcânica (Oliveira, 2001: 277-278) e segundo Zimmermann, em meados de 1995 a administração finalmente unia-se em torno de uma mesma política. Esta decisão foi marcada por motivos, quer de ordem externa, quer interna. A nível interno, as eleições desempenharam um papel decisivo na opção dos EUA por uma maior intervenção no conflito bósnio, já que uma vitória no plano internacional seria útil a Bill Clinton no combate pré-eleitoral das eleições que se aproximavam (Oliveira, 2001: 277-278; Rados, 1999; Zimmermann, s.d.); por outro lado, de acordo com Oliveira, as imagens do cerco a Sarajevo e a revelação do massacre de Srebrenica em 1995, juntamente com o que Zimmermann denomina de “efeito CNN”, fizeram com que aumentasse o apoio da opinião pública americana, à intervenção dos EUA no conflito. A partir daí, a administração Clinton convenceu-se que “a Bósnia poderia tornar-se um tema embaraçoso para a campanha presidencial [ao longo de 1995] e que o mais sensato seria tirar partido da situação e convertê-la num potencial trunfo eleitoral” (Oliveira, 2001: 277-278).

A nível externo Oliveira (2001: 277-278) refere que, a perpetuação do conflito e das barbaridades na ex-Jugoslávia ameaçavam a criação de uma nova ordem na Europa Central e de Leste, assente nos princípios da democracia liberal, direitos humanos, economia de mercado, e em arranjos de segurança, promovida pelos EUA; em segundo lugar, a situação dos muçulmanos da Bósnia, foi vista como uma potencial ameaça às relações de Washington com o mundo islâmico, o que tinha implicações directas para os interesses americanos no Médio Oriente (Oliveira, 2001: 277-278). Segundo Zimmermann, a mudança de atitude, ficou a dever-se ainda ao facto de se ter tornado claro para a administração, que as fracas iniciativas europeias não dariam resultados e que a Bósnia iria continuar um problema por resolver, pelo qual os EUA seriam culpabilizados.

Um outro factor prende-se directamente com a Nato e os objectivos definidos por Washington quanto ao futuro da referida organização naquela zona do globo, e aos interesses estratégicos dessa região para Washington. Segundo esta linha de análise, uma participação no conflito da Bósnia deveria solucionar o futuro da Nato, uma vez que o conflito da Bósnia se apresentava como uma oportunidade única no novo contexto político europeu pós-queda do Muro de Berlim e fim da União Soviética, para justificar e acelerar a expansão da Aliança em direcção ao Leste da Europa (Niksic e Rodrigues, 1996: 142-143; Rados, 1999). Segundo Rados (1999) ao decidir empenhar-se activamente na resolução do conflito da Bósnia, Washington pretendia atingir determinados objectivos que se prendiam com a manutenção da sua liderança na Nato, e através dela manter o estatuto privilegiado na situação geopolítica da Europa e na zona dos Balcãs. Correia (2004: 265) concorda, ao referir que os Balcãs deixaram de ser uma plataforma da expansão da influência russa para Ocidente

e passaram a ser uma plataforma de projecção da influência norte-americana para Leste (Correia, 2004: 265). De acordo com Rados (1999: 224), a partir do momento em que a URSS foi desmantelada e desapareceu o seu “inimigo ideológico e militar”, tornava-se necessário encontrar uma justificação para a existência da Nato. Se por um lado os europeus, sobretudo franceses e alemães, pretendiam uma segurança da Europa menos dependente dos Estados Unidos e da Rússia e mais voltada para a OSCE, a UE e UEO, os americanos consideravam obrigatória a sua presença activa na segurança da Europa. Logo, segundo o autor, durante a guerra da Bósnia, um dos objectivos dos Estados Unidos foi mostrar aos europeus que sem a Nato e consequente intervenção dos EUA, os europeus não conseguiriam resolver os conflitos na Europa (Rados, 1999: 224). Niksic e Rodrigues (1996: 282) fazem ainda referência à importância estratégica da zona dos Balcãs para os EUA, já que nessa zona poderiam estabelecer um corredor de ligação com um espaço vital, o Médio Oriente, onde se situam precisamente as maiores reservas de petróleo do mundo, “protegidas por monarquias conservadoras e corruptas que Washington não prescinde de apoiar”. Ainda segundo os autores, esta é uma zona através da qual os Estados Unidos se estariam a servir, no sentido de desenvolver a sua diplomacia, numa tentativa de “reconciliação com o mundo muçulmano”, que se degradara devido à Guerra do Golfo, razão aliás para a sua posição anti-sérvia (Niksic e Rodrigues, 1996: 130) e para conter uma Rússia, que aparentava querer assumir de novo o seu lugar no sistema internacional. Os EUA teriam ainda tentado criar um “arco de contenção” (Niksic e Rodrigues, 1996: 249) à volta da Sérvia e Montenegro, dois possíveis aliados da Rússia, através de acordos bilaterais com a Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Albânia, Hungria, Bulgária e Macedónia, no sentido de precaver qualquer alastramento do conflito à Macedónia ou entre a Grécia e a Turquia, o que a acontecer poria em risco as suas relações com o Médio Oriente.

Outro aspecto a ser referido relativamente à actuação dos EUA, diz respeito ao apoio financeiro e militar prestado aos muçulmanos da Bósnia, vindo a público por jornais e revistas norte-americanas ao longo de 1995, segundo as quais o governo norte-americano sabia e autorizou o fornecimento de armas à Bósnia-Herzegovina¹³⁰ (Niksic e Rodrigues, 1996: 150). Na imprensa era igualmente referenciada uma empresa privada norte-americana, que terá tido um papel determinante no apoio e no treino do exército croata e da Armija bósnia¹³¹.

Entretanto no Verão de 1995, com a operação militar croata na Krajina, que permitiu um maior equilíbrio dos poderes no terreno, e o massacre de Srebrenica, que chocou a

¹³⁰ O apoio financeiro dos Estados Unidos à Armija bósnia, foi oficializado a partir de 1994 e a 4 de Setembro desse ano, e conforme Valle (2001), os americanos ofereceram ainda, ao comando bósnio, informações recolhidas pelos seus satélites (Rados, 1999: 235-238; Valle, 2001: 135-136).

¹³¹ O MPRI (Military Professional Resources Inc.) começou a treinar o exército croata a partir de 1994 (Niksic e Rodrigues, 1996: 147) e em Agosto de 1995, ajudou o exército croata a expulsar os sérvios da Krajina (Valle, 2001: 134).

opinião mundial, Clinton ganhou o apoio da Nato para realizar ataques aéreos contra os sérvios da Bósnia. A campanha de bombardeamentos teve como resultado o acordo dos sérvios em negociar o fim da Guerra e, de acordo com Zimmermann, os resultados políticos de Clinton foram atingidos, sem a utilização de um único soldado norte-americano no terreno (Zimmermann, s.d.).

Cutileiro (2002: 223) defende que em Dayton, com a reeleição de Clinton em jogo, foi retirado o apoio a Alija Izetbegovic, a quem havia sido dado durante os últimos três anos, na obtenção de um Estado da Bósnia unitário (Cutileiro, 2002: 223), e que, até ao Verão de 1995, os americanos se recusaram a aceitar que só poderia ser obtida uma solução política para o conflito da Bósnia, se esta contemplasse os interesses dos sérvios e croatas e não apenas os dos muçulmanos, apesar de essa ser a convicção geral. Para Cutileiro (2002: 226), Washington precisava de declarar que havia paz na Bósnia antes das eleições de Novembro de 1996 e foi essa a principal razão pela qual encetou uma combinação de intensas movimentações políticas com a intervenção militar, que conjuntamente resultaram no Acordo de Dayton (Cutileiro, 2002: 226).

A actuação da diplomacia norte-americana nos Balcãs, evoluiu sempre de acordo com as motivações políticas internas dos EUA, o que lhes valeu inúmeras críticas, como por exemplo as de David Owen, mediador da União Europeia para o conflito, que criticou de forma amarga a actuação dos EUA durante o conflito: “ a diplomacia desse país [EUA] durante os dois últimos anos é culpada por ter prolongado de forma desnecessária a guerra na Bósnia. [...] Se Washington tivesse apoiado o plano de paz Vance-Owen de Fevereiro de 1993, ter-se-iam evitado muitas mortes” (*apud* Niksic e Rodrigues, 1996: 188).

OUTROS PAÍSES

Quanto aos países vizinhos também desempenharam o seu papel no conflito, sem terem no entanto a influência das grandes potências ocidentais. A Hungria, colocou-se ao lado da Eslovénia e da Croácia e tentou mesmo intervir na Vojvodina, onde existe uma significativa minoria húngara. A Roménia apoiou a Sérvia, sem se comprometer demasiado. A Grécia, por um lado mostrou-se solidária com a Sérvia, sendo um país ortodoxo, mas ao mesmo tempo receava as repercussões que o conflito poderia ter na Macedónia e no Kosovo e ainda a influência que a Turquia poderia voltar a ter na zona. A Bulgária, também se mostrou preocupada com a Macedónia, e a Albânia continuou a exercer a sua influência cada vez maior no Kosovo, em nome da construção de uma Grande Albânia (Correia, 2004: 265).

De referir ainda, a actuação de alguns Estados islâmicos, nomeadamente a Argélia, o Irão e o Afeganistão, que interferiram no conflito através dos seus sectores mais radicais, que participaram directamente na guerra combatendo ao lado dos muçulmanos da Bósnia-Herzegovina, em que o objectivo seria a criação de um Estado de maioria muçulmana no continente europeu (Correia, 2004: 265).

COMUNIDADE EUROPEIA

Este conflito foi visto pela Comunidade Europeia como a “sua hora”. O facto de este ser um conflito europeu e de a administração Bush não ver os interesses dos EUA directamente ameaçados pelo conflito na ex-Jugoslávia, levou a que tanto europeus como americanos considerassem que era da responsabilidade dos primeiros tentar encontrar uma solução para o conflito (Oliveira, 2001: 274). No entanto, logo começaram as divergências entre os parceiros europeus, com a Alemanha a ameaçar não ratificar o Tratado de Maastricht caso a CE não reconhecesse a independência da Croácia. Este seria mais tarde considerado um dos maiores erros da Comunidade Internacional e considerado um dos principais factores para o eclodir do conflito na ex-Jugoslávia, numa altura em que o conflito ainda não tinha atingido as proporções e violência posteriores.

Uma das críticas à Comunidade Europeia, refere-se ao reconhecimento dos resultados do referendo realizado na Bósnia-Herzegovina. De acordo com Tucker e Hendrickson (*America and Bosnia*, National Interest 33, Outono de 1993 in Markovic, 1995), o facto de o referendo ter sido boicotado por cerca de um terço da população da Bósnia, tornou claro que haveria recurso às armas caso o novo Estado fosse reconhecido. Os autores referem ainda que o referendo que a Comunidade Europeia aceitou como válido, constituía ele próprio uma violação da Constituição jugoslava de 1974, que fazia depender o direito à secessão, do consentimento mútuo das restantes repúblicas¹³² e regiões autónomas da federação. Para Tucker e Hendrickson, o reconhecimento da Bósnia-Herzegovina, constituía uma intervenção ilegal nos assuntos internos da Jugoslávia, que Belgrado tinha o direito de contestar.

Posteriormente todos os Planos de Paz da iniciativa da Comunidade Europeia seriam um fracasso, quer devido à fragilidade e posições divergentes dos seus membros, demonstradas ao longo de todo o conflito, quer pela falta de apoio e até boicote por parte dos EUA. O que deveria ser “a hora” da União Europeia, foi acima de tudo, mais um

¹³² Este foi aliás, o principal problema e motivo referido por Drnovsek, para a forma como se processou a secessão da Eslovénia, já que qualquer votação no sentido da saída da Eslovénia da federação jugoslava, era sistematicamente bloqueada pelos votos dos representantes da Sérvia e das repúblicas suas aliadas.

exemplo de que sem o apoio americano, a Comunidade Europeia não tem nem a força, nem o prestígio para resolver um conflito dentro do seu próprio continente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se segue deve ter-se em conta que, regra geral, as diferentes causas de guerra, como classificadas no Capítulo I, se correlacionam e se potenciam entre si, pelo que se torna problemático diferenciá-las, isolá-las e classificá-las com exactidão, saber onde uma acaba e outra se inicia, para mais que muitas delas têm uma relação circular entre si, originando e sendo originadas por outras. É precisamente este facto que torna extremamente difícil a interpretação e compreensão dos inúmeros conflitos que marcaram e marcam ainda hoje, o mundo em que vivemos.

Seguidamente e tentando, apesar da dificuldade, ter como referência o Capítulo I, onde foram agrupadas e descritas algumas causas de guerra, ir-se-á tentar oferecer uma possível explicação das diferentes causas do conflito na ex-Jugoslávia, tendo sempre em mente que será apenas uma interpretação de entre as inúmeras possíveis, e que nunca as esgotará, devido à própria complexidade do conflito e à impossibilidade de explicação de algumas dessas causas, que descansam no mais profundo recanto do espírito humano.

...

Um dos primeiros problemas que se nos apresenta quanto ao conflito jugoslavo, é o de saber se se tratou de uma guerra civil ou não. As opiniões divergem logo aqui, já que por exemplo Rupnik (1992: 11-12) observa que, apesar da guerra da Jugoslávia ter sido caracterizada como guerra civil, tribal ou ainda provocada pelo ódio ancestral entre os diferentes povos que a compõem, defende que o conflito teve principalmente causas políticas e que a guerra não foi nem civil nem jugoslava, uma vez que não opôs duas partes de uma nação, mas opôs diferentes nações entre si. Quanto ao ódio ancestral entre sérvios e croatas, afirma que é bastante recente, já que as primeiras tensões só foram realmente visíveis pouco antes da I Guerra Mundial. Corsini partilha da mesma opinião, referindo que a Jugoslávia não era um Estado-Nação, mas sim um país composto de seis "nações constituintes" - eslovenos, croatas, sérvios, macedónios, muçulmanos (no sentido político) e

montenegrinos - todos com diferentes culturas, tradições, religião e etnologia (Corsini, 1996).

Posição diferente é a apresentada por Markovic (1995), quando defende que a guerra na Jugoslávia foi, desde o início, uma guerra de secessão, em que as repúblicas separatistas praticaram uma luta armada contra as partes dissidentes da sua população e contra o governo federal. Defende que, a decisão do governo federal de tentar manter a integridade da Jugoslávia foi legítima, tanto no que se refere à Constituição como às leis internacionais, já que é deste modo que todos os Estados reagem perante aquele tipo de situação. O autor classifica a guerra como uma guerra civil, pela posse de um estado já desfeito; desta forma, ao longo do conflito, as forças sérvias procuraram controlar as áreas em que a sua etnia representava a maioria da população desde há séculos e daí que, na opinião de Markovic, a sua reivindicação fosse inteiramente legítima; o autor critica ainda a rapidez com que as repúblicas separatistas transformaram as fronteiras administrativas criadas por Tito, em fronteiras internacionais, sem acautelar o formato étnico das novas identidades.

Quanto às causas propriamente ditas, este foi um conflito no qual a história desempenhou um papel de extrema importância. Tal foi visível, especificamente, no decurso do conflito bósnio, em que a história foi sistematicamente utilizada quer por sérvios quer por croatas, para tentar “provar” que o território da actual Bósnia-Herzegovina pertencia a si e não aos outros. Também na república da Croácia, os sérvios recordaram as atrocidades cometidas pelos utasha, enquanto os croatas evocaram Ante Pavelic e todos os símbolos utasha, em memória do extinto Estado Independente da Croácia, existente durante a II Guerra Mundial. Os sérvios recordaram ainda os sacrifícios que fizeram nas lutas contra o império Otomano e depois contra as forças nazis, existindo o sentimento que esses sacrifícios nunca foram reconhecidos pela comunidade internacional, que sempre os manipulou em função dos seus interesses. Milosevic usou sistematicamente a história para mobilizar os sérvios de todas as repúblicas: utilizou a memória dos massacres utasha para mobilizar os sérvios da Croácia, e lembrou o berço da nação sérvia, e as batalhas aí travadas para mobilizar a população do Kosovo e da própria Sérvia¹³³. Tanto os líderes sérvios como os croatas, fizeram uma utilização das memórias históricas como forma de propaganda e em ambos os casos a história foi distorcida e reconstruída de modo a servir os respectivos

¹³³ “A máquina da propaganda moderna conseguiu, duas gerações depois da II Guerra Mundial, através de uma batalha de memórias entre sérvios e croatas, impor em poucas semanas uma visão e uma terminologia arcaicas, fazendo do conflito actual uma nova versão daquela guerra. Para os sérvios é como se tivesse voltado ao ano de 1941, em que a Croácia independente se preparava para realizar um novo massacre da minoria sérvia; e, para os croatas, a televisão apresenta os sérvios de preferência em uniformes tchetniks, barbudos, com um boné preto com uma águia branca. À força de manipular as analogias históricas dentro dos seus discursos nacionalistas, os dirigentes conseguiram impô-la ao seu povo e a acreditar nela eles próprios. Todos se apresentaram como vítimas da história, mas de uma história deformada, construída sobre a mitologia” (tradução nossa) (Rupnik, 1992: 12-13); e ainda “a propaganda nacionalista e discursos de ódio, gerados dentro da Sérvia, exageraram o terror da [Segunda] Guerra, criando “memórias” dos crimes Utasha mesmo entre as pessoas que não foram suas vítimas” (tradução nossa) (Hajdinjak, 2001: 23).

interesses. Wiberg (2004: 41)¹³⁴, refere ainda toda a “invenção da história” ocorrida na Federação Jugoslava nas últimas décadas, como forma de legitimar os regimes pós-comunistas, movimentos nacionalistas, movimentos secessionistas, etc.

Quanto às causas territoriais, há a considerar o caso específico de algumas cidades e regiões, que pela sua localização e interesse estratégico, foram disputadas pelas várias facções e onde se registaram os mais longos e mais violentos combates de todo o conflito. No caso da Bósnia-Herzegovina, há a destacar a estratégia dos sérvios, iniciada em Abril de 1992, no sentido de conseguir controlar o máximo território possível, especialmente na zona Este da Bósnia (adjacente à Sérvia), como um passo para uma possível união com a Sérvia. No final do Verão de 1992, dois terços da Bósnia estavam já nas mãos dos sérvios: a parte oriental próxima da Sérvia, um estreito corredor atravessando de Este para Oeste em direcção à Croácia, e território em ambos os lados da fronteira bósnio-croata à volta da região da Krajina da Croácia (Sowards, 2004). Como acima foi referido, tanto os croatas, como os sérvios, apresentaram reivindicações históricas sobre o território da Bósnia, reclamando para si esse mesmo território. Posteriormente seriam proclamadas, tanto pela comunidade croata como pela comunidade sérvia, as suas próprias repúblicas dentro da Bósnia-Herzegovina e pretenderam integrar a maior fatia possível de território na sua área de influência¹³⁵. De acordo com a análise apresentada no Guia Prático do Ministério da Defesa, os objectivos imediatos das partes, no conflito da Bósnia foram: defender os interesses onde as respectivas comunidades eram maioritárias; maximizar o seu espaço territorial; controlar as zonas chave do terreno, nomeadamente as vias de comunicação que permitissem a continuidade territorial; controlar a capital, Sarajevo, reclamada por muçulmanos e sérvios, e Mostar, a principal cidade da Herzegovina, disputada pelos muçulmanos e croatas. De observar que, as mais sangrentas batalhas e os cercos mais longos, verificaram-se precisamente em zonas ou cidades de grande importância geoestratégica: a capital Sarajevo, com população maioritariamente muçulmana, que sofreu o cerco dos sérvios bósnios durante três anos que, por fim, proclamaram Pale como a sua capital; a “bolsa” de Bihac, enclave muçulmano, que os sérvios bósnios cercaram, apoiados pelo dissidente muçulmano Abdic, e tentaram ocupar sem sucesso; as cidades de Srebrenica, Zepa, Gorazde e Tuzla, enclaves muçulmanos em território controlado pelos sérvios-bósnios, e onde se verificaram as mais violentas operações de “limpeza étnica”¹³⁶; a região de Kupres, através da qual os muçulmanos, juntamente com os croatas, tentaram isolar Knin, a capital da Krajina; o corredor do Neretva, onde existem

¹³⁴ Ver pág. 12 deste trabalho.

¹³⁵ Exemplo disso, são a República Srpska do lado sérvio, e do lado croata a “república” independente dos croatas, a Herceg-Bosna (posteriormente extinta).

¹³⁶ Segundo Roux (1998: 143) a expressão “limpeza étnica” designa “de maneira cómoda, mas por vezes inexacta, porque o critério de discriminação nem sempre é étnico, um conjunto de práticas visando a homogeneização nacional forçada através da eliminação (expulsão, massacre) dos indesejáveis.”

importantes instalações hidroeléctricas (Rueda, 2003: 38) e onde se situa a via de acesso mais rápida entre a capital Sarajevo e o Mar Adriático, e que foi disputado pelas três partes em confronto, inclusivamente entre os muçulmanos e croatas (Ministério da Defesa, 1998: 13-14).

Quanto à Croácia, Cortés (1999) afirma que os ataques à Krajina, no início de Agosto de 1995, tiveram como objectivos, primeiro, recuperar o território ocupado pelos sérvios e depois, restabelecer as comunicações entre a capital (Zagreb) e Split (na Costa Adriática) e reabrir a auto-estrada entre Rijeka e Split (Cortés, 1999). Também a ter em conta, o carácter estratégico da zona da Dalmácia enquanto zona costeira, e o caso específico da cidade de Dubrovnik, no sul da região, de vital importância já que constituía uma enorme fonte de receitas de turismo para o governo croata, para além de que, é aí que as estradas do interior atingem o Mar Adriático (Sowards, 2004). A Sérvia também cobiçava a costa dalmata, e em caso de secessão da Croácia, perderia o acesso a essa costa e ao oeste continental (Morin, 1996: 24).

Correia refere ainda a importância do território, que para o autor, justifica por um lado o interesse dos países estrangeiros pela região, e por outro, a falta de união dos povos que aí habitam. Assim para Correia (2004: 245), o facto da Jugoslávia ter sido cenário dos mais duradouros conflitos na Europa, deve-se à sua posição geográfica no continente europeu, enquanto cenário de sucessivas invasões e de “antagónicos projectos imperiais que aí se têm confrontado”. Quanto à falta de união dos povos da região, é atribuída à morfologia da península balcânica: a compartimentação e obstáculos à circulação, provocados pelo Danúbio e consequente separação das duas grandes cadeias orográficas, os Cárpatos a Norte e os Balcãs a Sul, ajudam a explicar a frágil unidade política regional. A abundância de pequenas comunidades nacionais, será o resultado directo do facto de a região ser caracterizada por zonas montanhosas, bastante arborizadas e água em abundância, o que oferece condições bastante favoráveis ao estabelecimento de refúgios, para sobrevivência e resistência durante longos períodos, contra invasores estrangeiros.

Hajdinjak (2001: 15) faz referência a alguns mitos existentes relativamente ao território jugoslavo, como por exemplo o Kosovo e a Krajina (Fronteira Militar), no caso dos sérvios. A Krajina também seria reivindicada pelos croatas, por razões similares às dos sérvios em relação ao Kosovo, uma vez que Knin (a maior cidade da Krajina e a sua capital depois da “secessão” em relação à Croácia) havia sido o centro a partir do qual o primeiro reino medieval croata nasceu, no início do século IX (Britannica, 1998: 639).

Para Pesic (1996), o caso da Bósnia-Herzegovina foi o mais problemático à dissolução pacífica da Jugoslávia, porque aí viviam sérvios e croatas em grande número e ambos tinham pretensões históricas ao território daquela república.

Consequentemente, um dos objectivos das guerras entre as várias facções foi sempre tentar conquistar o máximo território possível, de forma a incluir as zonas conquistadas nos novos estados nascidos depois do fim da guerra. Assim, recorrendo à violência, as partes tentaram obter mais território do que aquele que lhes tinha sido atribuído nos tempos de Tito; exemplos disso, são a República Srpska do lado sérvio, e do lado croata a “república” independente dos croatas, a Herceg-Bosna. Se as questões territoriais não podem ser consideradas a principal causa do conflito, terão sido no entanto decisivas nas estratégias adoptadas pelos militares e milícias em confronto, e determinaram sem dúvida os locais e duração dos diversos ataques.

De entre as inúmeras causas do conflito jugoslavo, as causas étnicas foram aquelas que recolheram maior número de apoiantes. Segundo estas, a população da Jugoslávia terá sido sempre caracterizada por uma grande complexidade e falta de homogeneidade, composta por variados grupos, que longe de partilhar uma identidade comum, albergavam fortes sentimentos nacionalistas e de rivalidade¹³⁷. Entre as diferenças que caracterizam esses povos, encontra-se o idioma. Assim, na ex-Jugoslávia existiam três línguas principais: o esloveno (próximo do checo e do polaco); o macedónio (com pontos semelhantes ao búlgaro); e o servo-croata (com dois dialectos, um falado nas zonas ocidentais, outro falado nas zonas orientais, e escrito com dois alfabetos, o latino e o cirílico). A religião foi outro aspecto diferenciador das várias culturas entre as repúblicas, apesar de que, na realidade, os habitantes dos Balcãs se tenham convertido às religiões que por proximidade ou por motivos políticos mais lhes convinham. Assim, de acordo com esta óptica, na guerra jugoslava enfrentaram-se povos que historicamente estiveram separados por diferenças linguísticas, culturais e religiosas e por fortes sentimentos de rivalidade que se traduziram num nacionalismo exacerbado. No entanto, o artigo referido (ver nota de rodapé) ressalva que, de facto existiam muitos pontos em comum a nível da cultura, e que as autoridades e poderes públicos das repúblicas, se esforçaram em exaltar e institucionalizar os aspectos diferenciadores em detrimento dos comuns; e em alguns casos chegaram mesmo a modificar-se, ou até inventar-se, supostas tradições e manifestações sócio-culturais. Milisevic (2005), recorda a utilização do Memorando, no processo de “eticização” da população sérvia, no qual participaram tanto as elites políticas, como os clérigos, intelectuais e jornalistas. Edgar Morin (1996: 15), também classifica o conflito jugoslavo como um conflito étnico quando refere que “(...) a comunidade jugoslava das nações e das etnias (...) por ser constituída por elementos saídos de destinos históricos muito diferentes, era demasiado frágil e recente para se cristalizar em comunidade de destino”. Morin explica, que é precisamente o sentimento de “comunidade de destino” que ao ser edificada sobre

¹³⁷ “El Conflicto en Yugoslavia”, <http://defensa.com/conflictos/balcanes/RFY.pdf>. Página consultada a 24 de Janeiro de 2006.

uma história comum e partilha de valores, crenças e costumes, “confere substância e consistência” à identidade nacional.

Outro ponto de vista é defendido por aqueles que recusam classificar o conflito na ex-Jugoslávia como conflito étnico, pelo menos no que se refere ao conflito entre sérvios e croatas, já que segundo Michael Ignatieff (*El honor del guerrero. Guerra étnica y consciencia moderna*, 1999, p. 42-43 in Rueda, 2003: 39) qualificar sérvios e croatas de grupos étnicos diferentes, constitui um erro, já que para além de falarem mais ou menos a mesma língua, também procedem do mesmo grupo racial dos eslavos do Sul dos Balcãs. Hinde e Pulkinnen (2000) defendem que, muitas vezes a etnicidade ou a religião são utilizadas por aqueles que têm influência, de forma a direccionar o ódio entre diferentes grupos; esse terá sido o caso no processo de desmembramento da Jugoslávia, onde já existia um desemprego elevado, o nível de vida tinha descido dramaticamente, e a situação podia ser explorada por líderes ambiciosos.

Rueda (2003: 40), lembra que devem ainda ter-se em conta os factos que permitiram a rápida propagação dos medos, tais como: a falta de acesso dos meios rurais¹³⁸ a meios de comunicação para além dos “oficiais”, que terá facilitado a difusão de certos medos e temores; a instrumentalização que foi feita da religião; e, o recurso a uma retórica fortemente carregada de apelos à simbologia histórica.

No que respeita ao nacionalismo como causa do conflito, para além do que foi referido nos capítulos anteriores, cabe ainda apresentar as posições de alguns autores, que atribuem ao nacionalismo a principal causa do conflito jugoslavo. Uma dessas interpretações é a de Vesna Pesic (1996), que defende que a maior causa da crise jugoslava foi a ideologia de um “nacionalismo agressivo”, praticado pelos membros da velha *nomenklatura*, que procuraram assegurar as suas posições de poder, ameaçadas pela mudança democrática. Dado que os burocratas do governo, membros do partido e oficiais do exército, estavam na sua maioria concentrados na Sérvia, esta república foi a primeira a formar uma coligação, para travar a “revolução democrática” que os poderia remover do poder (Pesic, 1996).

Cintra (2002: 13) vê o desenvolvimento do nacionalismo jugoslavo, não como resultado dos ódios culturais e étnicos, mas sim como consequência da colisão entre os vários interesses nacionalistas, conjugada com o difícil processo de transição socioeconómica e as divergências políticas preexistentes no território. E, refere o caso específico da Croácia, que utilizou o nacionalismo como meio de obter a independência e concentrar os seus recursos no seu próprio território, uma vez que durante esse processo, as repúblicas deixaram de enviar os impostos para a federação e começaram a tributar os produtos vindos

¹³⁸ A tensão entre o campo e a cidade também constituiu, ao que parece, um factor decisivo. Os protagonistas das principais disputas inter-étnicas foram quase sempre gentes do campo, muito mais permeáveis aos discursos nacionalistas agressivos e mais inclinadas a invocar velhos contenciosos históricos mal resolvidos (Taibo, 1994).

das outras repúblicas (Cintra, 2002: 23-24). Consequentemente, na opinião de Misha Glenny (*The Fall of Yugoslavia in* Cintra, 2002: 31), o conflito não teve origem nas diferenças étnicas ou históricas, mas sim nos ideólogos nacionalistas que em 1991 fomentaram o conflito.

De referir, a “mobilização” realizada pelos líderes políticos, espirituais e intelectuais, que através dos seus discursos e num contexto de crescente incerteza política e económica, foram construindo uma paranóia colectiva, que alimentou um medo cada vez mais forte em relação aos “outros”. As elites governantes, sobretudo croatas e sérvias, conseguiram assim criar comunidades a partir do medo (Rueda, 2003: 39).

De seguida apresentam-se os acontecimentos políticos que marcaram a Jugoslávia, no período anterior ao início do conflito e consequente contributo para o início do conflito.

Pode dizer-se que, desde a fundação da Jugoslávia, duas políticas nacionalistas distintas competiam pela liderança sobre o futuro político do país: de um lado, o separatismo croata que aspirava a um estado independente (Pesic, 1996), e que sempre se havia ressentido da sua inclusão num estado unitário, nomeadamente na Jugoslávia Federal, na qual, na sua perspectiva, havia um papel excessivo do governo federal no domínio económico, e “um papel esmagador dos sérvios nos órgãos de segurança (forças armadas, polícia)” (Krulic, 1998: 94); do outro, o centralismo sérvio, que lutava para conservar o estado unitário da Jugoslávia sob o seu domínio (Pesic, 1996). Nos anos anteriores à morte de Tito, a situação económica havia adquirido extrema importância, e a descentralização económica fez com que cada república tivesse as suas próprias regras, pelo que cada governante dentro de cada república, tentava aumentar o seu poder ao invés de prosseguir os interesses da federação (Cintra, 2002: 24-26). A transferência do poder, a nível económico e político, em direcção às repúblicas, havia sido reforçado com a Constituição de 1974 o que, ao fim de alguns anos, transformou a Jugoslávia numa soma de oito nações, oito economias e oito partidos comunistas.

Entretanto, com o fim do regime comunista na União Soviética, já não fazia sentido que a Jugoslávia mantivesse o sistema comunista, que implicava que o poder estivesse concentrado em Belgrado e consequentemente em Milosevic, impossibilitando que os governos de cada república procedessem às desejadas reformas, pelo que se seguiu uma luta pelo domínio dos aparatos estatais e políticos e na qual, os líderes das repúblicas, apelaram ao sentimento étnico-nacionalista das respectivas populações (Cintra, 2002: 24-26).

Durante a década de oitenta, ao mesmo tempo que se procediam a alterações a nível económico, também se foi desenvolvendo um debate político acerca de qual deveria ser o modelo de estado. Por esta altura existiam três propostas: a defendida pela Eslovénia, que propunha uma confederação de repúblicas soberanas; a proposta do governo federal, de estabelecimento de um modelo económico liberal, com poderes centralizados para gerir

uma política macroeconómica coerente com a economia de mercado aberta, em conformidade com as exigências do FMI; e finalmente, a proposta federal da Sérvia, baseada na recentralização do poder em Belgrado. Toda esta discussão exacerbou os ânimos nacionalistas de alguns líderes das repúblicas, e assim, a Jugoslávia pré-bélica apresentava um contexto político e socio-económico explosivo, que propiciou o aparecimento e desenvolvimento de movimentos políticos, orientados para a resolução bélica dos problemas (Rueda, 2003: 31).

Uma versão ligeiramente diferente, mas com as mesmas conclusões, é a de Rupnik (1992: 15-17), segundo a qual os dois modelos existentes como reacção à decomposição do sistema titista consistiram, por um lado, no nacionalismo da Sérvia, por outro, no desejo por uma rápida democratização na Eslovénia. Milosevic iniciou então a chamada “revolução cultural” que assentou no facto de os sérvios se considerarem os principais lesados pela Jugoslávia titista, mas ao mesmo tempo, ocuparem uma posição predominante dentro do aparelho federal e sobretudo dentro do exército, e daí a oposição de Belgrado à proposta de transformação da Jugoslávia numa confederação democrática (Rupnik, 1992: 15-17). Milosevic começou então a criticar a política de Tito, e ao mesmo tempo preparou uma mobilização popular que aliava o descontentamento contra a burocracia, ao nacionalismo, e desta forma encorajou a revolta em nome do ideal jugoslavo e da Grande Sérvia. Para Rupnik (1992: 17-18), Milosevic utilizou a causa dos sérvios fora da Sérvia como meio de chegar ao poder, e depois, a guerra para manter esse poder. Por seu lado, os eslovenos optaram por um modelo de saída do comunismo, mais próximo do modelo centro-europeu, escolhendo um sistema político pluralista e democrático (Rupnik: 1992: 17-18) e nesse sentido, no Outono de 1989, a Eslovénia adoptou uma série de medidas constitucionais para proteger-se face ao nacionalismo de Milosevic, entre elas: o direito de secessão unilateral; o direito exclusivo de decretar o estado de emergência dentro do seu território; a autorização para a formação de unidades militares dentro das suas fronteiras; e a mais significativa, que a legislação federal já não seria aplicada no seu território¹³⁹ (Cintra, 2002: 62-63). Estas medidas, tiveram como principal consequência o deteriorar das relações entre a Eslovénia e a Sérvia, tendo Milosevic incentivado inclusivamente, o rompimento a nível económico com os empresários e o governo esloveno (*ibid.*: 68-69).

Em 1989, o restabelecimento da autoridade sobre o Kosovo e a Vojvodina através de emendas à Constituição, pela Sérvia, marcou o início da repressão contra os albaneses do Kosovo. Este facto juntamente com a tentativa de domínio do Partido Comunista Jugoslavo por parte de Slobodan Milosevic, segundo Morin (1996: 25) levaria à secessão do Partido Comunista esloveno e à sua opção nacionalista. O nacionalismo de Milosevic, com a sua

¹³⁹ A propósito, Drnovsek (s.d.:18-19) lembra que, enquanto presidente da presidência federal, defendeu sempre o sistema multipartidário e a distinção clara entre o Estado e os corpos do partido.

repressão no Kosovo, também fomentou a radicalização dos croatas e por sua vez, a repressão contra os sérvios dessa república (Morin, 1996: 25).

O facto de os votos da Sérvia serem influenciados pelos votos das duas províncias autónomas, Vojvodina e Kosovo, que tinham poder de veto no Parlamento sérvio, criou um desequilíbrio em que a população maioritária (sérvios), efectivamente não tinham uma representação independente. Isto constituía um sério problema, que levou a um sentimento de injustiça entre os sérvios e que foi utilizado por Slobodan Milosevic (Sorensen, 1999: 9) na contestação ao regime de Tito; esta contestação fez-se atribuindo-lhe o prosseguimento de uma política segundo a qual, uma Jugoslávia forte implicaria uma Sérvia fraca (Correia, 2004: 258; Rupnik, 1992: 17). Na verdade, a república Sérvia foi a única onde foram demarcadas regiões autónomas em função de minorias, que efectivamente fragilizaram a Sérvia, facto que Milosevic saberia aproveitar. Correia (2004: 259), defende que os primeiros tumultos no Kosovo, a que se seguiram restrições da Sérvia às autonomias regionais, fizeram nascer nas outras repúblicas “os fantasmas de uma ameaça centralizadora e hegemónica sérvia”. Milosevic saberia aproveitar os distúrbios no Kosovo, durante os quais os sérvios acusaram os albaneses de os quererem expulsar daquela região e o exército jugoslavo de não os defender; sob Tito, este tipo de acontecimento seria afastado dos meios de comunicação, de acordo com a política de “unidade e fraternidade”, mas com Milosevic, esses distúrbios foram difundidos por todos os meios de comunicação até à exaustão, com o objectivo de agitar as paixões nacionais. Milosevic começou a “denunciar” publicamente o “genocídio” contra os sérvios no Kosovo, na sua própria pátria, e assim foi provocado e encorajado um sentimento de unidade e solidariedade entre o povo sérvio, e inculcado um sentimento de responsabilidade para com todos os sérvios, independentemente da república em que vivessem. Desta forma o líder sérvio criou uma vaga de nacionalismo sérvio e um sentimento de unidade nacional que se estendeu a todas as repúblicas onde viviam sérvios, e que se traduziu na reivindicação duma Grande Sérvia (Garde, 1992: 255-256). A principal consequência dos comícios de Milosevic em 1988 e 1989, foi o exacerbar das tensões étnicas dentro de todas as repúblicas e segundo Garde (1992: 259), representavam uma ameaça para todas elas.

Outro importante factor político com consequências a nível económico, já na década de noventa, foi o fracasso da proposta de uma confederação de estados independentes, apresentada no último Congresso da Liga dos Comunistas, e o facto de que posteriormente às eleições multipartidárias nas repúblicas em 1990, se tenha verificado uma ruptura institucional e territorial, através da constituição de administrações e instituições financeiras próprias das repúblicas, o que levou à percepção de que não existia uma solução conjunta

face à grave situação económica que se vivia¹⁴⁰ (Rueda, 2003: 42-45). Este fenómeno foi especialmente visível na república da Bósnia-Herzegovina, onde rapidamente foram repartidos os ministérios, administrações e empresas públicas pelos três partidos vencedores das eleições. Ao longo de 1991, assistiu-se a uma crescente animosidade entre os diversos líderes políticos das repúblicas, que se reflectia cada vez mais nas ruas (Rueda, 2003: 42-45).

Os resultados das eleições multipartidárias levadas a cabo nas repúblicas, mostraram o sentido que cada uma delas desejava prosseguir. Se, na Eslovénia e na Croácia, as eleições multipartidárias retiraram os comunistas do poder, na Sérvia, Milosevic optou por manter os ex-comunistas no poder recorrendo ao nacionalismo, pelo que Belgrado era visto por aquelas repúblicas, como o principal obstáculo a uma rápida transição em direcção à democracia e à economia de mercado. As eleições multipartidárias, realizadas de forma dispersa nas várias repúblicas, tornaram impossível a emergência de personalidades políticas transnacionais, e contribuíram para deslegitimar o poder federal, transferindo definitivamente as decisões políticas para as repúblicas (Rupnik: 1992: 17-18). Assim para a Eslovénia e para a Croácia, sair do comunismo e da influência sérvia, implicava sair da Jugoslávia (*ibid.*: 18).

Já depois da declaração de independência da Eslovénia e da Croácia, os croatas e muçulmanos da Bósnia-Herzegovina, procuraram também a independência desta república, uma vez que não desejavam continuar vinculados a uma estrutura política dominada pela Sérvia, sem o contrapeso da Croácia (Sáez, 1993), pelo que se confrontaram com a oposição da Sérvia, que para além de não querer perder o seu estatuto de capital federal, se deparava com o problema de ter minorias consideráveis na Bósnia e na Croácia, e de ser ladeada por duas províncias com minorias sérvias, o Kosovo e a Vojvodina (Morin, 1996: 24). Carlos Taibo (1994), por exemplo, defende que um dos factores que explicam os conflitos jugoslavos é a presença de sérvios nas várias repúblicas, nomeadamente na Croácia - nas Eslavónias e na Krajina - na Bósnia, e em menor número no Montenegro, Kosovo e Macedónia. No território da Bósnia, para além da maioria muçulmana, existiam ainda áreas fortemente povoadas por croatas. Desta forma, a Jugoslávia constituía um espaço geográfico marcado pelos diversos cruzamentos de povos, em que o melhor exemplo era a república da Bósnia-Herzegovina.

Para o final foram deixadas as causas de ordem económica, precisamente com o propósito de mostrar a importância decisiva que tiveram na opção de secessão primeiro da Eslovénia e depois da Croácia, que levariam por sua vez à desintegração do estado jugoslavo¹⁴¹.

¹⁴⁰ De referir a insistência do primeiro-ministro Ante Markovic para que as eleições para a federação fossem realizadas antes das eleições nas repúblicas, mas a Eslovénia insistiu para que fosse ao contrário e as eleições para a federação nunca se chegaram a realizar (Cintra, 2002: 72).

¹⁴¹ Para uma melhor compreensão do que a seguir se refere, ver o anexo III.

Entre as razões económicas para a desintegração jugoslava, podem ser destacadas: a disparidade do PIB entre as diferentes regiões, sendo a Eslovénia a mais rica e desenvolvida, e o Kosovo a mais pobre e menos desenvolvida; as políticas de redistribuição do orçamento federal; e os fundos de ajuda às regiões mais pobres (Cintra, 2002: 22).

Começando pela última, os fundos de desenvolvimento das regiões mais pobres, foram considerados como uma das principais causas dos pedidos de secessão da Eslovénia e da Croácia. A Croácia, e sobretudo a Eslovénia, ao serem as repúblicas mais prósperas e ocidentalizadas, através das quais se realizava grande parte do comércio com a Europa Ocidental, e onde estavam localizados grandes empreendimentos comerciais e industriais, nunca viram com bons olhos os impostos que as empresas situadas no seu território eram obrigadas a pagar, para serem depois redistribuídos através dos fundos para o desenvolvimento das regiões mais pobres da Federação¹⁴² (Cintra, 2002: 43; Moncada, 2001: 27). Os croatas e os eslovenos sentiam que eram eles que pagavam as despesas do país, graças ao turismo do Adriático e à sua indústria que produzia bens para exportação, e opunham-se à subsidiarização das fábricas não lucrativas da Sérvia e da Macedónia (Sowards, 2004). Consequentemente, a obrigação de contribuir para os fundos de desenvolvimento, conjugada com o rápido declínio económico da Jugoslávia na década de oitenta, provocou uma situação que viria também a pesar nos futuros separatismos (Moncada, 2001: 27). Depois de 1985, aquelas duas repúblicas começaram a criticar o facto de não poderem dispor dos lucros das empresas dos seus territórios, e que fosse o governo federal a decidir onde deveriam ser investidos aqueles lucros, que normalmente iam para as regiões menos desenvolvidas ou para financiar o exército (Cintra, 2002: 46-47). “Com a ausência de democracia, as lutas a nível federal sobre os gastos públicos e a reforma política não puderam ser resolvidos pelo voto popular, ou seja, pelos canais não-violentos de resolução de conflitos” (*ibid.*: 47).

A fragmentação a nível económico da federação jugoslava, havia começado logo nas décadas de cinquenta e sessenta, com a competição pelos dinheiros dos empréstimos e créditos estrangeiros, fáceis de obter até à década de setenta. Esta competição, aliada à burocracia da autogestão local, levou ao aumento do controlo administrativo dentro dos territórios e incentivou a criação de monopólios económicos locais, que eram defendidos por meios políticos. A economia começou então a seguir princípios territoriais, em vez de princípios funcionais económicos (Sorensen, 1999: 10-11).

O caso da Eslovénia é bem demonstrativo do problema a nível de desigualdades económicas dentro da Jugoslávia: os eslovenos representavam 8% da população jugoslava e asseguravam um terço do PNB e um quarto das receitas de exportação. Por outro lado,

¹⁴² A título de exemplo, o produto nacional *per capita* na Eslovénia, era cinco vezes superior ao do Kosovo.

sempre estiveram mais próximos da Europa Ocidental, não só geograficamente como também culturalmente, do que as outras repúblicas. Para os eslovenos, para além de estarem convencidos que eram eles quem mais contribuía com ajuda para as repúblicas menos desenvolvidas, também consideravam que essa ajuda era mal utilizada; desta forma, para o povo esloveno, incluindo os dirigentes comunistas, a Eslovénia ganhava muito menos com a sua participação na economia jugoslava, do que ganharia se se aproximasse do modelo económico ocidental e dos países ocidentais (Cintra, 2002: 43; Garde, 1992: 262-264). Esta forma de pensar generalizada da população eslovena, conjugada com a cada vez maior liberdade de imprensa na Eslovénia ao longo dos anos oitenta, fizeram não só aumentar as críticas como também as exigências por uma verdadeira economia de mercado, o fim do monopólio comunista e a liberdade de expressão. Em 1988 começavam a constituir-se os primeiros movimentos políticos da oposição¹⁴³, tendência esta que os dirigentes comunistas eslovenos não só não combateram, como inclusivamente apoiaram. Este foi também um período marcado pelas crescentes preocupações e oposição dos eslovenos em relação à política dos sérvios no Kosovo contra os albaneses (Garde, 1992: 262-264). Para a Eslovénia, cada vez haviam menos motivos, quer económicos quer políticos, para continuar integrada na federação jugoslava (Cintra, 2002: 43).

Para Sowards (2004), a descentralização económica fez com que os eslovenos e os croatas se opusessem ao planeamento económico centralizado e, principalmente, aos onerosos esforços para construir fábricas nas regiões menos desenvolvidas do Sul da Jugoslávia, já que preferiam reinvestir os lucros das suas indústrias mais desenvolvidas, nas suas próprias regiões. Sob o sistema constitucional descentralizado, que entrou em vigor com a Constituição de 1974, as diversas regiões haviam-se tornado rivais a nível económico, ao invés de parceiros. Apesar das restantes nacionalidades acreditarem que eram prejudicadas pela excessiva influência dos sérvios, estes acreditavam que o sistema jugoslavo os colocava em desvantagem, e que as perdas que haviam sofrido nas anteriores guerras, lhes conferiam o direito à assistência das repúblicas mais ricas (Sowards, 2004).

Entretanto a Jugoslávia foi vendo a sua situação económica deteriorar-se e, nos finais dos anos oitenta, a descida dos salários e do nível de vida provocaram o medo da pobreza e a frustração na população (Sorensen, 1999: 15), o que contribuiu para agravar ainda mais a já precária estabilidade da República Federal da Jugoslávia. “O declínio do nível de vida é tão grande que é difícil imaginar outro país que não reagiria a esta situação através de mudanças políticas radicais, ou mesmo através de uma revolução” (tradução nossa) (Harold Lydall, *Yugoslavia in Crisis*, Clarendon Press, Oxford, 1989, p. 9 *apud* Garde, 1992: 108).

¹⁴³ Na Croácia, os movimentos políticos não comunistas começaram a constituir-se em 1989 (Garde, 1992: 265).

O agravamento contínuo das condições económicas, contribuiu ainda para avivar as disputas entre os líderes das repúblicas e o governo federal acerca do orçamento federal¹⁴⁴, dos impostos, e da jurisdição sobre o investimento e comércio externo (Susan L. Woodward, *Balkan Tragedy: Chaos and Dissolution after the Cold War*, Brookings Institution Press, Washington, D.C., 1995, pp. 21-22 in Hajdinjak, 2001: 43). Na opinião de Gow (*Legitimacy and the Military: The Yugoslav Crisis, 1992* in Hajdinjak, 2001: 44), foi o choque económico e a incapacidade dos governos de Milka Planinc¹⁴⁵ e Branko Mikulic para lidar com a situação que arruinaram a Jugoslávia. A “prosperidade artificial” gerada pelas ajudas exteriores acabaria em 1980, quando o FMI começou a impor duras condições para a realização dos empréstimos¹⁴⁶. O agravamento da situação rapidamente destruiu a confiança popular nos líderes e no partido comunista, o que criou uma atmosfera de regionalismo e hostilidade. Por toda a Jugoslávia, as autoridades das repúblicas tornaram-se mais interessadas em retirar o mais possível e enviar o mínimo possível para a federação. Desde 1986, a maioria das repúblicas deixara de contribuir com regularidade para o orçamento federal, o que naturalmente agravou a crise e tornou a recuperação económica virtualmente impossível (Hajdinjak, 2001: 44-45). De acordo com Hajdinjak, em democracias, esta situação seria resolvida com a concorrência normal entre os vários partidos políticos, a proporem várias soluções; no entanto, numa Jugoslávia centralizada e de partido único, a situação levou as elites das repúblicas, perante o visível declínio da federação, a lutarem para proteger e controlar as fontes de riqueza que ainda restavam em cada república.

A situação socioeconómica no período imediatamente anterior à secessão da Eslovénia e da Croácia foi caracterizada por um crescente deteriorar. Assim, as dificuldades económicas sentidas pela população durante este período, fizeram com que, de acordo com Raul Rueda, as bases sociais que deviam garantir a estabilidade do governo e permitir uma democratização, se vissem cada vez mais defraudadas pela crescente desigualdade social, pelo crescente desinvestimento na indústria, sem perspectivas de novos investimentos nas regiões mais pobres, aumento da incerteza e da dificuldade em obter bens básicos, e o desemprego, especialmente nos sectores mais jovens e trabalhadores não qualificados (Rueda, 2003: 29-30).

¹⁴⁴ Em 1989, a relação cada vez mais instável entre as repúblicas ficou bem visível quando a Eslovénia deixou de contribuir para os fundos de desenvolvimento, a que se seguiu o boicote da Sérvia aos produtos eslovenos (Cintra, 2002: 68-69).

¹⁴⁵ Milka Planinc foi Primeira-Ministra da Jugoslávia entre 1982 e 1986, seguida por Branko Mikulic que acabaria por se demitir em 1989, admitindo a sua incapacidade para resolver a hiperinflação e melhorar a economia. Foi sucedido por Ante Markovic.

¹⁴⁶ Uma das medidas tomadas no sentido de aumentar as exportações e reduzir as importações beneficiou desproporcionadamente a Eslovénia e a Croácia, o que contribuiu para aumentar as diferenças entre as repúblicas. Devido à pressão do FMI para a continuação da desvalorização do dinar, a Jugoslávia entrou em hiperinflação, que por volta de 1989 ultrapassou os 1400 por cento. As greves, anteriormente praticamente inexistentes, tornaram-se quase diárias na segunda metade da década de oitenta (Hajdinjak, 2001: 44).

A importância do factor económico fica bem demonstrado por aquele que viria a ser primeiro-ministro da Eslovénia, Janez Drnovsek (s.d.: 17) quando refere que, acima de tudo os eslovenos queriam a mudança e procuravam uma maior eficiência económica. Drnovsek explica que o descontentamento dos eslovenos em relação à federação jugoslava, havia surgido pelo sentimento de que a Eslovénia, enquanto a república mais desenvolvida da federação, estava a ser, nas suas palavras, “explorada” pelas repúblicas do Sul, mais pobres e que a Eslovénia estava a pagar demasiado a essas mesmas repúblicas. Os eslovenos comparavam constantemente o seu nível de vida com a dos italianos e austríacos, e acreditavam que se saíssem da federação jugoslava, conseguiriam obter o mesmo nível de vida e desempenho económico dos seus vizinhos. Drnovsek recorda ainda, que alertou para o facto de que “certos políticos” se estavam a aproveitar da desastrosa situação económica da federação jugoslava, para alimentar a tensão entre os vários povos da Jugoslávia.

Para Sorensen (1999), o ambiente de colapso económico, numa federação altamente descentralizada, com as suas novas elites proteccionistas, era ideal para o novo nacionalismo popular. A política levada a cabo tanto pelo presidente croata, como pelo esloveno, de reforçar a soberania das suas repúblicas, aliado com o nacionalismo de Milosevic, deitaram por terra quaisquer resultados das reformas económicas liberais e constitucionais, levadas a cabo pelo Primeiro-ministro Ante Markovic (Moncada, 2001: 27).

Um aspecto referido por Paul Collier (2000), no seu trabalho sobre as causas económicas dos conflitos civis, é a tentativa de secessão por parte das regiões mais ricas de um país, em que o seu objectivo é apoderar-se da terra onde as mercadorias primárias¹⁴⁷ são geradas. Dá então como exemplo o caso da Eslovénia, que sendo a região mais rica da Jugoslávia, foi a primeira a separar-se, seguida pela segunda região mais rica a Croácia. Defende ainda que a partir da secessão destas duas repúblicas, a Jugoslávia passou a caracterizar-se pela dominância étnica dos sérvios (que não existia antes da secessão). A guerra civil seguiu-se.

Se, no anteriormente referido, de certa forma fica patente uma óptica em que se considera uma causa específica como a principal causa do conflito, seguidamente apresentam-se várias interpretações, que tomam uma posição mais abrangente relativamente às causas desta guerra, considerando não uma causa como a causa principal, mas várias, que se interrelacionam.

Desta forma, pode proceder-se à identificação de várias causas imediatas do conflito na Jugoslávia. Algumas delas tiveram como principal resultado, o facto de terem provocado um sentimento de insegurança entre as repúblicas, e as ter conduzido a uma situação, em que foram levadas a acreditar que a sua única opção era a saída, o mais

¹⁴⁷ “primary commodities” no original.

rapidamente possível, da federação jugoslava, assim: a proclamação em 1989, do estado de sítio no Kosovo, juntamente com a retirada da autonomia da Vojvodina e do Kosovo, foi vista como um indício do que poderia acontecer nas outras repúblicas, nomeadamente na Eslovénia e na Croácia; esse medo foi ainda amplificado pela constante pressão de Milosevic para controlar as instituições federais, nomeadamente através do veto dos sérvios, a 15 de Maio de 1991, à subida à Presidência Colegial federal do croata Stipe Mesic. Do outro lado, estava a opção de Milosevic, pela via da violência, seguida como forma de atingir os seus objectivos, como foi o caso daquela que seria considerada como a sua verdadeira viragem, a oposição¹⁴⁸, dentro da própria Sérvia, a Slobodan Milosevic, que terá então optado por uma fuga em frente, em direcção ao nacionalismo e o recurso à violência para se manter no poder, e disso seria exemplo o recurso à força pelo exército federal, depois da proclamação de independência da Eslovénia e da Croácia, para tentar manter a federação jugoslava (Drnovsek, s.d.: 256; Rupnik, 1992: 13).

Por outro lado, o rápido declínio económico dos anos oitenta na Federação jugoslava, levaram a um descontentamento generalizado da população com o sistema político. Esta situação, juntamente com a manipulação dos sentimentos nacionalistas levada a cabo pelos políticos, apenas levou à ainda maior desestabilização da política jugoslava (Britannica, 1998: 623). Uma linha de raciocínio semelhante, é a de Smitha, que defende que não foram os ódios étnicos ou as diferenças religiosas que criaram os conflitos, foram antes os conflitos que inspiraram os ódios e recordaram às pessoas as suas diferenças religiosas. Os conflitos por sua vez, tinham tido a sua origem nas divergências económicas, anteriormente referidas, e políticas, especificamente devido ao domínio sérvio no Partido Comunista e no sistema militar jugoslavo, e pelo facto de o governo federal estar sediado em Belgrado (Smitha, s.d.).

Já Markovic (1995), encontra a origem do processo de destruição da Jugoslávia, na decisão unilateral da Eslovénia e da Croácia (seguidas pela Bósnia-Herzegovina) de se separarem, juntamente com a passividade Ocidental em relação à vontade alemã de legitimar o desmembramento antes de serem decididas e acordadas questões chave, como as novas fronteiras e os direitos das minorias dentro de cada república.

Para Mike Bowker (*The wars in Yugoslavia: Russia and the International Community*, Europe-Asia Studies Vol. 50 (7), 1998 in Cintra, 2002: 29), dado que a federação jugoslava era um estado artificial - em grande medida resultado dos arranjos pós-guerra entre as potências europeias e que só havia sobrevivido devido à liderança de Tito¹⁴⁹ e à ideologia comunista, que servia de força unificadora das diferentes nacionalidades - o

¹⁴⁸ Pelo Movimento Sérvio da Renovação.

¹⁴⁹ De acordo com Glossop (2001: 75-79), a estratégia seguida por Tito na Jugoslávia, havia sido unir os povos jugoslavos, formando um grupo maior, de forma a lutarem contra um inimigo comum; daí que após a sua morte, se tenham iniciado lutas pelo poder, que até então eram inadmissíveis.

desmembramento da Jugoslávia ficou a dever-se à combinação de uma série de factores como: as velhas rivalidades étnicas, as desigualdades económicas entre as seis repúblicas, as lutas pelo poder por parte das elites, e ainda um factor interno (a crise económica) e outro externo (o colapso do regime comunista).

Este último ponto de vista, acaba por juntar a maioria das posições anteriormente referidas, o que vem confirmar a variedade e o grande número de variáveis que, ao se combinarem entre si, tiveram como resultado uma situação explosiva, que só seria resolvida com o recurso à violência entre aqueles que durante décadas haviam sido vizinhos e se haviam considerado como o povo “Jugoslavo”.

CONCLUSÃO

Para compreender um conflito de modo a preveni-lo, ou pelo menos controlar e limitar a sua evolução, é necessário que primeiro se proceda à identificação das causas dos conflitos em geral, e posteriormente às causas de cada conflito em específico. Só assim será possível o desenvolvimento de uma teoria que inclua os passos a dar, antes e durante o conflito, tal como as posteriores iniciativas a tomar no sentido de recuperação das sociedades que sofreram os seus efeitos. Daí que um conhecimento rigoroso das suas causas seja o passo inicial para a sua resolução (Piris, 1995: 39). Este foi precisamente o intuito do trabalho que aqui se apresentou.

Face às quase infinitas interpretações surgidas para a explicação do conflito jugoslavo, que muitas vezes dependem das crenças religiosas, políticas, entre outras, de cada um, e face ao que anteriormente foi exposto, apenas resta concluir que o conflito jugoslavo foi o resultado de imensas variáveis que se conjugaram no local e momento tal, que tiveram como resultado um dos mais atrozes conflitos das últimas décadas, e sem dúvida o maior desde o final de II Guerra Mundial, e depois da qual a maioria dos europeus pensou que seria impossível voltar a viver-se uma tal carnificina.

Resta agarrar nas palavras de Rueda (2003: 21), quando refere o quão fácil é em determinados contextos, desenhar e executar uma guerra, baseando-se em pressupostos falsos e na construção de inimigos artificiais.

Uma última palavra para referir, a esperança para que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão do conflito, e como fonte de outros pontos de vista e de base para um maior aprofundamento do tema, para aqueles que se interessam por conhecer melhor o conflito que, novamente e perante a inacção dos políticos mundiais e perante a incredulidade dos povos europeus, trouxe de novo os medos de novas guerras sanguinárias, há tanto tempo extintas do continente europeu e a percepção que, mesmo em pleno século XXI, e num dos continentes vistos como mais humanos e defensores dos Direitos do Homem, mesmo neste local e nesta época, ainda existe o perigo de repetição das mais horrendas demonstrações do pior que existe em todo o ser humano.

Que este trabalho permita acima de tudo, a quem o ler, colocar a mão na consciência e perceber o que cada um de nós pode fazer para evitar que este tipo de acontecimentos se volte a repetir. Foi esse o principal objectivo desta tese.

ANEXOS

ANEXO I

NACIONALISMO, NAÇÃO, ESTADO-NAÇÃO

Seguindo de perto Ronald Glossop (2001), irão aqui distinguir-se três significados de nacionalismo. Dois deles estão relacionados com a identificação com o grupo, e para se compreenderem torna-se necessário distinguir Nação, de Estado-Nação. O termo Nação, é utilizado como sinónimo de povo, ou seja, refere-se a um grupo de pessoas que pertencem a uma mesma raça, usam a mesma língua, partilham a mesma religião e tradições culturais e vêm-se como um grupo homogéneo. Este significado, de acordo com Glossop, não implica qualquer unidade política ou existência de um Estado-Nação. É o significado étnico-racial de nacionalismo (Glossop, 2001: 76-77). O termo Estado-Nação, implica a existência de uma população que habita um território, sob a autoridade de um governo. Neste caso a população não é constituída necessariamente por um grupo homogéneo, podendo conviver por exemplo diferentes grupos culturais, que utilizam uma língua diferente e com culturas diferentes (*ibid*).

Assim, o nacionalismo, quando está relacionado com a Nação, é denominado etno-nacionalismo (Glossop utiliza o termo “racial-ethnic-nacionalism”, p. 77) e implica a identificação de um indivíduo com uma nação ou povo homogéneo. Neste sentido o indivíduo identifica-se naturalmente com outros, que se assemelham a si fisicamente, que falam a mesma língua, professam a mesma religião e partilham da mesma herança cultural. Neste caso pode haver a tendência para ver aqueles que não partilham das mesmas semelhanças, como estranhos, incivilizados, e em casos extremos, nem serem considerados seres humanos (Glossop, 2001: 77). Por outro lado, se o termo nacionalismo se relaciona com o Estado-Nação, então significa lealdade ao Estado-Nação, ou patriotismo. O autor defende que este tipo de nacionalismo não nasce naturalmente mas, tem de ser inculcado na população através de um esforço deliberado, por forma a criar lealdade ao Estado, às suas instituições e aos seus símbolos, como a bandeira e o hino nacional (*ibid*). Dessa forma o exército presta juramento à bandeira, e o ensino da história às crianças recorre muitas vezes a heróis nacionais, grandes feitos históricos e vitórias militares, de modo a inculcar a noção do “nós” e dos “outros”, sendo o “nós” um grupo heterogéneo, composto por todos os indivíduos que habitam o Estado-Nação.

A terceira noção de nacionalismo, ao contrário das anteriores, não se relaciona com a identificação com o grupo. Nesta noção, o termo nacionalismo pode ser visto como uma doutrina ou crença. Glossop (2001: 77) define este tipo de nacionalismo, como a percepção de cada grupo étnico-racial, de que tem direito a constituir o seu próprio Estado-Nação independente, e que todos os membros daquele grupo étnico-racial, deveriam viver juntos num único Estado-Nação independente. Esta ideia está ligada à noção de autodeterminação nacional e foi esta noção de nacionalismo, que serviu de base aos movimentos de independência nacional contra os colonizadores estrangeiros e, mais recentemente, aos movimentos separatistas de minorias étnico-raciais dentro dos Estados-Nação. O facto de que, idealmente, e de acordo com este tipo de nacionalismo, o Estado-Nação deveria ser etnicamente puro (Glossop, 2001: 77), levanta alguns problemas, especialmente nos casos em que existem enclaves de um determinado grupo étnico-racial, no território de um outro grupo étnico-racial, ou em áreas mistas.

ANEXO II

SREBRENICA

Srebrenica é uma cidade da Bósnia-Herzegovina, localizada perto de uma mina de prata, a que aliás deve o seu nome, na qual antes do início do conflito, 75% da população era muçulmana e 25% sérvia. A cidade havia-se mantido afastada da violência que caracterizou outras cidades, devido ao acordo que os muçulmanos haviam feito com os sérvios, acordo esse que havia sido respeitado até à chegada de milícias paramilitares sérvias que, no início de 1992 ganharam o controlo da cidade. Nos finais de Abril desse ano, Nasser Oric, um polícia muçulmano local, organizou um levantamento e, após três semanas de combates conseguiu reconquistar a cidade, pelo que os muçulmanos conseguiram garantir uma ilha no território do coração da República Srpska. Nos meses seguintes, foram levados a cabo uma série de *raides* contra as posições dos sérvios em redor da cidade (Hajdinjak, 2001: 70; Niksic e Rodrigues, 1996: 126-127). Para além disso, as forças de Nasser Oric, lançaram vários ataques a vilas sérvias em redor de Srebrenica, nomeadamente a 14 de Dezembro de 1992, quando duas vilas foram queimadas e 63 sérvios foram mortos e, a 7 de Janeiro de 1993, dia do Natal Ortodoxo, quando num ataque surpresa contra posições dos sérvios, a norte de Srebrenica, os seus homens incendiaram diversas aldeias, completamente desprotegidas e durante o qual muitos civis sérvios foram mortos (Hajdinjak, 2001: 82; Rados, 1999: 212). Em resposta aos ataques, Srebrenica foi totalmente cercada pelas tropas do general Ratko Mladic, e como consequência, começaram a chegar à cidade numerosas vagas de refugiados, que fugiam aos avanços das forças sérvias. A situação era preocupante, uma vez que a cidade se debatia com excesso de população e más condições de vida, e assim no dia 11 de Março, o general Philip Morillon, comandante da FORPRONU, decidiu deslocar-se a Srebrenica (Rados, 1999: 212). Esta deslocação não seria muito feliz, já que, após receberem ordens de Sarajevo, os muçulmanos puseram centenas de mulheres e crianças à frente dos blindados e impediram a partida do general Morillon e dos capacetes azuis, que ficaram reféns da população muçulmana, só conseguindo sair dois dias depois (Rados, 1999: 212). Entretanto milhares de muçulmanos foram sendo evacuados pelas forças da ONU até que, em Abril, os sérvios emitiram um ultimato, que dava 48 horas ao exército muçulmano bósnio para a rendição do enclave e no qual exigiam que os habitantes

fossem evacuados para território muçulmano. Os muçulmanos concordaram com o desarmamento mediado pela FORPRONU, que significava de facto a sua rendição. No dia 16 de Abril, a ONU aprovava a resolução 819, pela qual Srebrenica foi declarada “zona de segurança”, e no dia 18 as primeiras forças da FORPRONU chegavam à cidade. O acordo de desarmamento, nunca chegou a ser totalmente aplicado, e as milícias muçulmanas de Nasser Oric, prosseguiram com os ataques contras as posições sérvias, ao longo de 1994 e 1995, apesar de se encontrarem completamente cercadas pelas forças sérvias, estas últimas fortemente armadas. Estes frequentes ataques terão sido o principal motivo que terá levado à violência praticada pelos sérvios, após a conquista desta “zona de segurança” da ONU. Assim, no dia 10 de Julho de 1995, na véspera do ataque final à cidade por parte dos sérvios, cerca de 12 mil muçulmanos, incluindo homens e rapazes, iniciaram uma caminhada na tentativa de chegar ao território controlado pelo governo bósnio, durante a qual tiveram de atravessar território controlado pelos sérvios, o que se iria revelar fatal. O apoio aéreo pedido no dia 10, pelos capacetes azuis holandeses à Nato, apenas chegaria a meio do dia seguinte, e logo foram abandonadas perante as ameaças dos sérvios, que entretanto haviam conseguido capturar soldados da FORPRONU. A ONU nada conseguiu fazer para salvar os muçulmanos de Srebrenica, e como resultado, entre três a oito mil muçulmanos, conforme as fontes, foram mortos; uns em violentos combates, enquanto outros acabariam por ser simplesmente executados (Cutileiro, 2003: 111-113; Girão, 1997:129; Niksic e Rodrigues, 1996: 128; Rados, 1999)

ANEXO III

A CRISE ECONÓMICA JUGOSLAVA

A experiência da “autogestão” havia tido o seu início na Primavera de 1950 e, juntamente com este sistema, iniciou-se também um período de industrialização e de transformação da sociedade rural jugoslava. Ao longo da década, o governo jugoslavo, já então pressionado pelo FMI, e tendo como objectivo último a integração nos mercados mundiais, iniciou uma política económica assente nas exportações, para o que dependia das importações de componentes e matérias-primas. Nessa altura, a obtenção de empréstimos, era ainda relativamente fácil, tanto devido ao crescimento económico a nível mundial, como ao interesse dos países ocidentais em manter a Jugoslávia fora da esfera soviética (Sorensen, 1999: 10-11).

Apesar dos resultados positivos do sistema de autogestão, este também provocou uma maior concorrência entre as repúblicas e as diferenças económicas entre estas começaram a agravar-se (Defensa, s.d.; Sorensen, 1999: 10-11). Assim teve início a fragmentação da economia, que comprometia seriamente o desenvolvimento da Federação Jugoslava a longo prazo. A descentralização seria agravada com a Constituição de 1963, ano em que para fazer frente aos desequilíbrios regionais foram criados os Fundos Federais para o Desenvolvimento, com o objectivo de ajudar as regiões menos desenvolvidas, mas que por outro lado, sobrecarregavam as empresas situadas nas regiões mais desenvolvidas, nomeadamente a Eslovénia e a Croácia (Defensa, s.d.; Sorensen, 1999: 15).

O crescimento económico que caracterizara as décadas de cinquenta e sessenta, e que se deveu em grande parte aos empréstimos externos, chegaria ao fim na década de setenta. De acordo com Susan L. Woodward (*Balkan Tragedy: Chaos and Dissolution after the Cold War*, Brookings Institution Press, Washington, D.C., 1995, pp. 21-22 in Hajdinjak, 2001: 43), os problemas económicos jugoslavos começaram, com as mudanças na conjuntura internacional. A recessão que começou em 1975 no Ocidente, e que levou à depressão económica mundial na década de oitenta, viria também a atingir a Jugoslávia. Os seus governos haviam alimentado o crescimento económico na década de setenta com sucessivos empréstimos e, depois do segundo aumento de preços do petróleo em 1978-1979, as taxas de juro aumentaram exponencialmente, quase duplicando a dívida jugoslava,

para os 20 mil milhões de dólares; o produto e o rendimento *per capita* diminuíram e a taxa de inflação tornou-se cada vez maior (Garde, 1992: 108).

A partir daí, a má conjuntura internacional provocada pela crise petrolífera; a diminuição das exportações; o aumento da dívida externa; os investimentos não rentáveis; as fábricas de indústria pesada enormemente ineficientes; o facto de as repúblicas serem concorrentes em vez de se complementarem, e daí não aproveitarem as economias de escala; e ainda o facto de cada uma delas pretender dotar-se de um sistema produtivo completo, em benefício da própria república e não da federação, agravaram ainda mais a crise económica (Britannica, 1998: 611; Cintra, 2002: 37-38; Encyclopaedia Universalis, 1996: 938; Sorensen, 1999: 15).

Na década de oitenta, a crise viria a manifestar-se em toda a sua força: Os anos oitenta, seriam caracterizados por uma grande austeridade, existência de inúmeros conflitos orçamentais e ainda por uma política económica orientada para a integração nos mercados mundiais (Encyclopaedia Universalis, 1996: 938; Sorensen, 1999: 10-11), para o que era urgente reduzir o deficit na Balança Comercial e a dívida externa. 1987 seria um ano de viragem, em que o primeiro-ministro Branko Mikulic, para fazer frente às crescentes dificuldades económicas, reabriu as negociações com o FMI. No entanto, as condições impostas pela instituição, exigiram reformas económicas ainda mais drásticas, obrigando o primeiro-ministro a desistir de quaisquer medidas para estimular o crescimento económico. Entre as medidas adoptadas em Outubro de 1987, incluíam-se a subida dos preços do petróleo, gás, alimentos e transportes, para além de cortes salariais, subida das taxas de juro, introdução de um sistema federal de imposto sobre o valor acrescentado, e desvalorização da moeda. Para além das exigências de carácter económico, as instituições financeiras internacionais ainda exigiram que fossem realizadas alterações constitucionais que assegurassem as condições de pagamento dos empréstimos internacionais (Rueda, 2003: 29-30). Os custos sociais destas medidas seriam enormes, já que para restringir a despesa pública, era necessário reduzir os fundos para as prestações sociais, precisamente quando o desemprego estava na sua fase mais aguda, e a inflação reduzia o poder de compra da população (Britannica, 1998: 611). Assim, as dificuldades económicas sentidas pela população durante esse período, fizeram com que, de acordo com Raul Rueda, as bases sociais que deviam garantir a estabilidade do governo e permitir uma democratização, se vissem cada vez mais defraudadas pela crescente desigualdade social, pelo crescente desinvestimento na indústria, sem perspectivas de novos investimentos nas regiões mais pobres, pelo aumento da incerteza e da dificuldade em obter bens básicos, e pelo desemprego, especialmente nos sectores mais jovens e trabalhadores não qualificados (Rueda, 2003: 29-30).

Outro ano de extrema importância, foi o ano de 1989, quando o novo primeiro-ministro Ante Markovic, encetou uma série de novas medidas económicas ainda mais drásticas do que as que vinham sendo implementadas até então, no sentido de alcançar a estabilização económica e transição para uma economia de mercado; medidas essas necessárias para a obtenção dos desejados empréstimos internacionais (Cintra, 2002: 62-63).

Este estado da economia, levou a que as repúblicas, cada vez mais, adoptassem políticas que favoreciam os seus interesses particulares, em detrimento de uma verdadeira política económica nacional. Fomentou-se assim a criação de empresas, sobretudo em sectores estratégicos como a energia, matérias-primas e transformação de bens industriais, que se identificavam com a própria república e não com a Federação Jugoslava. Tudo isto fez com que surgissem enormes diferenças internas ao nível do desenvolvimento económico de determinadas áreas, e levou à fragmentação da Jugoslávia em regiões ricas e regiões pobres (Defensa, s.d.).

No início dos anos noventa, o processo de estabilização começou a ser visto como contrário aos interesses económicos das repúblicas, pelo que as elites, principalmente da Eslovénia e da Croácia, iniciaram uma série de movimentos com o objectivo de dismantelar o sistema comunista e manter o poder nas repúblicas (Cintra, 2002: 21).

Verificou-se finalmente, que as reformas económicas prometidas pelo último primeiro-ministro jugoslavo Ante Markovic, não eram exequíveis, devido aos problemas políticos e estruturais existentes, tal como era impossível seguir uma política macroeconómica no ambiente descentralizado que caracterizava a Jugoslávia, em que as elites burocráticas locais salvaguardavam as suas posições contra as ameaças federais (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1991: 305; Sorensen, 1999).

BIBLIOGRAFIA

- Alves, José Lopes (1998), *Estratégia: Panorama Geral da sua Teoria*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Anderson, Peter J. (1996), *A Política Global do Poder, Justiça e Morte – Uma Introdução às Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Batakovic, Dusan T. (1995), “Nationalism and Communism: The Yugoslav Case”, Institute for Balkan Studies, Belgrade. www.rastko.org.yu/istorija/batakovic/batakovic-nationalis_communism_eng.html. Página consultada a 16 de Junho de 2006.
- Benedict, Kennette (1999), Charles Hermann, Harold K. Jacobson, e Anne S. Moffat (eds.), “International Relations in the Global Village”, *Violent Conflict in the 21st Century – Causes, Instruments and Mitigation*. American Academy of Arts & Sciences, Midwest Center, Chicago. www.amacad.org/publications/violent21-final.pdf. Página consultada a 26 de Março de 2006.
- Bennis, Phyllis (1996), *Calling the Shots – How Washington Dominates Today’s UN*. Olive Branch Press.
- Binder, David (1995), “Thoughts on United States Policy Towards Yugoslavia”. *The South Slav Journal*, v. 16, No. 61–62, Outono-Inverno 1995. www.balkan-archive.org.yu/kosta/external/e-thoughtsOnUSPolicy-fall95-DavidBinder.html. Página consultada a 8 de Junho de 2006.
- Bispo, António de Jesus (2005), “Os Conflitos Persistentes”. *Revista Militar*, 8 de Dezembro de 2005. www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=7. Página consultada a 27 de Março de 2006.
- Bobbio, Norberto (2000), *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, Michaelo Bovero (org.). Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Boniface, Pascal (dir.) (1996), *Dicionário das Relações Internacionais*, Vincent Barraillet *et al.* Lisboa: Plátano.
- Bouthoul, Gaston (1966), *O fenómeno da Guerra*. Lisboa: Editorial Estúdios.
- Britannica (1998), *The New Enciclopaedia Britannica, Macropaedia*, 15 edição, Vol. 14. Chicago: Enciclopaedia Britannica Inc.
- Brogan, Patrick (1989), *World Conflicts and Why They are Happening*. Londres: Bloomsbury Publishing.
- Carpentier, Jean e Lebrun, François (direcção) (1996), *História da Europa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cintra, Rodrigo (2002), “Sobre Causas do Desmembramento da Federação Iugoslava”. Tese de Mestrado em Ciência Política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

- (FFLCH) da Universidade de São Paulo.
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-17042002-233019/publico/RodrigoCintra.pdf>. Página consultada a 24 de Janeiro de 2006.
- Collier, Paul (2000), “Economic Causes of Civil Conflict And Their Implications For Policy”, World Bank. www.worldbank.org/research/conflict/papers/civilconflict.pdf. Site consultado a 27 de Abril de 2006.
- Collier, Paul (2002), “Economic Agendas of Civil Wars”, The Joan B. Kroc Institute for International Peace Studies, University of Notre Dame. http://kroc.nd.edu/colloquy/issue1/feature_collier.shtml. Página consultada a 26 de Abril de 2006.
- Correia, Pedro de Pezarat (2004), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia, vol.II - Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito*, col. “Andaimos do Mundo”. Coimbra: Quarteto Editora.
- Corsini, Roberto (1996), “A Guerra dos Balcãs - Qual é o Papel do Poder Aéreo?”. *Airpower Journal*. Edição Brasileira. 2º trimestre de 1996. www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/pcorsini.html. Página consultada a 8 de Junho de 2006.
- Cortés, Manuel Jesús Solana (1999), “El Derecho de Injerencia Frente a los Nuevos Retos a la Seguridad y Defensa”. Buenos Aires: Escuela de Defensa Nacional de la República Argentina. www.mindef.gov.ar/edna/biblioteca/coleccion/53_1_2001.htm. Página consultada a 24 de Janeiro de 2006.
- Crozier, Brian (1974), *A Theory of Conflict*. Londres: Hamish Hamilton.
- Cutileiro, José (2002), “Bósnia & Herzegovina revisitada”. *Política Internacional*, 26, 219-231.
- Cutileiro, José (2003), *Vida e Morte dos Outros. A comunidade internacional e o fim da Jugoslávia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- David, Charles-Philippe (2001), *A Guerra e a Paz – Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*, col. «Economia e Política». Lisboa: Instituto Piaget.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa (2001). Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Drnovsek, Janez (s.d.), “Escape from Hell”. www.up-rs.si/up-rs/uprs-ang.nsf/dokumentiweb/B5A34F307B78C440C1256FB200358E5D? Página consultada a 17 de Junho de 2006.
- Dufour, Jean-Louis e Vaisse, Maurice (1993), *La Guerre au XXe Siècle*. Paris : Hachette Livre.
- Defensa (s.d.), “El Conflicto en Yugoslavia”. <http://defensa.com/conflictos/balcanes/RFY.pdf>. Página consultada a 24 de Janeiro de 2006.
- Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana, Suplemento Anual 1993-1994, Madrid – Espasa-Calpe, 1995.

- Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana, Suplemento Anual 1995-1996, Madrid – Espasa-Calpe, 1997.
- Encyclopaedia Universalis, Vol. 23. Encyclopaedia Universalis France, 1996.
- Fernandes, António José (1984), *Os Conflitos Internacionais*. Braga: Editora Correio do Minho.
- Fuente, José M. Palomo (s.d.), “Los Estados Balcânicos en el Siglo XX”. www.fortunecity.es/imaginapoder/humanidades/587/balcanes.htm. Página consultada a 24 de Janeiro de 2006.
- Garcia, Francisco Proença (2003), “Tipologias de Guerra”. www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=242. Página consultada a 10 de Março de 2006.
- Garcia, Francisco Proença (2006), “As Guerras do Terceiro Tipo e a Estratégia Militar. Uma Possível Análise”. *Revista Militar*, 16 de Janeiro de 2006. www.revistamilitar.pt/modules/articles/. Página consultada a 24 de Março de 2006.
- Garde, Paule (1992), *Vie et Mort de la Yougoslavie*. Paris : Editions Fayard.
- Girão, António C. (1997), *A questão das nacionalidades dos nacionalismos e das minorias nacionais na ex-Jugoslávia*. Lisboa: Universidade Moderna.
- Glossop, Ronald J. (2001), *Confronting War: An Examination of Humanity's Most Pressing Problem*. Jefferson: McFarland & Company.
- Gow, James (1997), *Triumph of the Lack of Will: International Diplomacy and the Yugoslav War*. Londres: Hurst & Company.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Livro do Ano 1990, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, 1991.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Livro do Ano 1991, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, 1992.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Livro do Ano 1992, Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, 1993.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Livro do Ano 1994, Lisboa: Edições Zairol, 1995.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Livro do Ano 1995, Lisboa: Edições Zairol, 1996.
- Hajdinjak, Marko (2001), “Yugoslavia - Dismantled and Plundered: The Tragic Senselessness of the War in Yugoslavia and the Myths that Concealed It”. Tese de Mestrado, Central European University - Nationalism Studies Program. www.ceu.hu/nation/theses/hajdinjak0001.pdf. Página consultada a 17 de Junho de 2006.
- Hinde, Robert A. e Lea Pulkinnen (2000), “Human Aggressiveness and War”. 50th Pugwash Conference On Science and World Affairs: “Eliminating the Causes of War”; Queens' College, Cambridge, 3-8 Agosto de 2000. <http://www.pugwash.org/reports/pac/pac256/WG1draft1.htm>. Página consultada a 30 de Janeiro de 2006.

- Hobsbawm, Eric (1998), *A questão do nacionalismo – nações e nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar.
- Holsti, Kalevi (2001), “El Mundo y la Guerra: entrevista con Kalevi Holsti”, entrevista realizada por Adam Jones em Janeiro de 2001. http://www.istor.cide.edu/archivos/num_8/notas1.pdf. Página consultada a 24 de Março de 2006.
- Horowitz, Donald L. (1999), Charles Hermann, Harold K. Jacobson, and Anne S. Moffat (eds.), “Group Loyalty and Ethnic Violence”, *Violent Conflict in the 21st Century- Causes, Instruments and Mitigation*. American Academy of Arts & Sciences, Midwest Center, Chicago. www.amacad.org/publications/violent21-final.pdf. Página consultada a 26 de Março de 2006.
- Howard, Michael (2000), “The Causes of War”, in David P. Barash (ed.), *Approaches to Peace – A Reader in Peace Studies*. Nova Iorque: Oxford University Press, 36-42.
- Huntington, Samuel P. (2001), *O Choque de Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva – Publicações.
- Kaldor, Mary (1999), *New and Old Wars – Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity Press.
- Kaplan, Robert D. (1999). Charles Hermann, Harold K. Jacobson e Anne S. Moffat (eds.), “The New Evils of the 21st Century”, *Violent Conflict in the 21st century - causes, instruments and mitigation*. American Academy of Arts & Sciences, Midwest Center, Chicago. www.amacad.org/publications/violent21-final.pdf. Página consultada a 26 de Março de 2006.
- Kipp, Jacob W. e Thomas, Timothy L. (1993), “International Ramifications of Yugoslavia's Serial Wars: the Challenge of Ethno-national Conflicts for a Post - Cold-War, European Order”, Foreign Military Studies Office, Fort Leavenworth, KS. <http://fmso.leavenworth.army.mil/documents/yugo-ram.htm#11>. Página consultada a 16 de Junho de 2006.
- Krulic, Joseph (1998), “A percepção do Estado-Nação pelos Croatas, pelos «Muçulmanos» Boscínacos e pelos Sérvios”, in Serge Cordelier (coord.), *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 93-98.
- Markovic, Brana (1995), “Yugoslav Crisis. January 1990-December 1995”. Institute of International Politics and Economics, Belgrado. www.balkan-archive.org.yu/politics/chronology/index.html. Página consultada a 19 de Junho de 2006.
- Mazower, Mark (2000), *Os Balcãs – história breve*, trad. de Ana Barradas, col. «Breve História; Grandes Temas». Lisboa: Círculo de Leitores.
- Milicevic, Aleksandra Sasha (2005), “Natio(alism)s and War Participation: From Czar Lazar to Pop Music”. Peace and Conflict Studies Program. Nova Iorque: Colgate University.

- www.maxwell.syr.edu/moynihan/programs/ces/pconfpdfs/Milicevic.pdf . Página consultada a 17 de Junho de 2006.
- Moncada, Hugo Solano Cabral de (2001), *Algumas Considerações sobre o Conflito do Kosovo no Quadro da Desintegração da Jugoslávia*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Moreira, Adriano (1999), *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Morin, Edgar (1996), *Os Fratricidas. Jugoslávia - Bósnia 1991-1995*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Moura, Tatiana Gonçalves (2003), “Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Violentos”, Tese de Mestrado em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Moura, Tatiana Gonçalves (2004), “Novíssimas Guerras, Novíssimas Pazes. Desafios Conceptuais e Políticos”. Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/214/214.pdf. Página consultada a 18 de Outubro de 2006.
- NATO (s.d.), “Security Council Resolutions”. www.nato.int/ifor/un/un-resol.htm. Página consultada a 6 de Agosto de 2006.
- Nikitin, Alexander (2000), “Political and Economic Causes of War”, DRAFT Background Paper for Working Group 2, 50th Pugwash Conference On Science and World Affairs, Queens' College, Cambridge, 3-8 Agosto de 2000. <http://www.pugwash.org/reports/pac/pac256/>. Página consultada a 30 de Janeiro de 2006.
- Niksic, Stevan e Rodrigues, Pedro Caldeira (1996), *O Vírus Balcânico – O caso da Jugoslávia*. Lisboa: Assfrio & Alvim.
- Nogueira Pinto, Jaime (1999), *“Causas” e Conflitos no Século XX*. Lisboa: Editorial Minerva.
- Nye, Joseph S. Jr. (2002), *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva - Publicações.
- Oliveira, Pedro Aires (2001), “Lições dos Massacres: a «intervenção humanitária» nos Balcãs durante as Crises do Oriente e a Guerra da Bósnia”. *Política Internacional*, 24, 263-284.
- Oliveira, Pedro Aires (2004), “Ninguém foi inocente”. *Relações Internacionais*, 01, Março: 2004, Trimestral: Volume 1, 131-134.
- ONU (s.d.), “Former Yugoslavia – UNPROFOR”. United Nations Protection Force. www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unprofor_b.htm. Página consultada a 31 de Maio de 2006.
- Pereira, Carlos Santos (1999), *Da Jugoslávia à Jugoslávia. Os Balcãs e a Nova Ordem Europeia*. Lisboa: Edições Cotovia.

- Pesic, Vesna (1996), "Serbian Nationalism and the Origins of the Yugoslav Crisis". *United States Institute of Peace, Peaceworks* 8, Abril de 1996. www.usip.org/pubs/peaceworks/pwks8.pdf. Página consultada a 14 de Junho de 2006.
- Piris, Alberto (1995), "Apuntes para una Classificación de los Conflictos", *Anuário del CIP - 1995-1996 - Raíces de los Conflictos Armados*, 21-39.
- Portugal, Ministério de Defesa Nacional (1998), *Bósnia-Herzegovina – Guia Prático - Abril 1998*. Lisboa: Estado-Maior do Exército – Divisão de Informações Militares.
- Puig, Jaume Suau (2005), "Guerras e conflitos armados, 1980-2004", *História Universal, nº 20 – Fim do século, Público. Os grandes temas do século XXI*. Direcção Francesc Navarro. Editorial Salvat, 57 -99.
- Rados, Milan (1999), *Quem Matou a Jugoslávia?*. Porto: Campo de Letras – Editores.
- Rojo, Alfonso (1992), *Jugoslávia-Holocausto nos Balcãs*. Mem-Martins: Editorial Inquérito.
- Roux, Michel (1998), "A "Purificação Étnica", Teoria e Prática", in *Nações e Nacionalismos*, Serge Cordelier (coord.). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 143-145.
- Rueda, Raul R. (2003), *Bósnia en Paz- Lecciones, Retos y Oportunidades de una Posguerra Contemporánea*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- Rupnik, Jacques (1992), « Aux Origines d'une Tragédie », in *De Sarajevo à Sarajevo – L'échec Yougoslave*, Jacques Rupnik (dir.). Bruxelas: Editions Complexe, 11-20.
- Sáez, Pedro (1993), "La Guerra en Yugoslavia: Escenarios, Actores y Argumentos". *Anuário CIP – 1992-1993 – Retos del Fin de Siglo – Nacionalismo, Migración, Medio Ambiente*, 117-137.
- Sambanis, Nicholas (2001), "Do Ethnic and Non-Ethnic Civil Wars Have the Same Causes?" - A Theoretical and Empirical Inquiry (Part I). The World Bank, Washington. <http://www.duke.edu/web/lice/3/sambanis/EthnicWarPaper.pdf>. Página consultada a 20 de Março de 2006.
- Smith, Anthony D. (1999), *Nações e Nacionalismo Numa Era Global*. Oeiras: Celta Editora.
- Smitha, Frank E. (s.d.), "Yugoslavia Disintegrates". <http://www.fsmitha.com/h2/ch35.htm>. Página consultada a 8 de Junho de 2006.
- Sorensen, Jens Stilhoff (1999), *The Threatening Precedent – Kosovo and the Remaking of Crisis*, Papers on Transcultural Studies Nº 2/99, Centre for Studies on Migration, Ethnic Relations and Globalisation. Merge.
- Sowards, Steven W. (2004), "Twenty-Five Lectures on Modern Balkan History - The Balkans in the Age of Nationalism". www.lib.msu.edu/sowards/balkan/. Página consultada a 24 de Março de 2006

- Taibo, Carlos (1994), “ Veinte Preguntas Sobre los Conflictos Yugoslavos”. www.fespinal.com/espinal/castellano/visua/es58.htm. Página consultada a 24 de Janeiro de 2006.
- Tschentscher, Axel (2004), “Slovenia Index”. http://www.oefre.unibe.ch/law/icl/si__indx.html. Página consultada a 24 de Outubro de 2006.
- Vaisse, Maurice (1997), *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70.
- Valle, Alexandre (2001), *Guerras Contra a Europa: Bosnia, Kosovo, Chechénia...* Lisboa: Hugin.
- Watson, Helen e Jack Boag (2000), “Ethnicity and Religion”, DRAFT Background Paper for Working Group 3, 50th Pugwash Conference On Science and World Affairs, Eliminating the Causes of War, Queens' College, Cambridge, 3-8 Agosto de 2000, <http://www.pugwash.org/reports/pac/pac256/>. Página consultada a 30 de Janeiro de 2006.
- Wiberg, Hakan (2004), “Former Yugoslavia in 1990: Why It Had a Bad Prognosis”, in *The Violent Dissolution of Yugoslavia. Causes, dynamics and effects. Collection of Papers*, Miroslav Hadzic (ed.). Belgrado: Centre for Civil-Military Relations. <http://interpeacenet.org/peacestudies/yugoslavia.pdf>. Página consultada a 3 de Novembro de 2006.
- Wieviorka, Michel (1993), *A Democracia à Prova – Nacionalismo, Populismo e Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Woodward, Susan L. (2000), “Costly Disinterest: Missed Opportunities for Preventive Diplomacy in Croatia and Bosnia and Herzegovina, 1985–1991”. www.wilsoncenter.org/subsites/ccpdc/pubs/opp/4.pdf. Página consultada a 1 de Novembro de 2006.
- Zimmermann, Warren (s.d.), “ Yugoslavia: 1989-1996”. www.rand.org/pubs/conf_proceedings/CF129/CF-129.chapter11.html. Página consultada a 16 de Junho de 2006.